UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

**PRÁTICAS DE PESQUISA DE CAMPO COM
COMUNIDADES TRADICIONAIS:
contribuições para a gestão participativa
do Arquipélago de Ilhabela -SP
VERSÃO CORRIGIDA**

MARIANA SOARES DE ALMEIDA PIRRÓ
São Paulo
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA FÍSICA

PRÁTICAS DE PESQUISA DE CAMPO COM
COMUNIDADES TRADICIONAIS:
contribuições para a gestão participativa
do Arquipélago de Ilhabela -SP

MARIANA SOARES DE ALMEIDA PIRRÓ

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia Física
Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em Ciências

VERSÃO CORRIGIDA
de acordo com orientadora

Orientador: Profa. Dra. Sueli Ângelo Furlan

São Paulo
2010

AGRADECIMENTOS:

Agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte desta conquista.

À minha orientadora Sueli Furlan, pela oportunidade de realizar o mestrado na Geografia e expressar minhas idéias. À Marília Brito de Moraes pelo incentivo, conversas e orientações, ao Prof. Ícaro Cunha por compreender meus pensamentos e ajudar a dar rumo ao trabalho, ao Prof. Antônio Carlos Robert Moraes pela teoria e sugestões.

À CAPES pela bolsa de estudo que viabilizou o trabalho, e todos da Secretaria de Pós-graduação pela atenção e apoio.

Agradeço à Carolina Bio Poletto pela atenção e confiança ao trabalho, à Lucila Vianna pelas referências. À Dri Nunes pela grande ajuda na reta final.

Agradeço à Ligia e Alain por serem grandes parceiros, por tantas reflexões e apoio. A Elementos da Natureza por ser responsável por muitas concretizações e permitir os momentos de concentração.

Aos meus amigos Carlo Eugênio, Rogério Gutierrez e Marcia Correa, pelo interesse, conversas e contribuições.

Ao Miguel pelo companheirismo, apoio e grande compreensão.

À família por ser sempre presente.

Agradeço ao pessoal da ilha, e todos que estiveram presentes nos diferentes momentos de trabalho: Léo, Marcos, João, Carol, Juliano, Mariana, Paulo Nogara, Denis, Luciano, Marquinho, Prof. Adriano, Mauricio, Marcos, e tantos outros. Aos funcionários do PEIb. À Karine e Luisa pela amizade e parceria.

Aos membros da Câmara Técnica Comunidades Tradicionais.

E então a todos os moradores das comunidades caiçaras, pela participação, confiança, por fazerem este trabalho existir. Agradeço aos jovens da Baía dos Castelhanos e moradores da Vitória pela riqueza dos materiais aqui apresentados. E todos os outros, sem citar nomes para não deixar ninguém de fora, por permitirem minha presença em seus lugares, por me receberem e me respeitarem, e serem responsáveis por este processo acontecer.

RESUMO:

O presente trabalho vem contribuir com os processos participativos para envolvimento de populações tradicionais no planejamento e gestão de áreas protegidas insulares. São apresentadas experiências de pesquisa, educação e gestão ambiental, junto às populações caiçaras que habitam ilhas protegidas, e trazidas reflexões e contribuições para construção da gestão participativa no Arquipélago de Ilhabela. São utilizados referenciais teóricos no campo da geografia e antropologia marítima, planejamento e ordenamento territorial, áreas protegidas e políticas de inserção social. Discute-se a metodologia de pesquisa-ação-participativa, a partir da educação popular, apresenta-se formas de trabalho e abordagens para o pesquisador em campo trabalhar com comunidades tradicionais e ferramentas de pesquisa e diagnóstico participativo para estudar de lugares e populações. Pela aplicação das ferramentas e conhecimento dos sujeitos trabalhados, são apresentados dados e informações sobre as Comunidades Tradicionais Caiçaras que habitam o Arquipélago de Ilhabela, de modo a subsidiar a gestão do Parque Estadual de Ilhabela. Para concluir demonstra-se que, com este tipo de abordagem, é possível obter dados fundamentais para discutir a questão das comunidades tradicionais e unidades de conservação e pensar o ordenamento ambiental e territorial; além deste se configurar como uma maneira de envolvimento, aproximação e troca de informação. Porém, o processo de apropriação e protagonismo de populações locais na gestão de seus lugares requerem um longo caminho, com trabalhos complementares que fomentem a participação.

Palavras Chave: Pesquisa-ação-participativa; Unidade de Conservação; Comunidade Tradicional; População de Ilhas; Planejamento Territorial.

ABSTRACT:

The present dissertation contributes with participative processes fostering the involvement of traditional populations in planning and managing insular protected areas, working with the local inhabitants of the islands and offering reflections based on experience with research, popular education and participative management in the archipelago of Ilhabela. Theoretical references in the field of geography and maritime anthropology will be presented along with an approach to territorial organization and spatial planning, followed by issues related to protected areas and policies of social inclusion. We aimed at building a concept of participative-action-research based on popular education, presenting possible ways of working with traditional communities and of approaching them, using research and participative diagnosis techniques to study these communities and to conduct a population survey. Finally, we will present data and information about the Traditional Local Communities of the Ilhabela Archipelago based on our knowledge on the surveyed subjects and on the use of the techniques mentioned above, demonstrating that the information that is necessary to discuss the relation of the communities with the areas of protection can be collected while carrying out fieldwork activities. Furthermore, we will provide elements to support the reflection about the management of Ilhabela State Park and its planning, stressing the importance of recognizing the presence of the traditional populations in its interior and surroundings and focusing on the inclusion of these communities in the organization and participative management of protected areas. In conclusion, we will demonstrate that this type of approach enables the collection of data that is essential for reflecting about environmental and territory planning, besides, it configures itself as way of getting involved, bringing one another together and exchanging information. However, the process of appropriation and control of the management of the place where they live by local populations still has to face a long journey, with the aid of complimentary initiatives that foster participation.

Keywords: Participative-action-research; Protected Areas; Traditional Communities; Islands Population; Territory Planning.

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1 – Viagens pelas Ilhas de Ilhabela - rumo às comunidades tradicionais

Figura 2 – Escala da Paisagem das Comunidades Tradicionais de Ilhabela

Figura 3 – Mapa de área de influência o empreendimento de extração de gás.

Figura 4 - Unidades de Conservação incidentes no Arquipélago de Ilhabela: Parque Estadual de Ilhabela e APA Marinha LN – Setor Maembipe

Figura 5 – Ilhas habitadas do Arquipélago de Ilhabela

Búzios, São Sebastião, Vitória.

Figura 6 – Localização das comunidades tradicionais caiçaras do Arquipélago de Ilhabela

Figura 7 – Práticas de pesquisa em campo com as comunidades caiçaras.

Figura 8 – Ferramentas para reconhecimento e mapeamento de comunidade de pescadores e levantamento de população

Figura 9 - Entrevista semiestruturada - Ilha da Vitória

Figura 10 – Desenho e frase descrevendo a vida na comunidade em Castelhanos

Figura 11 – Mapa Mental de jovem moradora e estudante do Canto do Ribeirão

Figura 12 – Mapa dos Formatos da Costeira – conhecimento de pescadores que usam este trecho do mar a vida inteira

Figura 13 – Reconhecimento do lugar com morador. Local de captação de água – Ilha Vitória

Figura 14 – Mapa dos conflitos de uso do mar – Ilha da Vitória

Figura 15 – Mapa da Comunidade de Praia Mansa.

Figura 16 – Início de construção de maquete – Ilha da Vitória

Figura 17 – Árvore genealógica da comunidade do Canto do Ribeirão – Castelhanos

Figura 18 – Atividade coletiva de pesquisa-ação para confecção das árvores genealógicas. Famílias da Ilha da Vitória

Figura 19 – Modelo de questionário com perguntas semi estruturadas para identificar opinião sobre o futuro da comunidade em relação ao crescimento/decréscimo

Figura 20 – Modelo de questionário estruturado para levantamento de população

Figura 21- Desenho e frase “Como é a vida na minha comunidade”

Figura 22 – Pintura em madeira. Rancho e Canoa

Figura 23 - Na comunidade vivem da pesca

Figura 24 – Mapa mental Comunidade Praia Vermelha

Figura 25 – Mapa mental Comunidade de Ilha da Vitória

Figura 26 – Mapa Mental Ilha da Vitória

Figura 27 – Casas nas comunidades de Castelhanos

Figura 28 – Mapa Mental Canto do Ribeirão

Figura 29 – Mapa Mental Praia Vermelha

Figura 30 – Casa de Farinha

Figura 31 – Exemplos de peças de artesanatos

Figura 32 – Pescador fazendo acabamento em canoa de madeira

Figura 33 – Pesca

Figura 34 - Pirâmide Etária População município-arquipélago de Ilhabela 1970-2000

Figura 35 - Linha de crescimento da população município-arquipélago de Ilhabela 1854 - 2007

Figura 36 - Linha de crescimento da população das comunidades tradicionais caiçaras do município-arquipélago de Ilhabela de 1992 a 2008

Figura 37 – Dinâmica Populacional - 1992 a 2008 - Ilha dos Búzios

Figura 38 – Dinâmica Populacional - 1992 a 2008 – Castelhanos

Figura 39 – Parte de questionário com perguntas sobre migração

Figura 40 - Gráfico de origem dos moradores residentes nas comunidades tradicionais do Arquipélago de Ilhabela, 2008

Figura 41 – Origem dos Moradores Residentes

Figura 42 - Pirâmide Etária - População total das comunidades contempladas pelo Projeto Bela Ilha, 2008

Figura 43 – Moradores Participantes

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1 - População das Comunidades tradicionais Caiçaras do Arquipélago de Ilhabela

Tabela 2 - Quadro Escalar das Unidades de Paisagem, Bertrand, 1972. Exemplo na paisagem de Ilhabela.

SUMÁRIO:

1– APRESENTAÇÃO	09
1.1 - Viagem de uma pesquisadora pelas ilhas e pelo tempo do mar	10
1.2 - Povos do Mar e das Ilhas do Litoral Norte de São Paulo.....	14
1.3 - A Pesquisa	31
 2– REFERÊNCIAS CONCEITUAIS, JURIDICAS E APLICADAS DA PESQUISA	36
2.1 – Dialogando com a Geografia e Antropologia Marítima	37
2.2 – Áreas Protegidas: Políticas de Gestão e Planejamento Territorial.....	48
2.3 - Exemplos de experiências com Planejamento Participativo	52
2.4 - Populações Tradicionais	56
 3 - PRÁTICAS DE PESQUISA PARTICIPATIVA COM COMUNIDADES TRADICIONAIS	61
3.1 – A construção da Pesquisa Participativa pelos princípios da Educação Popular	62
3.2 – Trabalho de Campo com Comunidades	70
3.3 – As Ferramentas de Pesquisa e Diagnóstico Participativos	74
 4 – ARQUIPÉLAGO DE ILHABELA: a população caiçara e as ilhas protegidas	93
4.1– Caracterização das Comunidades sob olhar da Pesquisa Participativa ...	93
4.1.1- Mapa da Comunidade	93
4.1.2 - Dinâmica da População	104
4.2 - O Parque Estadual de Ilhabela – reconhecendo e pensando a inserção das populações na conservação das ilhas	117
 5 – CONCLUSÃO	122
 6 – BIBLIOGRAFIA	126

1- APRESENTAÇÃO:

Hoje é meu aniversário.

Estou aqui em Castelhanos, está chuvoso o tempo está frio.

Ontem à noite entrou uma frente fria.

Voltamos da praia Mansa, começou a chover no caminho.

Estava de capa, não molharam os ombros e os braços. Encharcou a calça.

Na hora de passar a barra do rio, quando a maré subia o nível ficava alto, quando a maré descia dava para passar correndo com água no joelho.

Hoje acordei pensando na vida que estou levando.

O lugar que estou morando. As coisas que estou fazendo. Será que está valendo à pena? Será que já cheguei a algum lugar? Já conquistei alguma coisa?

Já estou cansada, querendo parar.

Fico dividida, querendo fazer, continuar, ver resultados.

A gente não consegue descansar, parar, respirar. É difícil se alimentar bem, trazer comida para cá é pesado, não tem transporte. Aqui não se produz alimentos.

É bom andar. Chegar num lugar bonito, estar com a natureza.

Cruzar o rio, atravessar na praia, subir o morro.

É bom estar com as pessoas, dar risadas, se sentir acolhida e feliz

Há muita preocupação, muita dedicação para fazer acontecer, não tem estrutura.

Há reclamação, insatisfação.

O trabalho gratifica.

O contato com os meninos, o interesse que têm em participar, em receber coisas novas.

Sinto-me útil, importante. Estou aprendendo, estou ensinado.

(Trecho retirado de diário de Campo. Mariana Pirró (2006) – não publicado)

1.2 - Viagem de uma pesquisadora pelas ilhas e pelo tempo do mar:

Fazer pesquisa, viajar para as ilhas oceânicas, estar em contato com comunidades tradicionais caiçaras que vivem da pesca artesanal nos faz pensar em *maritimidade* – práticas econômicas, sociais e simbólicas resultante da interação do homem com o mar. Segundo Diegues (1998), a vida no mar é marcada por instabilidade e imprevisibilidade...

“O mar, espaço de vida dos pescadores marítimos, é marcado pela fluidez das águas e de seus recursos, pela instabilidade contínua provocada por fatores meteorológicos e oceanográficos, pela variação, migração das espécies, seus padrões de reprodução e migração. A vida no mar é também marcada não só por contingências naturais, mas por temores e medos, acidentes e naufrágios, pela flutuação dos preços, pela perecibilidade do pescado.”

(Diegues, 1998 p57)

O pesquisador, que estuda o mar e as pessoas que dele vivem, também vive a instabilidade, os riscos e desafios. A realidade que estuda é dinâmica e muito difícil de prever. Seguir cronogramas é praticamente impossível:

Entra vento, o mar vira, chove, não dá para sair de barco. Há constantes revisões e novos planejamentos da programação.

Muitas viagens são desmarcadas, quantas vezes já com a mochila nas costas, chegada a hora de embarcar ... não fomos.

Viagens são adiadas quando a previsão meteorológica indica e as condições de tempo não permitem. Os prazos seguem o ritmo que a realidade impõe, os cronogramas dos projetos têm “plano A” e “plano B” quase sempre.

Mas muitas lições são aprendidas.

A canoa a motor é o melhor transporte. Ela acompanha o ir e vir das ondas, bate no fundo, corta a ondulação. Pega carona com a maré. Chegar na praia é relativamente fácil embarcar e desembarcar, mas requer também alguma habilidade.

O bote e a batera também são bons. Carregam muita coisa, protegem do vento, da água do mar que respinga, da chuva. Mas enjoa...

A viagem com o pescador demora. Demora o tempo que o motor empurra. O trânsito de canoa a motor é rápido, e também seguro... se estiver com calma, sem medo, e conduzido por quem sabe o que está fazendo.

Desembarcar e embarcar na canoinha a remo na costeira não é para qualquer um... é preciso equilíbrio e rapidez para pular na canoa e depois na costeira, no tempo que o mar indica.

Só o pescador sabe dizer o momento certo de entrar e sair da canoa. Aprende-se a respeitar esse comando seguro de quem conhece o mar.

Tem famílias que moram lá em cima da encosta... é preciso que subir, subir, subir... haja fôlego, disposição e persistência.

A Ilha da Vitória é assim: são 300 metros de subida a partir da costeira. A trilha é boa, quando está seca, senão... escorrega!

É parte do trabalho carregar malas, equipamentos, livros e cadernos, sacola de comida, galão de água e tudo que cada um precisa a seu modo para passar sempre uma jornada prevista, mas preparada para surpresas.

Nem sempre há moradores para ajudar a carregar o peso, pois apesar de gentis não cabe a ninguém carregar as tralhas de outrem. Muitas vezes estão ocupados com seus afazeres e não esperamos que carreguem o que não estava previsto. Porém sempre há alguém disposto a ajudar.

E sempre é necessário um morador do lugar para embarcar e desembarcar. Sem eles - que dominam suas embarcações e acessos - é quase impossível pisar na ilha. Eis um exemplo de companheirismo.

O contato com a comunidade requer conversa bem calma, explicação. Todos olham, desconfiam. *Quem é aquele que vem de lá? O que procura por aqui?*

Natural, pois em outros contextos ninguém sai falando de sua vida para estranhos.

Trabalhar com as comunidades é assim: devagar e sempre, poupando energia e acompanhando o ritmo do lugar, das pessoas, da natureza. Não adianta querer fazer acontecer antes que se entenda a dinâmica das coisas, se respeite o movimento natural e tenha a parceria daqueles que ali estão.

Aqueles que compõem a paisagem, que vivem no lugar, usando e organizando há várias gerações. Nós somos o estranho.

O tempo está dado, só precisa ser percebido e respeitado.

Fotos: Nogara, 2005; Acervo Elementos da Natureza, 2007/2008

**Figura 1 – Viagens pelas Ilhas de Ilhabela
rumo às comunidades tradicionais**

FONTE: Google Earth; Imagem Land Sat 2000; Acervo PEIb; 2006; Pirró, 2008

Figura 2 – Paisagem das Comunidades Tradicionais de Ilhabela

1.2 - Povos do Mar e das Ilhas do Litoral Norte de São Paulo

As ilhas marítimas do litoral sudeste brasileiro, hoje local de moradia de populações tradicionais caiçaras – pescadores artesanais- são habitadas desde muitos séculos por sociedades insulares, que viveram em diferentes períodos históricos utilizando-se dos recursos naturais para sobrevivência.

Estudos arqueológicos indicam que há mais de 2.500 anos as ilhas deste litoral já eram habitadas por seres humanos. Montes de conchas e ossos e abrigos sob rochas (para acampamentos e sepultamentos) comprovam a existência de povos pré-históricos - pescadores, caçadores e coletores - que viviam pelas ilhas oceânicas; resquícios de ossos e cerâmicas indicam a presença de indígenas; ruínas de engenho e construções de pedra demonstram que colonizadores europeus e escravos passaram por essas ilhas.

Comunidades de pescadores artesanais confirmam que sociedades se mantiveram nesses lugares vivendo de acordo com os costumes, modo de vida e maneiras de conviver com as forças da natureza, herdados dos antigos. A pesca, o mergulho, a coleta de animais marinhos (ostras, mariscos e berbigão, ouriços, caranguejos), junto com a caça de animais de pequeno porte e coleta de vegetais (raízes, frutos, sementes, mel silvestre) marcam ainda no presente as práticas de sobrevivência de grupos humanos das ilhas do litoral paulista.

Para Diegues (1998) a especificidade das populações insulares reside, em grande parte, na produção e reprodução de práticas econômicas, sociais e simbólicas elaboradas a partir da presença do espaço marítimo, da limitação de áreas e recursos, e do contato com outras sociedades.

A vida em uma ilha está relacionada com a exposição às forças da natureza, a um movimento de chegada e saída; de atracar à procura de abrigo, de aportar em terra em busca de mais recursos, como alimento e água.

O domínio da navegação é condição para viver em ilha, afinal a única forma de chegar num ambiente ilhéu é navegando. Os indícios dos primeiros habitantes já demonstram que eram excelentes remadores; sepultamentos e

estudos em esqueletos indicam que indivíduos tinham membros superiores desenvolvidos (Comerlato, 2002).

“Suas canoas devem ter singrado as águas, por todos os cantos da região geográfica. Os homens pré-históricos constituíam ali, como que uma civilização de canoeiros e um grupo humano conchófago e ictiófago, por excelência”.

(Ab’Saber & Besnard, 1953, apud Silva, 1975)

A tecnologia de fazer canoa em um único tronco de madeira é arte ancestral, dominada pelos mestres e canoeiros, revela conhecimento e domínio de usar um recurso da mata para enfrentar o mar. A canoa de madeira é a embarcação mais bem adaptada às condições adversas do mar da região, acompanha o movimento das ondas e resiste ao embarque e desembarque nas costeiras (Maldonado, 1997).

“A canoa carrega em si a essência da identidade caiçara: o povo que transita entre a mata (agricultor e coletor) e o mar (pescador). É através da canoa que essas naturezas se relacionam, se tocam, se mesclam e permitem a expressão do ser caiçara” (Maldonado, 2001).

A territorialidade das sociedades de ilhas é definida pelo mar e pontos de referência, tais como ilhas, lajes, parciais, pontas, baías; também por referenciais em terra, como topos de morros, rochas expostas, grandes árvores, e pelas marcas na paisagem dos aglomerados humanos, onde vivem suas famílias.

“A maritimidade pode representar uma barreira que isola as sociedades ilhéus, mas também pode ser vista como um elo de ligação e comunicação entre as sociedades marítimas estabelecidas no litoral.” (Diegues, 1998, p.93)

A ideia de insularidade é resultante das práticas econômicas e sociais decorrentes da vida num espaço limitado, cercado pelo oceano, com barreiras geográficas e culturais definidas. *A pergunta que se faz é: até que ponto a*

insularidade contribui para a produção de uma identidade particular do ilhéu, que se diferencia daquele habitante do continente? (Idem, p51).

Talvez a insularidade seja o principal motivo da Comunidade¹ Tradicional Caiçara de Ilhabela ter mantido expressivos aspectos da cultura tradicional. Por viverem em ilhas têm fortes vínculos com a terra como local de alimentação, abrigo, proteção e presença com a família; por estarem rodeados por mar, possuem forte relação com o ambiente marinho e dominam técnicas de navegação. O Caiçara Tradicional é definido pelo vínculo estabelecido entre o mar e a terra, ao consorcio de atividades na roça e na pesca (Adams, 2000).

A tradição do caiçara está relacionada ao modo de vida e às formas de relação social, dentre as quais destacamos: dependência dos recursos naturais, florestais e marinhos; conhecimento dos ciclos naturais, que se reflete na elaboração de sistemas de manejo de recursos naturais; pertencimento e apropriação das praias e morros, onde habitam e estabelecem suas comunidades; organizações sociais comunitárias (cooperação, ajuda, união, conflitos, brigas familiares); grande importância dada à unidade familiar (relações de parentesco, união e movimento particular de casamentos e migração); atividades de subsistência com reduzida divisão técnica e social do trabalho.

A cultura caiçara foi moldada pelas mudanças ligadas dos ciclos econômicos regionais, dos quais o caiçara participa e depende. Neste sentido os modos de produção sempre estiveram em transformação e a própria mudança aparece como modelo de cultura. Nogara (2005) apresenta as populações tradicionais caiçaras como participantes da formação capitalista-moderna, predispostas à assimilação de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista adjacente, às mudanças de seus costumes, modos de vida e formas de obtenção de renda.

¹ Do ponto de vista da sociologia, uma **comunidade** é um conjunto de pessoas que se organizam sob o mesmo conjunto de normas, geralmente vivem no mesmo local, sob o mesmo governo ou compartilham do mesmo legado cultural e histórico. (Fernandes, Florestan. Comunidade e Sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. SP, Ed Nacional, EDUSP, 1973, in: Wikipédia, jun. 2010).

O momento histórico atual é marcado pelo desenvolvimento da atividade econômica do turismo, que apresenta às comunidades outras formas de obtenção de renda, tais como a venda de pescados para bares e restaurantes, viagens de canoa para transportar turistas, aluguel de casas, limpeza de terrenos e casas de veraneio, trabalho nos bares, guias de trilhas.

Outro fator de intervenção na cultura são os espaços de representação social: conselhos, fóruns de participação e a realização de projetos socioambientais, que exigem presença de representantes, comprometimento e organização em associações (em moldes que não têm familiaridade). Também, a presença de visitantes, amigos e troca com pessoas externas as famílias, somados ao acesso aos meios de comunicação, como televisão e rádio, provocam mudanças culturais, uma vez que apresentam novas fontes de consumo, influências musicais, valores éticos e morais.

O contato com as cidades próximas (Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba, Ubatuba) é frequente. Viagens semanais ocorrem para a venda do pescado, para compra de gelo e equipamentos de atividade da pesca; também para comprar alimentos, roupas e mantimentos em geral; para consultar médicos e exames; obter documentos e receber ajudas de assistência governamental.

Mesmo com essas mudanças no modo de vida da população, as relações de uso dos recursos naturais, de comércio e troca entre os moradores, de deslocamento e transporte de mercadorias continuam ter relação direta com o mar e com a terra. Marcando a territorialidade das comunidades tradicionais nos espaços terrestres e marinhos.

Histórico de ocupação do litoral e formação da população caiçara

A história de ocupação do litoral Norte Paulista demonstra que houve diferentes períodos de ocupação e constituição de grupos humanos, ora com atividades mais voltadas para o mar, ora para terra. Devido à exposição ao oceano Atlântico, à abundância de recursos naturais e característica portuária do canal de São Sebastião, atividades marítimas, de comércio e disputas

territoriais marcaram o modo de vida, as formas de transporte e de troca entre os moradores.

Buscando relacionar àqueles que atualmente vivem no lado oceânico do Arquipélago de Ilhabela, abordaremos um contexto histórico da região do Litoral Norte Paulista e a consolidação de territórios de proteção ambiental, apresentando as unidades de conservação que atingem as ilhas de Ilhabela. Em função da riqueza histórica e muitos acontecimentos, foram definidos recortes espaciais e temporais considerados mais significativos para o entendimento do segmento aqui estudado.

Período Pré- colonial:

Há mais de 2.500 anos as ilhas do litoral paulista já eram habitadas por seres humanos (Cali, 2000; Bendazzoli, 2009). Povos pré-históricos, pescadores, caçadores e coletores que produziam objetos de pedra e osso, a partir de episódios sucessivos de acúmulo de material num mesmo local, construíram montes de conchas e ossos de tamanhos diversos (Bendazzoli, 2007).

No Arquipélago de Ilhabela treze sítios arqueológicos pré-históricos foram identificados², são formados por restos de conchas, ossos de animais, fogueiras, artefatos, e ossos de sepultamentos humanos; e têm como diferencial o fato de alguns estarem associados a abrigos sob rochas. A maioria deles está localizada nas ilhas menores, apresentando-se em áreas próximas ao mar, nas meias encostas dos morros (Cali, 2010).

Indícios arqueológicos indígenas também são encontrados no Arquipélago e demonstram que diferentes etnias estiveram pela região: vestígios de

² Oito deles têm características de montes de conchas e ossos e os demais são abrigos sob rochas, usados como acampamentos temporários e para fins funerários. (Cali, 2000)

Arqueólogos que pesquisam o Arquipélago divergem na definição dos sítios. Cali (2000) denomina-os por sítios Concheiros, diferenciando dos Sambaquis; pela maior quantidade de restos de peixes e ossos e menos conchas, por as conchas estarem menos compactadas e por concentrarem-se em bolsões, para o autor esta característica indica que esses povos passaram por mudança cultural/ecológica, se voltando mais à atividade pesqueira (Cali, 2000). Para Bendazzoli (2009) são sítios Sambaquieiros, porém em menores dimensões, diferenciando-os de sítios *Concheiros Naturais* pela origem necessariamente antropogênica (Bendazzoli, 2007).

cerâmica de tradição Itararé indicam a presença de índios de origem étnica do grupo Jê (Cali, 2000); e resquícios materiais e imateriais de grupos tupi-guarani mostram que o grupo teve forte influência na região³.

Mesmo sabendo que os grupos indígenas foram numerosos, a organização e formas de ocupação espacial não deixaram efeitos duradouros na caracterização da paisagem, o que dificulta estudos por registros históricos e resquícios materiais. Assim, especificamente sobre o Arquipélago de Ilhabela, não há informações detalhadas para afirmar a presença desses povos indígenas em suas ilhas, mesmo sabendo-se que estiveram por ali.

Mas mais importante do que os traços na paisagem natural foi a contribuição do indígena para a definição do grupo étnico Caiçara (também mestiçado com o negro e o europeu); *com os tipos humanos permaneceu muita bagagem cultural do indígena, especialmente da cultura material com um gênero de vida voltado para o uso dos recursos naturais* (Silva, 1975).

Estudos arqueológicos em Ilhabela relacionados aos grupos indígenas estão em andamento (Bendazzoli, 2009). As informações já existentes referem-se às tribos Tupiniquins, localizadas na costa sul do município de São Sebastião e Tupinambás (em Ubatuba), sabe-se que as tribos Tupi eram guerrilheiras, disputavam recursos e territórios, porém, o papel da Ilha de São Sebastião - enquanto território neutro, ou local para enterrar os mortos (Pirró, 2004) fica apenas como suposição. Da mesma forma que a presença de índios da etnia Jê junto com os Tupis pode indicar uma disputa por espaço: supõe-se que a chegada dos tupis no litoral tenha deslocado os Jês, que viviam na planície de Caraguatatuba, para a ilha de São Sebastião.

Porém, somente estudos específicos poderão confirmar ou reconstruir tais hipóteses. O que se pode afirmar é que desde o período pré-colonial o litoral norte paulista é palco de conflito e disputa territorial.

Período Pós- colonial:

A partir da colonização, outras disputas foram instituídas na região. Primeiramente entre os indígenas e europeus colonizadores, em um

³ Para mais informações consultar: Staden (1999); Silva (1975); Ressurreição (2002); Pirró (2004); entre outros.

movimento de invasão do litoral com armas de fogo e violência. As características guerreiras dos índios travaram um longo período de resistência aos brancos, com conflitos e lutas que dificultaram a implantação dos estabelecimentos dos colonizadores. Segundo França (1951), *as disputas atrasaram quase meio século a conquista e colonização da capitania de Santo Amaro, da qual pertencia a Ilha de São Sebastião. As lutas se estenderam pela segunda metade do século XVI, quando a população indígena foi exterminada, escravizada ou retirada de seus lugares.*

Os próprios colonizadores também guerrearam entre si: alianças para dominar as terras e acordos comerciais foram responsáveis por invasões de terras e ataques de navios corsários.

Desde a chegada dos colonizadores até os momentos atuais, diferentes atividades de produção e configurações espaciais desenvolveram-se na região. Construções e modificações duradouras passaram a fazer parte da paisagem, iniciadas pelos fortes, fazendas e engenhos que representavam a dominação do território; seguidas por casas, igrejas, praças, que marcam a constituição das vilas urbanas; e na sequência abertura de estradas, desmatamentos, loteamentos, construções, ocupações e empreendimentos.

Os grandes ciclos econômicos marcaram períodos de desenvolvimento: plantação de cana, produção de açúcar e aguardente, contrabando de ouro, plantações de café, novo período de produção de aguardente, pesca, turismo (Noffs, 2007). De alguma forma, todos os ciclos econômicos, seus momentos de apogeu e declínio, estavam relacionados com a questão comercial e de transporte marítimo.

Durante os períodos de declínio das atividades de produção e comércio, a região continuou em atividade comercial, basicamente em função da localização e condições favoráveis de abrigo característicos do porto de São Sebastião. Nos primeiros séculos foram desenvolvidas atividades de contrabando de ouro, pesca de baleia, tráfico de escravos. Também o comércio de recursos naturais (como madeira com serrarias espalhadas pela

costa), tráfico de animais silvestres (principalmente aves) e alimentos produzidos no local (frutas, banana, mandioca).

Com movimento de migração, no início do sec. XX, japoneses trouxeram novas técnicas de pesca, que foram introduzidas na cultura local aumentando a atividade pesqueira comercial e trazendo grande desenvolvimento para a região, principalmente no lado oceânico de Ilhabela (Pirró, 2004).

Até a abertura da estrada de terra de São Sebastião para Bertioga e Santos, e do serviço de balsa, toda costa norte do litoral (São Sebastião, Ilhabela Caraguatatuba e Ubatuba) dependia dos barcos a motor para realizar comércio com o mercado santista e, em menor escala, com o Rio de Janeiro (Noffs, 2007).

Nesse período, povoados remanescentes se fixaram nas terras desenvolvendo modos de vida voltados à subsistência e pequena atividade mercantil. *Esses indivíduos se dedicaram à formação de uma economia de subsistência, caracterizada pela diversidade agrícola de gêneros de primeira necessidade, pela exploração dos recursos naturais e pelas atividades de pesca e caça. (...) Assim constituíram-se as chamadas "comunidades tradicionais", que no litoral ficaram conhecidas como "caiçaras" e no interior como "cabocla" ou "caipira" (SMA-SP, 2008).*

A atividade mercantil permanecia, os barcos a motor, ao passar por essas comunidades levavam suprimentos (querosene, tecido, carne seca, sal, fumo, sabão) que abasteciam as pequenas mercearias presentes nas comunidades e compravam peixe seco, banana, mandioca, farinha e excedentes das roças em geral (Pirró, 2004).

A partir da década de 50, com a inauguração do Porto de São Sebastião em 1955, seguida do início da abertura da rodovia Rio-Santos, em 1962, da inauguração da travessia da balsa ligando Ilhabela ao continente, em 1964, e da inauguração do Terminal Aquaviário Almirante Barroso da Transpetro, TEBAR para armazenamento e distribuição de petróleo, em 1968, um novo rumo de desenvolvimento foi apresentado para a região. Apresentando mais um cenário de conflitos pelo uso do espaço marinho: incidentes de vazamento

de óleo, geraram impactos negativos sobre os ambientes marinhos, sobre a pesca e sobre a recém-instalada indústria turística (Nogara, 2005).

O crescimento da população, a vinda de mão de obra qualificada, o aumento de circulação e transporte terrestre e marítimo determinam um importante momento no processo de crescimento e ocupação, principalmente para as cidades de São Sebastião e Ilhabela (Lima, 2006). Ao mesmo tempo, com a facilidade de acesso e aumento de circulação na região, a atividade turística, voltada para o lazer náutico e turismo de veraneio (segunda residência) ganhou força, passando a ser o principal fator de ocupação de toda faixa costeira. Com a abertura de estradas, loteamento e venda de terras, a terra passou a ter valor não mais pela possibilidade de moradia e produção, mas como especulação, gerando lucro por futuros empreendimentos imobiliários (Noffs, 2007).

Neste contexto, enxergando a necessidade de proteger a natureza, preservar os últimos remanescentes de Mata Atlântica e a biodiversidade, o estado instituiu os territórios de preservação ambiental criando, em 1977, os Parques Estaduais da Serra do Mar⁴ e Ilhabela. Vale ressaltar que a criação dessas UCs foi motivada pelos valores e aspectos biológicos, físicos e cênicos que determinaram a sua delimitação, ignorando a presença das comunidades tradicionais, que em alguns casos foram contidas pelos limites dos parques e em outros, passaram a integrar a área de entorno (Nogara, 2005).

Em 1985 Resolução CONDEPHAAT Nº40/85 dispôs sobre o tombamento da Mata Atlântica da Serra do Mar como patrimônio histórico e cultural, disciplinou um pouco mais o processo de ocupação, que mais tarde tornou-se ainda mais restritivo com os acréscimos de novas leis de Proteção da Mata Atlântica e dos Mosaicos e Corredores da Biodiversidade (SMA, 2008).

A partir daí outro cenário de conflitos e disputa pelo espaço se configura: especuladores imobiliários que vêem a venda da terra, o desmatamento e a construção como fonte de lucro, ambientalistas que querem proteger a

⁴ Parque Estadual da Serra do Mar - PESM- Decreto Estadual Nº. 10.251, alterado pelos Decretos Estaduais Nº 13.313/79 e Nº 19.448/82

natureza deixando-a intocada para a preservação da biodiversidade e moradores locais que usam a terra como local de moradia, fonte de recursos e alimentação.

Vale aqui retomar o lado oceânico das ilhas deste litoral, em específico as praias e ilhas do arquipélago de Ilhabela onde estão as comunidades que trabalhamos. Esses lugares, no momento de aberturas e mudanças, ficaram à margem das transformações. Talvez o fator de maior importância tenha sido a criação do Parque Estadual de Ilhabela, que passou a proteger grande parte do território que poderia ser ocupado, impedindo a venda das terras, a abertura de estradas e acesso às praias oceânicas, e assim dificultando os processos de loteamento e contato com as comunidades caiçaras.

As famílias caiçaras mantiveram seu modo de vida tradicional, vivendo da pesca, caça e roça. Porém com a legislação preservacionista da unidade de conservação de proteção integral, que não permite a presença de pessoas residindo em seu interior nem o uso dos recursos naturais, tais como madeira (que utilizam para construir suas casas, canoas e petrechos de pesca), animais (que caçam para sobrevivência), limpeza de áreas da mata (onde fazem as roças); o modo de vida dessas pessoas foi prejudicado, gerando uma série de conflitos entre as comunidades tradicionais e o Parque Estadual.

No início da instituição da unidade de conservação as autoridades governamentais exerceram fiscalização e “mostraram” aos moradores que suas práticas e hábitos de vida estavam proibidos. Porém a falta de estrutura, de política de gestão e a ausência do estado nesses locais permitiu que as famílias permanecessem vivendo da mesma maneira, pescando, caçando e coletando recursos da natureza, mas de forma ilegal. Suas relações familiares e a dinâmica de formação e migração das famílias foram mantidas. Mantiveram também a forte relação com o mar, herdada dos antigos para tirar o sustento e se transportar para as comunidades vizinhas e a cidade.

Atualmente a região passa por um novo momento de mudanças. O rumo é o mesmo: ampliação de estradas, ampliação do porto de São Sebastião, nova base de petróleo e gás, especulação imobiliária, novos empreendimentos,

aumento de comércio e indústria, atividade turística, movimentos ambientalistas. Porém os espaços disponíveis diminuíram, a quantidade de pessoas aumentou, a intensidade das atividades comerciais, industriais e petroleiras está maior, os ambientes poluídos aumentaram e os recursos naturais estão diminuindo. A visão ambientalista/preservacionista está mudando, passa-se a considerar que a proteção da natureza deve ser atrelada às atividades e formas de uso sustentáveis, com responsabilidade para não esgotar os recursos para as futuras gerações.

Os espaços terrestres também estão se esgotando e as atividades no mar voltam a ganhar mais importância. Fala-se em atividade off-shore para exploração e transporte de petróleo e gás, transporte marítimo de containers, desenvolvimento por atividades de turismo náutico, maricultura e produção de pescado, de unidade de conservação de uso sustentável no mar.

Desta vez as comunidades tradicionais não ficarão à margem do desenvolvimento e fora das transformações, como ocorreu em momento anterior. Agora estão no centro de um novo território costeiro que se configura no litoral sudeste do Brasil.

FONTE: EIA RIMA- Campo de mexilhão Petrobrás, 2006

Figura 3 – Mapa de área de influência o empreendimento de extração de gás. Nota-a face oceânica do Arquipélago de Ilhabela sob influencia direta e área potencialmente afetada.

As Unidades de Conservação no Arquipélago de Ilhabela

O Arquipélago de Ilhabela está inserido no conjunto das Unidades de Conservação do Litoral Norte Paulista sob administração da Fundação Florestal – Secretaria do Meio Ambiente - SP. Suas doze ilhas, dois ilhotes e duas lajes estão protegidas pelo Parque Estadual de Ilhabela⁵ que ocupa 83% do território terrestre, e contempla integralmente todas as ilhas e lajes com exceção da Ilha de São Sebastião, sede do município, que tem seus limites definidos por cotas altimétricas, variando entre 200 e 100 metros de altitude, a divisa com terreno de marinha e cota zero.

O entorno marinho está sob proteção e ordenamento da Área de Proteção Ambiental - Marinha do Litoral Norte⁶, que desde outubro de 2008, com a formação do conselho consultivo e câmaras técnicas, vem discutindo questões relativas à gestão e construindo de forma participativa, as regras de uso e conservação no território da APA.

Ambas unidades de conservação estão com seus planos de manejo em processo de elaboração. O mapa a seguir permite visualização do território protegido deste arquipélago.

⁵ Parque Estadual de Ilhabela - Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada em 20 de janeiro de 1977, pelo Decreto Estadual 9.414.

⁶ Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Norte - Unidade de Conservação de Uso Sustentável, criada em 8 de outubro de 2008, pelo Decreto Estadual 53.525.

FONTE: SMA, 2008. Adaptado por Pirró, 2010

**Figura 4 - Unidades de Conservação incidentes no Arquipélago de Ilhabela:
Parque Estadual de Ilhabela e APA Marinha LN – Setor Maembipe**

Conforme Figura 4 apresentada, o entorno marinho do Parque Estadual de Ilhabela faz parte do Setor Maembipe da APA Marinha, havendo sobreposição de unidades de conservação. Destacamos as ilhas Vitória, Búzios e a Ilha de São Sebastião, por serem as três maiores do conjunto e serem habitadas por populações tradicionais caiçaras, desde antes à criação das unidades de conservação.

**Figura 5 – Ilhas habitadas do Arquipélago de Ilhabela
Búzios, São Sebastião, Vitória.**

As famílias de caiçaras tradicionais estão na face oceânica do Arquipélago, distribuídas nas 17 comunidades localizadas nas ilhas de Búzios, Vitória, e setores sul, leste (Baía dos Castelhanos), nordeste da ilha de São Sebastião. Destas, seis se encontram no interior do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) e 11 estão no entorno da unidade de conservação, conforme indicado na Figura 6 a seguir).

**Figura 6 – Localização das comunidades tradicionais caiçaras
do Arquipélago de Ilhabela**

FONTE: PIRRÓ, 2008

A população tradicional caiçara totaliza cerca de 880 pessoas, 220 famílias. Sendo que 83 famílias estão localizadas no interior do Parque Estadual de Ilhabela e cerca 140 famílias vivem nas comunidades do entorno do PEIb. Conforme indicado na tabela a seguir:

Tabela 1 - População das Comunidades tradicionais Caiçaras do Arquipélago de Ilhabela

Comunidades Interior PEIb	Nº de Famílias	Nº pessoas
VITÓRIA	17	47
GUANXUMAS DOS BÚZIOS	19	73
PORTO DO MEIO	33	96
PITANGUEIRAS	3	13
FIGUEIRA	3	19
SOMBRIIO	8	21
TOTAL	83	269

Comunidades Entorno do PEIb	Nº de Famílias	Nº pessoas
VERMELHA	5	27
MANSA	7	27
LAGOA	16	67
RIBEIRÃO	10	40
ESTÁCIO	1	2
GUANXUMA	7	26
SERRARIA	18	70
FOME	10	33
BONETE*	76	311
ENCHOVAS*	3	6
INDAIAÚBA*	3	s/nº
TOTAL	139	609

FONTE: PIRRÓ (2008) Atualizado.

*FONTE: NOGARA (2005)

A delimitação das unidades de conservação, por terem referências distintas daquelas relacionadas com a territorialidade de quem está no lugar, dificultam a compreensão e respeito aos limites áreas protegidas, bem como apropriação e reconhecimento das regras de proteção dos recursos naturais por parte das famílias tradicionais.

Neste sentido reforçamos a importância do planejamento e zoneamento serem realizados junto daqueles que usam o território ordenado. Para que todos os atores possam construir, compreender, respeitar e fiscalizar as regras.

Apresentado o cenário do litoral Norte Paulista, repleto de conflitos e disputas por espaço e recursos, com diferentes interesses para o uso e ocupação do território e diretrizes políticas e econômicas em negociação, faz-se necessário que haja diálogo entre as partes, que sejam estabelecidos acordos e parcerias.

Para a mediação de conflitos e busca da sustentabilidade, fala-se na produção de conhecimento e potencialização dos processos de participação com o empoderamento da sociedade (Bleier, 2008). Reforçamos assim a importância de conhecer todas as formas de uso e as lógicas de apropriação do espaço que cada segmento da sociedade estabelece no mesmo território, a partir de seus interesses e intenções.

Então reconhecemos que as populações tradicionais estudadas constituem um entre os diversos segmentos sociais, também inseridas na complexidade desta realidade. Assim devem ser respeitadas e integradas na sociedade. Enquanto cidadãos tem o direito constitucional de participar das decisões políticas e administrativas que os afetam. A forma e as consequências de sua participação devem atender suas particularidades organizativas com o objetivo de ser eficaz.

1.3 A pesquisa

“A pesquisa-ação pretende, simultaneamente, investigar e atuar como uma espécie de dialética do conhecimento e da ação, que tende ao mesmo tempo a criar uma mudança na situação concreta e a estudar as condições em que os resultados foram produzidos.”
(Vasconcelos, 2006)

Esta pesquisa vem contribuir com a inserção das populações tradicionais nos processos participativos de planejamento e gestão de unidades de conservação, apresentando abordagens de pesquisa participativa e procedimentos de campo junto com as comunidades estudadas. A partir de experiência de pesquisa com as comunidades tradicionais caiçaras das ilhas protegidas do Arquipélago de Ilhabela, Litoral Norte do Estado de São Paulo, são utilizados referenciais teóricos, metodológicos, legais, e exemplos de outras realidades para embasar a argumentação e demonstrar que tais procedimentos de pesquisa participativa respeitam as particularidades locais, levam à apropriação do conhecimento e fomentam a inserção social.

Por ***práticas de pesquisa de campo*** entendem-se procedimentos de pesquisa participativa, realizados pela integração com os sujeitos pesquisados, a partir de atividades de investigação-ação, aplicadas tanto no contato com a realidade estudada (levantamentos de campo e execução de projetos) como em situações de diálogo e reuniões. Pretende-se, com esta pesquisa, contribuir com o trabalho de outros pesquisadores, gestores, técnicos, consultores, educadores, entre outros, que trabalham junto com comunidades tradicionais, facilitando a articulação entre os diferentes atores – profissionais e comunitários- envolvidos na mesma realidade.

Considera-se que a presença do pesquisador interfere na realidade investigada e que o processo de pesquisar influencia a população trabalhada, no sentido de ajudá-la a se apropriar do conhecimento produzido, receber formação teórico-prática e adquirir capacidade de pensar por si mesma. As práticas de pesquisa aqui apresentadas têm como ideias norteadoras os princípios da Educação Popular, entendida por educação COM as classes populares.

“Como um processo de humanização, um ato político, de conhecimento e criação que ocorre no diálogo entre os seres humanos, sujeitos de sua vida, e que, solidariamente fazem e refazem o mundo” (Vasconcelos & Oliveira, 2009).

Também são apresentados dados e informações, obtidos a partir da realização dessas práticas junto às comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela, para demonstrar esses podem caracterizar uma realidade específica, através de um olhar integrador entre os conhecimentos científicos e populares, contribuindo com o reconhecimento, a melhor compreensão da lógica das culturas tradicionais e, assim, a inserção desses povos tradicionais na gestão participativa de unidades de conservação.

Acreditamos que realizar pesquisa de campo com metodologias participativas, que promovam a integração entre os atores envolvidos e envolvam os comunitários, é uma maneira de fomentar processos participativos na gestão e manejo das áreas protegidas e estimular que essas pessoas sejam protagonistas da gestão de seus lugares.

A definição de **Participação** remete-se a um conceito que pressupõe a divisão de poder no processo de decisão, passando aos atores o controle da execução e avaliação dos resultados. O mais importante não é, em si, o resultado que a participação pode trazer, mas o processo de exercitá-la. Numa concepção democrática, essa é considerada um direito das pessoas, um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder, que pode ser provocado e organizado. A participação é facilitada pela organização e a criação de fluxos de comunicação e devem-se respeitar as diferenças individuais na forma de participar (Gomes, et al.1998).

Para Fox *et al*, (2008) a participação ajuda a resolver problemas à medida em que abre novos caminhos para cidadãos levantarem questões; o que inclui a capacitação, a mudança de relações com os que estão no poder e a promoção de aprendizado, trazendo novas informações e perspectivas.

“A conquista da cidadania não é uma questão de reconhecer ou conceder, a alguém, direitos. Mas efetivamente uma apropriação civil de direitos e liberdade democrática num processo construtivo de um novo modelo de sociedade civil.”

(Furlan, 2000)

Os questionamentos a seguir nortearam a estrutura da pesquisa, ajudando a pensar e construir os argumentos apresentados, mesmo estando claro que algumas respostas não serão encontradas neste exercício de pesquisa, uma vez que fazemos um recorte de análise de um processo que demanda continuidade e tempo para obtenção de resultados a serem avaliados.

- *Os sujeitos envolvidos nos projetos e programas se sentem parte e se co-responsabilizam pela realização e continuidade das ações?*
- *Como fazer para que reconheçam e valorizem seu modo de vida e percebam a importância de seus conhecimentos para a conservação da natureza?*
- *Como sensibilizar e envolver membros de comunidades tradicionais para que participem e contribuam com as pesquisas, projetos e programas realizados em suas comunidades?*
- *Como as técnicas de pesquisas em geografia podem levar os sujeitos trabalhados a realizarem pesquisa? Quais ferramentas promovem a efetiva participação dos sujeitos envolvidos?*
- *Quais técnicas de pesquisa podem ser usadas para levantar informações a respeito da estrutura populacional e uso dos recursos naturais de paisagens costeiras?*
- *Qual o papel do pesquisador na construção e implementação da gestão participativa de territórios manejados e protegidos?*
- *Como os trabalhos de mobilização e apropriação do conhecimento junto aos povos tradicionais podem contribuir para o envolvimento e fomento de uma gestão compartilhada em Unidades de Conservação?*

O que se considerou importante:

As populações que vivem em contato e dependem diretamente dos recursos naturais, que antes eram vistas pelas políticas preservacionistas como destruidoras do ambiente, estão cada vez mais sendo consideradas, em contextos políticos de gestão, como agentes da conservação ambiental, através de seus conhecimentos e formas de se relacionarem com os ambientes naturais. A visão sócio-ambientalista considera a natureza

protegida como um espaço de vida sociocultural, que usa os recursos ali presentes de uma maneira equilibrada, ecológica e economicamente correta (Vianna, 2008).

Segundo Magalhães (2009), *a participação social vem sendo meio e fim de diversos processos de busca coletiva de soluções para gestão dos recursos de bem comum, no Brasil e no mundo. Meio por exigir conceitos e ferramentas que estimulam a troca de ideias e saberes para a construção compartilhada de objetivos e produtos; e fim porque, ao propiciar um ambiente de aprendizagem inclusivo e produtivo, conclama pessoas, grupos e setores sociais a trabalhar colaborativamente, acreditando nas chances reais de êxito que podem decorrer desse investimento* (Magalhães, 2009; p13).

No contexto das unidades de conservação, Diegues e Nogara (1999) foram de certo modo pioneiros ao questionarem a eficácia na gestão das áreas protegidas quando não há o envolvimento da população que reside no lugar. Cada vez mais surgem diretrizes e ações voltadas para gestão participativa que buscam o envolvimento da sociedade civil, a co-responsabilidade nas decisões e realização de medidas para a proteção da biodiversidade.

Assim, instrumentos e espaços de participação, tais como os planos de gestão ambiental (planos de manejo) e os conselhos consultivos e suas respectivas câmaras técnicas, bem como ferramentas e guias para abordagens participativas, vêm sendo ampliados, no sentido de fomentar o envolvimento dos atores e o desenvolvimento de programas e projetos de conservação, educação, pesquisa e sustentabilidade ambiental.

Porém, mesmo com legislação e mecanismos para fomentar o envolvimento social, algumas dificuldades impedem a concretização do ideal de participação, tais como: falta de informação e conhecimento, de linguagem comunicativa, falta de consciência e cultura de participação, não concretização das decisões, ausência ao respeito às diferenças dos segmentos sociais envolvidos no processo participativo, dentre outros.

Para Rodrigues (2001) *"(...) é preciso conhecer as diferenças para então tentar encontrar a melhor forma de articulá-las"* (p.158).

Segundo Furlan, et al (2009), apud. Bensusan (2006) *há necessidade de se identificar e promover processos sociais que possibilitem às*

comunidades locais conservar a biodiversidade como parte de seus modos de vida, incluindo o manejo das áreas protegidas. Esta postura implica, fundamentalmente, em criar espaços de diálogo e decisão, por meio da construção de políticas públicas proativas, inclusivas e atribuidoras de poder.

Este trabalho vem contribuir com a concepção e execução desses processos, demonstrando esforço em consorciar os conhecimentos teóricos (leituras, ensinamentos, legislação) com os práticos, obtidos pela vivência com os povos estudados e experiências com gestão em Unidade de Conservação, no sentido de possibilitar o crescimento e a troca entre dois mundos que navegam por rotas diferentes, mas que pretendem chegar ao mesmo lugar.

“O discurso teórico, utilizado na Educação Popular, talvez em função, exatamente, dos limites que impedem o alcance de uma mudança social efetiva, muitas vezes, não se concretiza na prática. Para tanto, é necessário revalorizar a prática para descobrir suas próprias riquezas, e projetar-se para além do discurso” (Vasconcelos & Oliveira, 2009; p. 140).

2– REFERÊNCIAS CONCEITUAIS, JURIDICAS E APLICADAS DA PESQUISA

2.1 – Dialogando com a Geografia e Antropologia Marítima

A Geografia é aqui definida como uma forma de conhecimento e compreensão do mundo, uma leitura de um recorte espacial, feita pelo ser humano, para interpretar e compreender o uso do espaço analisado e as articulações entre os sistemas naturais e suas relações com a história humana. Uma abordagem que leva à síntese do conhecimento, à conexão dos fenômenos e à interação entre sociedade e natureza, intermediada por técnicas confundidas com uma cultura local (Pirró,2004).

Dentre os campos da geografia, citamos a Geografia Política, que busca explicar a relação entre espaço e poder, analisa as formas de domínio dos lugares e utiliza-se da categoria Território como explicativa dessa relação. Segundo Moraes (2000) a formação dos territórios é um ato político por excelência e seus processos histórico-concretos são múltiplos e variados; mesmo tendo motivações econômicas bem determinadas, os territórios são construções militares (que limitam e garantem sua configuração espacial); construções jurídicas, que necessitam ser legitimadas interna e externamente, e construções ideológicas, na medida em que é necessário difundir o sentimento de pertencimento na população que o habita. Ao tratarmos o tema da legitimação social do exercício do poder no espaço, passamos pelo campo das construções ideológicas, levando à interlocução da geografia e com a antropologia, sociologia e psicologia e entrando no campo da Geografia Cultural (Idem, p.42).

A Geografia Cultural analisa a relação entre os espaços e os discursos, trata da representação (como as pessoas veem, retratam e se relacionam com o espaço) e da identidade (como as pessoas se identificam e constroem vínculos com o espaço). Para este campo do pensar geográfico, a questão da representação e identidade dos recortes espaciais parte dos referenciais dos povos e suas culturas, permitindo que diferentes visões e concepções de mundo sejam identificadas, revelando a consciência espacial de determinado lugar (Moraes, 2000; 2002).

Ao considerar a especificidade da cultura e identidade da população aqui estudada, dialogamos com a Antropologia Marítima, campo de pesquisa especializado de estudo etnológico sobre comunidades que vivem

do mar, especialmente da pesca, que fornece conceitos para estudar a variedade e complexidade dos sistemas simbólicos, sociais e técnicos elaborados pelas populações litorâneas no processo de apropriação do espaço marinho e insular (Diegues, 1998 p54).

Nessa abordagem o particularismo dos povos do mar é ressaltado, considerando que as sociedades que vivem em contato com mar e ocupam ilhas têm um modo de vida que se difere do continental, associado a um conjunto de práticas e modos de vida, de representações e imagens que os ilhéus formaram a respeito do seu espaço geográfico-cultural, marcado pela presença do mar (Idem p14). Diegues, (1998) ao citar Moles (1982), Péron (1993), Coddacioni-Meisterheim (1989), trabalha os conceitos de **Maritimidade**, **Insularidade** e **Ilheidade** para discorrer sobre sociedades marítimas e ilhéus, tratando das relações de territorialidade e demonstrando tal particularidade.

Maritimidade- enquanto relação social e simbólica com o mar, que é construída historicamente, constituindo-se de um conjunto de práticas existentes, sobretudo nas sociedades insulares oceânicas.

Insularidade- fenômenos sociais relativos ao isolamento dos espaços insulares⁷ que podem ser quantificados (distância do continente).

Ilheidade- *formas de representação e imagens, decorrentes da insularidade, que se expressam por mitos fundadores da ilha e de sua sociedade;* diz respeito também ao vivido pelo ilhéus, aos comportamentos induzidos pela natureza do espaço insular.

Ao voltar-se para uma realidade particular, esta pesquisa se propõe a demonstrar um recorte do espaço do litoral sudeste brasileiro onde vive uma população tradicional pesqueira, dotada de cultura, modo de vida e formas de apropriação do espaço específicas, relacionadas à configuração física deste ambiente vivido e aspectos diferenciados, definidos pela cultura caiçara. Neste sentido a abordagem da geografia cultural e a antropologia marítima se articulam na análise, uma vez que partem da lógica das

⁷ "Há necessidade de distinguir insularidade e isolamento. As ilhas, ainda que parcialmente isoladas, não se desenvolvem em sistemas fechados; vivem, ao contrário, em ritmos alternados de abertura e fechamento, segundo as formas pelas quais estão ligadas à sociedade continental ampla." (Diegues, 1998 p94).

populações que vivem no espaço estudado para compreender o seu significado, consideram as relações simbólicas, o conhecimento adquirido e a identidade espacial construída pelo lugar. Pode-se dizer que ao trazer a representação e identidade dessa população, estamos tratando de segmentos ideológicos de modo a demonstrar e reafirmar sua presença e posição em relação ao contexto em que estão inseridas.

Porém, não deixamos de reconhecer que esta população caíra é mais um segmento dentro de uma realidade maior, inserida num território repleto de conflitos e disputas entre diferentes interesses de uso, ocupação, diretrizes políticas e econômicas; neste sentido, enfatizamos a importância de outras abordagens geográficas com foco em análises políticas, econômicas, ecológicas, de planejamento, entre outras, para melhor compreensão desta complexa realidade e complemento deste estudo.

Para falar de ilhas marítimas, enquanto unidades de proteção da natureza e local de morada de populações tradicionais, definimos categorias geográficas para conceituar as informações e argumentos aqui trazidos.

Tratamos como *Paisagem* as formas terrestres (ilhas, formações costeiras, praias, comunidades, vilas, casas) e marinhas (o mar, os pesqueiros, as rotas de navegação), que podem ser visualizadas, representadas e compreendidas como um todo, de maneira integrada, a partir da interação de seus elementos. Elementos esses entendidos como naturais e culturais.

Uma vez considerada como um conceito polissêmico, passível de diferentes definições, a categoria ***Paisagem*** é utilizada como *escala de análise e representação espacial*, voltada para o planejamento ambiental.

Paisagem é aqui definida como unidade escalar passível de representação através da dimensão que o olhar⁸ abarca que permite a compreensão do recorte espacial a partir dos elementos que a compõem e de suas interações.

⁸ Há diferença entre VER e OLHAR. Ver remete-nos ao sentido físico da visão, enxergamos mecanicamente, sem objetivo de desvendar a realidade mirada. Olhar significa compreender, estabelecer uma relação de conhecimento, pensar a realidade enxergada. Ver e olhar estão relacionados, uma vez que para olhar um objeto o sujeito precisa primeiro vê-lo.

“Pela paisagem, considerada um recorte, arranjo espacial que o olhar abarca, podemos enxergar uma praia, um morro, uma cachoeira, o vale de um rio; podemos ver casas, pomares, pescadores. Podemos enxergar uma cadeia de montanhas e quando subimos em uma delas, podemos ver toda a planície; podemos ver uma baía quando observamos fotos aéreas; podemos também enxergar uma ilha, como um todo, quando vemos uma foto tirada por satélite. Até mesmo todo o litoral pode ser avistado por uma imagem de satélite e então entendido como uma unidade de paisagem.” (Pirró, 2004)

Enquanto unidade escalar, a paisagem pode ser delimitada conforme o nível de resolução que o pesquisador pretende abordar, desde que tenha visão do todo, a partir da integração dinâmica dos elementos de suporte e cobertura – físicos, biológicos e antrópicos (Monteiro, 1995).

Os elementos da paisagem podem ser divididos em duas unidades elementares: o *suporte* e suas características (forma, cor, textura, relevo), ligados aos fatores geológicos, climáticos, antrópicos; e a *cobertura*, que materializa a influência dos parâmetros climáticos, pedológicos, biológicos (fauna e flora) e o antrópicos (pressão humana atual ou passada, reflexo das atividades sócio-econômicas, organização política, industrialização, urbanização, atividades culturais, etc.) (Melo, 2009).

A política de gestão integrada para orla marítima⁹ - Projeto Orla (MMA/SQA 2002) utiliza-se da categoria paisagem propondo que a orla brasileira, por ser um espaço de intervenção limitado cuja gestão envolve um olhar de detalhe e ações bem localizadas, seja analisada por meio de uma identificação visual dos processos que ali ocorrem. Segundo o documento, a fisiologia (caracterização de atributos físicos) e a morfologia

⁹ Política pública em escala nacional, elaborada em 2002 pelo Ministério do Meio Ambiente/SQA em conjunto com o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão/SPU, apresenta diretrizes gerais para identificação das características, dos usos e ocupação da Orla Marítima brasileira dando subsídios para o planejamento, ordenamento territorial e gestão ambiental deste espaço de sustentação natural e econômica da Zona Costeira. O citado documento apresenta as definições da Zona Costeira, (Lei 7.661) e suas referidas políticas de gerenciamento, enquanto unidade de ordenamento territorial em escala nacional; e define a Orla Marítima como unidade geográfica inclusa na Zona Costeira, delimitada pela faixa de interface entre a terra firme e o mar, caracterizado pelo equilíbrio morfodinâmico no qual interagem fenômenos terrestres e marinhos, tratando de escala de análise local - municipal.

(caracterização da forma) podem revelar informações requeridas para a caracterização e classificação da orla¹⁰, desta forma, o processo de análise não considera a paisagem uma imagem, mas sim uma estrutura morfológica, cujo entendimento demanda da divisão em unidades diversas, as quais podem ser ainda subdivididas, formando conjuntos paisagísticos, denominados unidades de paisagem¹¹. A paisagem, portanto, pode ser apreendida como uma totalidade em diferentes escalas de visualização (Idem, p38). A paisagem também é considerada um processo em movimento:

“(...) como resultado do processo de transformação do ambiente no decorrer do tempo, compondo uma unidade passível de interpretação e representação gráfica. Pode-se dizer que, a cada momento, os atributos da paisagem assumem uma configuração diversa, já que os processos de transformação (naturais e sociais) são dinâmicos.” (MMA/SQA, 2002, p37).

A referência de paisagem adotada como critério pela política de ordenamento territorial elaborada para a orla marítima assemelha-se à definição escalar de paisagem proposta por Bertrand (1972), que propõe definição escalar de paisagem considerando a combinação dinâmica dos elementos, físicos, biológicos e antrópicos, como um conjunto único e indissociável em perpétua evolução, e propõe um sistema taxonômico para classificar as paisagens em unidades de análise escalares. Esta definição possibilita a visualização de unidades superiores e inferiores em relação ao tamanho humano, sendo utilizada como referência em processos de planejamento e ordenamento territorial (Bertrand, 1972).

¹⁰ São apresentados critérios para sua delimitação espacial e para caracterização, diferenciação e particularização de tipos de orlas: a partir da avaliação das características fisiográficas, que indicam o nível de vulnerabilidade da orla em face aos processos naturais e antrópicos, e dos índices de ocupação humana que recebe -povoamento e usos dos recursos- foram definidas duas tipologias de caracterização: a primeira com enfoque na forma, sua posição e características físicas e a segunda referente aos níveis de ocupação e adensamento populacional (Projeto Orla, MMA/SQA, MP/SPU, 2002).

¹¹ As unidades de paisagem são um sistema de delimitação, mais ou menos esquemático, que forma unidades homogêneas e hierárquicas, que se encaixam umas nas outras. Bertrand (1972).

Tabela 1 - Quadro Escalar das Unidades de Paisagem, Bertrand, 1972.

Exemplo na paisagem de Ilhabela.

	UNIDADES DA PAISAGEM	ESCALA TEMPORO-ESPACIAL	EXEMPLO na Paisagem de Ilhabela
superiores	Zona	1ª grandeza	Litoral do Brasil
	Domínio	2ª grandeza	Litoral Sudeste Brasileiro
	Região Natural	3ª e 4ª grandeza	Arquipélago de Ilhabela
inferiores	Geossistema	5ª grandeza	Baía dos Castelhanos
	Geofácies	6ª grandeza	Praia da Figueira
	Geótopo	7ª grandeza	Casa Família Santos

Org. Pirró, 2010

A análise da paisagem proposta por Carl Sauer enriquece a abordagem aqui trabalhada trazendo a questão cultural para compor a definição. Sauer propõe o conceito de *Paisagem Cultural*. Ao discorrer sobre a Morfologia da Paisagem, ou seja, o estudo das formas da paisagem, ele considera a paisagem *como uma porção da terra na qual o processo de modelagem é definido por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais* (Sauer, 1925; in: Corrêa, 1999).

Para o autor, a paisagem natural (Sitio) é composta por elementos físicos, a totalidade de formas que se posicionam e se inter-relacionam, traduzidos como somatório dos recursos naturais que o homem tem a sua disposição na área. Enquanto a paisagem cultural é modelada, a partir de uma paisagem natural, por um grupo cultural. Suas formas são obras dos homens. Sendo que na formação da paisagem cultural, a cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado.

A partir de uma abordagem histórica, o autor coloca a importância de considerar que essas paisagens culturais sofrem mudanças e sua compreensão envolve a reconstrução de paisagens culturais passadas. Segundo o autor, com a introdução de uma cultura diferente estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural, uma nova paisagem que se sobrepõe ao que sobrou da antiga. Neste contexto, a geografia está preocupada não com a energia, costumes, ou crenças do homem, mas com

as marcas que o homem deixa na paisagem; e o homem é considerado o fator morfológico mais importante, uma vez que faz uso das formas naturais por meio de sua cultura, alterando-as e destruindo-as (Sauer, 1925; in: Corrêa, 1999).

Por este raciocínio, as famílias de pescadores aqui estudadas, que habitam, ocupam, usam e manejam as paisagens do arquipélago, são de grande importância para a compreensão e manejo dessas áreas. A referência ao tamanho humano e à amplitude que o olhar abarca, leva à reflexão e compreensão do espaço usado e planejado a partir da possibilidade de entendimento daqueles que vivem e conhecem a paisagem que habitam e que, portanto, serão os agentes do ordenamento de sua ocupação e uso.

Consideramos que a política de gestão do território deva ser construída a partir da escala de visão e compreensão dos homens que a aplicarão, sendo a paisagem categoria de análise importante para sua construção. Da mesma forma, tratando de unidades de conservação e suas referidas políticas de uso e preservação, acreditamos que os estudos que as subsidiarão devam considerar tanto as características naturais dos ambientes florestais, costeiros e marinhos, como a cultura dos povos que estão em contato direto com os recursos a serem protegidos; buscando a inter-relação das formas dessas paisagens.

Uma vez discutidas áreas *naturais* protegidas e populações tradicionais, dotadas de aspectos *culturais* específicos, torna-se importante abordar as definições de **Natureza** e **Cultura**, com o intuito de dialogar com a lógica das políticas públicas de gestão e conservação da natureza e com a lógica da concepção de natureza das populações tradicionais, já que esses conceitos são centrais nos conflitos de visões dos sujeitos envolvidos com o planejamento territorial.

Assumindo que toda sociedade cria cultura, inventa e institui uma ideia do que seja natureza, temos clareza de que o conceito de natureza não é "natural", é criado e instituído pelos homens como um dos pilares para erguerem suas relações sociais, sua produção material e espiritual, sua

cultura (Gonçalves, 2004). Neste sentido sabemos que diferentes sociedades possuem visões distintas de Natureza.

Mas uma pergunta se coloca: *Dentro de tudo que somos, estamos e usamos, o que não é natureza?*

Por estarmos falando de populações tradicionais, buscamos primeiramente compreender a lógica e visões de mundo dessas culturas, trazendo reflexões acerca da concepção de natureza, com referência nos estudos de Gomide (2008), que aborda a cosmologia das populações tradicionais e apresenta o conceito de natureza como um continuum de seres entre os quais o homem é incluído.

Ao estudar os povos indígenas, em específico os Xavantes, a autora dialoga com teorias antropológicas Animista, citando Descolá (1999, 2006) e Perspectivista, a partir de Videiros de Castro (1996, 2002), e apresenta uma escala de seres num *continuum* social em que as diferenças entre os homens, as plantas e animais são de grau e não de natureza. Dada a cosmologia animista, a natureza é apreendida como um imenso conjunto de seres vivos que se relacionam, e o meio como contexto de relações sociais. A posição humana nessa cosmologia é de um elemento entre os outros. Na visão perspectivista não existe uma única natureza, há sim um único espírito e todos têm a mesma capacidade de subjetivação. Mas, conforme o ser que se assume, a perspectiva de mundo é diferente, havendo muitas naturezas; nesta visão, entende-se que o meio visto pelo sujeitos não é o mesmo, mas há uma mentalidade para todos os seres vivos (Gomide, 2008; p.109-110).

Segundo a autora, cada povo, em seu contexto específico de espaço e tempo, desenvolveu seu próprio conceito de natureza e projetou sobre seu modo de vida práticas sociais coerentes com suas visões de mundo. O que chamamos de cultura.

Neste sentido, a compreensão dessa lógica traz grande contribuição ao respeito às diferenças, à inserção e luta pelos direitos desses povos culturalmente diferenciados. Povos que vivem e respeitam a natureza a partir de suas relações, que muitas vezes não são compreendidas ou são mal interpretadas pela sociedade abrangente (Furlan, 2000).

“O controle dos recursos naturais não está ligado a uma harmonia ecológica, nem à pura necessidade de alimento, mas sim a uma relação social, a sintonia dos povos com a natureza não é natural nem sobrenatural, mas é social, mediada por formas específicas de organização sociopolítica. (...) As cosmologias indígenas (e dos demais povos tradicionais) possuem um aspecto fundamental, que é o fato de não fazerem distinções ontológicas absolutas entre os humanos de um lado, e espécies animais e vegetais do outro” (Gomide, 2008, p.111).

Aceitamos que o que diferencia a espécie humana das demais é a capacidade de pensar, de refletir, abstrair, expressar e produzir cultura. Citamos Vianna (2008), que trata a cultura como objeto de abstração, sendo que qualquer ação do homem pode assumir um valor simbólico, ser inserida num sistema de interpretações e expressões com os quais o homem precisa sua relação com a realidade cósmica e com os outros homens – indivíduos ou organizações. Para a autora, cultura deve ser entendida em dois aspectos: *a universalidade, sendo todos os homens capazes de produzirem cultura, e a diversidade, uma vez que a cultura assume especificidades distintas no tempo e no espaço, como expressão de cada povo* (Vianna, 2008 p.33).

Assim, para facilitar as definições e utilizar os mesmos termos adotados pela lógica das políticas públicas no âmbito de áreas naturais protegidas, denominamos natureza como todo o conjunto de mecanismos físicos e biológicos que se interagem num processo dinâmico e sistêmico, do qual o homem faz parte; mas que se diferencia ao pensar sobre sua existência e construir um sistema de interpretações e expressões, produzindo cultura, que o reproduz enquanto ser social.

O conceito **Lugar** remete-se ao espaço onde os fenômenos são vivenciados, experienciados, valorados. Um recorte espacial é considerado um lugar à medida que é vivido, percebido e conhecido, então lhe são atribuídos valores tais como sentimentos, pensamentos, familiaridade, segurança, reconhecimento e identificação. Tuan (1983) coloca o Lugar

como componente do mundo vivo, segundo o autor, o *espaço é experienciado quando há Lugar para se viver*. Para Maldonado, os espaços têm seus lugares e o lugar é o cruzamento do espaço, do tempo e da afetividade (Pirró 2004. p 14).

Augé (1992) define o lugar como identitário, relacional e histórico. E define as ilhas como um *Lugar por Excelência*, um espaço com limites definidos, que concentra a ideia de sociedade, cultura e territorialidade. (Augé 1992; in Diegues 1998).

A vivência e experiência num *Lugar* levam à construção de identidades com o espaço, às relações de organização e de ordenamento próprios do grupo social que ali convive. Assim podemos falar dos conhecimentos e identidade da população tradicional caiçara em relação aos lugares pesquisados - as ilhas, as baías e comunidades, os espaços marítimos utilizados para pesca e navegação.

Sabendo que a categoria ***Território*** pode ser trabalhada por diversas perspectivas, em diversas áreas¹², optamos por duas abordagens: a *geográfica* e *antropológica*, conforme já explicitado acima. Distinguindo suas definições pelas denominações *Território* como concepção política da Geografia, preocupada com a espacialidade das relações sociedade-espaço-poder, e *Territorialidade* como criação ou afirmação de uma identidade antropológica de base espacial.

Neste sentido, o Território, na perspectiva da geografia política, entrelaça os conceitos de Estado e Território, representando a visão do poder público e suas formas de apropriação do espaço. Enquanto a Territorialidade como uma visão antropológica o concebe como um espaço identitário de um grupo ou como pertencimento ao mesmo, demonstrando a importância da compreensão da concepção do espaço pela perspectiva da população que vive e usa o mesmo espaço¹³.

¹² Gomide (2008), citando Haesbaert (2004), apresenta as diferentes abordagens das seguintes áreas: da ciência política, economia, antropologia, sociologia, psicologia, filosofia.

¹³ Furlan (2000) aborda esta dimensão em pesquisa com a comunidade de Castelhanos - Ilhabela, analisando a percepção ambiental e vivências da população local com a natureza.

Isoldi (2010) explica a **Territorialidade** como um conjunto de práticas, e suas expressões materiais e simbólicas, capazes de garantir a apropriação e a permanência de um território por um agente social (Estado, grupos sociais, empresas). As territorialidades são colocadas como formas de expressão da singularidade dos lugares que denotam as formas de apropriação do espaço, exclusivas de cada localidade.

Ao falar da origem da formação das territorialidades de populações quilombolas a autora remete-se à polarização entre a vida interna das comunidades (relações de parentesco, solidariedade intra-grupal, uso comum das terras e dos recursos, rusticidade das instalações) e as relações externas, que acentuam a distinção entre a sociedade envolvente e as comunidades tratadas (Isold, 2010. P 55).

Vianna (2008), ao discutir as populações tradicionais caiçaras, utiliza-se do território/territorialidade para falar do espaço usado, ocupado e organizado pelos povos estudados. Remete-se à *territorialidade caiçara* e se volta para o Mar e a Terra: o mar pela pesca, pelo transporte e comunicação com outros habitantes locais; e a terra como espaço de plantio, de obtenção de recursos, de morada e de lazer; também cita os espaços comuns como a praia, os ranchos, as trilhas.

Santos & Silveira (2001) distinguem território e territorialidade, atrelando a nação de Território ao Estado e Territorialidade a nação/povo. Para os autores a palavra territorialidade é usada como *"sinônimo de pertencer àquilo que me pertence, como sentimento de exclusividade que ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado"* (p 19). Comparam a territorialidade humana e dos animais, colocando que a animal já existe enquanto área de vivência e reprodução, mas que os homens acrescentam ao sentido de territorialidade a preocupação com o destino e a construção do futuro, um sentimento exclusivo do ser humano.

Moraes (2002) define o **Território** como um espaço demarcado de exercício de poder do Estado. Contextualizado no Estado Moderno, o exercício do poder estatal pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como base física desse poder (p.61).

As políticas territoriais são ações estatais que modulam o espaço; e as políticas ambientais e seus vários instrumentos (zoneamentos ecológicos

econômicos, avaliações de impacto, áreas protegidas), constituem uma forma de política territorial. Para o mesmo autor, no contexto atual de esgotamento de recursos em face do ritmo de expansão da produção e desperdício pelos padrões de consumo, a questão ambiental enquanto fenômeno político intervém nos processos de revalorização do patrimônio natural e dos fundos territoriais. *Estes estão localizados em territórios e seus usos dependem de decisões e interesses estatais dotados de diferentes níveis de autonomia e legitimidade* (Moraes, 2009, p90).

Para Medeiros, et al (2006), a implementação de áreas protegidas institui uma nova dinâmica territorial, voltada para o ordenamento do território e proteção de recursos naturais, o que representa uma terceira *via de percepção e apropriação do espaço pela sociedade. A partir desta lógica, à dinâmica do "espaço urbano" e do "espaço rural", acomoda-se o "espaço natural" especialmente protegido pelo Estado* (Medeiros, Irvng & Garay, 2006 p23).

As áreas protegidas (terrestres e marinhas) são *Territórios* delimitados com fins específicos de preservação e/ou conservação da natureza, marcadas pelo exercício do poder público e geridas conforme os interesses e escalas de poder que se articulam nas definições de seus usos (Moraes, 2009).

Neste sentido, discorreremos sobre a questão das políticas ambientais de gestão e ordenamento territorial de áreas protegidas para o efetivo controle estatal, e enfatizamos a importância da democratização e participação da sociedade para atingir os objetivos de proteção da sociobiodiversidade.

2.2 – ÁREAS PROTEGIDAS: Gestão, Planejamento e Inserção Social

“Os territórios especialmente protegidos são áreas geográficas públicas ou privadas (porção do território nacional) dotadas de atributos ambientais que requeiram sua sujeição, pela lei, a um regime jurídico de interesse público que implique sua relativa imodificabilidade e sua utilização sustentada, tendo em vista a preservação e proteção da integridade de amostras de toda a diversidade de ecossistemas, a proteção ao processo evolutivo das espécies, a preservação e proteção dos recursos naturais. Portanto, são espaços naturais sensíveis, que merecem alguma forma de proteção jurídica (constitucional ou não), mas para os quais não há necessidade de se especificar o local exato.

Contudo, não podemos tomar as áreas protegidas como sinônimo de unidades de conservação: um espaço territorial se converte numa unidade de conservação, quando assim é declarado expressamente, para lhe atribuir um regime jurídico mais restritivo e mais determinado” (Benatti, 1999, p 108,109).

Para FF-SMA *“(...) a criação e manutenção das Unidades de Conservação, assim como o ordenamento de suas respectivas zonas de amortecimento, constituem-se como um dos mais eficazes instrumentos de planejamento territorial ambiental, contribuindo para a efetiva implantação das políticas públicas voltadas à proteção do meio ambiente”* (FF-SMA, 2009).

Para Furlan, et al (2009) é importante reforçar a participação comunitária nos processos de tomada de decisão *uma vez que “(...) a centralização na tomada de decisões, relacionadas com o manejo de uma área, desfavorece a credibilidade no cumprimento de compromissos pelo Estado”* (p.28).

As Unidades de Conservação são áreas instituídas pelo Poder Público para a proteção da fauna, flora, recursos hídricos, solos, paisagens, processos pertinentes aos ecossistemas naturais e ao patrimônio cultural. Elas representam a condição básica para conservação e perpetuação da diversidade biológica, contribuindo igualmente para a manutenção dos modos de vida das culturas tradicionais associadas à proteção da Natureza (FF-SMA, 2009).

Porém o panorama brasileiro das UCs indica que diversos territórios sofrem com falta de estrutura e funcionalidade, havendo ambientes degradados pelo uso excessivo e sem controle dos recursos naturais, ecossistemas em desequilíbrio, ocupações irregulares, territórios invadidos pela especulação imobiliária, e imersos em conflitos de interesse de usos e ocupação, e populações tradicionais sendo ignoradas e desrespeitadas em seu modo de vida tradicional (Vianna, 2008).

Diversas reflexões contribuem para a explicação e reformulação desta realidade: Vianna (2008) a associa à complexidade da política ambiental do país, à compreensão histórica das diversas conjunturas socioeconômicas, à legislação que se formaliza aos poucos, ao aparelhamento do Estado e às diferentes concepções de conservação que vêm se desenvolvendo. Para Medeiros, et al (2006) as limitações financeiras e de recursos humanos, a falta de estratégias de integração das UCs em relação à dinâmica local e questões globais, a implantação autoritária e pouco negociada com os diferentes segmentos locais pelo Estado, e os conflitos causados pelos diferentes usos e formas de apropriação da terra, estabelecidos pelas políticas são os principais motivos do não-funcionamento desses territórios para proteção da natureza.

Para Diegues (2004) o cerne da questão está no modelo conceitual de conservação¹⁴ implantado no Brasil, que não é adequado à realidade dos países tropicais do sul, uma vez que traz a concepção de que toda relação entre sociedade e natureza é degradadora, destruidora do mundo natural e selvagem e não considera a presença de populações manejando e cuidando dos recursos naturais. O autor defende a presença, o conhecimento e a participação das populações que residem e utilizam os recursos a serem protegidos como ponto fundamental para conservação da natureza, colocando que as políticas públicas e modelos de conservação devem ser construídos junto com a sociedade (DIEGUES, 2004 p.12).

Segundo Medeiros, et al, (2006) a partir dos conflitos a política pública brasileira tem avançado no sentido do incremento de um processo

¹⁴ O modelo adotado para criação e gestão de áreas naturais protegidas seguiu a ideologia preservacionista *"Wilderness"* - *"A salvação da humanidade"* iniciada nos EUA no final do século XIX, com a predominância de uma visão estática da natureza: filósofos, artistas e cientistas tiveram grande importância em sua difusão (DIEGUES, 2004 p.12).

participativo na criação e gestão de UCs, tornando a sociedade partícipe e comprometida com as estratégias de proteção da natureza.

Com a instituição do Sistema de Unidades de Conservação - SNUC Lei nº 9985/2000, a legislação brasileira adotou oficialmente a prática participativa como um dos dispositivos legais para a gestão das unidades de conservação, representando assim um importante marco no processo de democratização, cidadania e participação social na gestão pública das áreas protegidas.

Além de criar novas categorias de manejo, o SNUC prevê instrumentos e “espaços formais” para gestão participativa e integração de políticas públicas, dentre eles dois que se destacam: Plano de Manejo e o Conselho Gestor.

“O plano de manejo e os conselhos são instrumentos de planejamento, gerenciamento e deliberação da Uc. Elaborados e criados após reuniões e devida análise dos fatores biótico, abióticos e antrópicos que compõem a unidade e seu entorno, e que prevê ações de manejo a serem implementadas.”

(Almeida, Coltro Jr., Slovensk, 2009)

O Plano de Manejo é o principal instrumento de gestão das UCs, uma vez que, fundamentado nos objetivos da unidade, normatiza todas as ações no interior e entorno da unidade: define zoneamento da área abrangida, estabelece as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais e estrutura os programas de gestão. A partir da realização de análises e diagnósticos dos elementos do meio físico, biótico e antrópico, deve ser elaborado por um processo de planejamento integrado e participativo, envolvendo os diversos setores da sociedade que se relacionam com a UC, de maneira democrática e socializada. Para Magalhães (2009) *quanto mais inclusivo e enraizado nas possibilidades e demandas reais, mais forte e efetivo se tornará.*

Os conselhos gestores se apresentam como fóruns de discussão e elaboração de diretrizes de manejo e gestão, que vêm orientar e fortalecer o trabalho do gestor da unidade, auxiliando no direcionamento e nas decisões a serem tomadas. O conselho deve ser a expressão do conjunto de

vozes da diversidade de atores sociais, tendo como função primordial estabelecer um ambiente de equidade para que demandas e conflitos possam ser equacionados (Magalhães, 2009).

Para Simon & Melo (2009) a consolidação dos conselhos como instrumento de gestão participativa nas UCs depende de estrutura operacional e técnica, e tem como grande desafio a consolidação de fato de um espaço como arena de diálogo e participação efetiva no planejamento.

Além da dificuldade de concretização do diálogo e participação de todos os atores envolvidos com a UC, algumas questões impedem, na prática, que os conselhos representem os anseios de cidadania e participação efetiva dos envolvidos com o território:

Primeiramente o Estado tem dificuldade de reconhecer processos reivindicatórios e, muitas vezes nas tomadas de decisão, permanece a tutela governamental, não sendo consideradas as opiniões e anseios das classes ali representadas (Furlan, et al, 2009).

Também, enquanto esferas públicas ou seja espaços onde diferentes atores discutem questões de ordem social/comunitária e expõem e discutem seus interesses, os conselhos podem ser usados de maneira não democrática. Podem representar discussões referentes ao conjunto da sociedade como é seu objetivo, mas também como instrumento pelo qual os atores sociais envolvidos e o Estado representem seus interesses particulares ou de segmentos que defendem, transformando este espaço democrático em um *“jogo de interesses, um espaço de “encenação” onde diversos atores são considerados mera “platéia”* (Almeida, Coltro Jr., Slovensk, 2009). Neste sentido a presença de representantes é desconsiderada, ou o que é pior, utilizada como meio para referendar publicamente interesses particulares.

Desta forma reforça-se a importância de haver formação continuada dos conselheiros, conforme apresentado no Plano Nacional de Áreas Protegidas (Decreto Nacional nº 5.758), que considera o processo de capacitação como atividade essencial para um funcionamento qualificado dos conselhos (Simon & Melo, 2009).

Outra questão que dificulta os objetivos de conservação serem atingidos é a dificuldade de o Estado em concretizar e cumprir o planejamento ordenado das ações em uma UC. Neste sentido sociedade civil, ONGs e empresas privadas, através de convênios, parcerias e projetos, têm colaborado com a estruturação das unidades, contratando terceiros, fomentando projetos para fortalecimento da gestão participativa (Almeida, et al, 2009). Também, cada vez mais, têm contribuído com a organização política e comunitária no empoderamento das comunidades locais e fortalecimento dos princípios de governança (Furlan, et al, 2009).

“Uma estrutura dialógica, com ampla participação social na questão, pode ser um importante passo em um processo que objetive garantir a todos e a cada um o acesso aos bens ambientais e o resgate ecologicamente equilibrado dos ambientes naturais. A questão é como tronar substantiva uma cidadania ativa, participante, colaboradora, edificadora.”

(Simon & Melo, 2009)

2.3 - Exemplos de experiências com planejamento e gestão participativos:

Conceitos de Gestão Compartilhada e Co-Gestão começam a ser aplicados, discutidos e transformados em resultados, em que moradores locais e usuários de recursos desenvolvem parcerias com o estado, que especifica e garante as funções de gestão, direitos e responsabilidades sobre os recursos naturais (Borrini-Feyerabend, 1994).

Experiências em países no mundo todo vêm demonstrando que as populações tradicionais desempenham importante papel na conservação das áreas protegidas, na medida em que participam do planejamento e co-gestão das unidades de conservação (Diegues, 2001 p.170). Apresentamos alguns exemplos de experiências que vêm dando certo. Os caminhos percorridos são diferentes, nem todos acompanham processos participativos como os apresentados nesta pesquisa, porém todas demonstram que a população local é aliada da conservação, através do uso dos recursos e da co-gestão do território protegido.

Na África, a partir de publicação do Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales (MMBT, 2004), citamos o exemplo do Kenya que

considera participação das comunidades no manejo das áreas como peça chave para a conservação das florestas do país. Atualmente as comunidades organizadas que vivem próximas às florestas querem participar das tomadas de decisão e se beneficiar pelo uso e manejo sustentável dos recursos, e este processo vem sendo reforçado pelo novo projeto de lei florestal do país somado aos trabalhos de organizações não governamentais.

A gestão das reservas florestais cabia ao Departamento Florestal do Governo do Kenya, e excluía as outras partes interessadas, dentre elas, as comunidades locais, o que gerava a percepção de que as florestas pertenciam somente ao governo. Como consequência, à medida que as comunidades se desentendiam por não sentir o problema como seu, aumentavam as atividades ilegais nas florestas, e o Estado não tinha recursos suficientes para manejar por si só esses ambientes. A degradação das áreas tem levado à reflexão sobre quais os melhores enfoques de manejo para as florestas, dando lugar à ideia de que as comunidades que vivem próximas às áreas, bem como outras partes interessadas, devem participar do manejo e conservação. Assim um novo projeto de lei florestal foi construído e discutido nas esferas governamentais.

Antecipando o processo de promulgação da lei, as instituições não governamentais iniciaram trabalho com as comunidades para construção dos planos de Manejo participativos. Cinco regiões foram contempladas por projetos, atingindo as seguintes comunidades adjacentes: Eburru, Kereita, Rumuruti, Ngangao e Kitobo. Os planos de manejo procuram envolver as comunidades e outros interessados no manejo das florestas e facilitar melhores condições de vida para as comunidades através de um melhor manejo da floresta e construção de capital social. Os planos são elaborados em conjunto com as comunidades envolvidas, as necessidades locais são colocadas como prioridade e é considerado o uso dos recursos. As visões e objetivos são definidos de maneira coletiva, num processo que busca o consenso em torno das atividades propostas.

Um produto deste processo tem sido a formação de instituições de organização comunitárias para realizar o manejo dos bosques. Também identifica-se a diminuição das atividades ilegais e a postura das comunidades em ter um papel mais ativo na proteção das florestas. Ainda

que a demora da promulgação da lei gere momentos de desencorajamento, todo o processo tem levado, tanto as autoridades como as comunidades, a considerar o manejo comunitário como uma boa alternativa ao problema enfrentado no passado (MMBT, 2004).

Ainda no Kenya, a nordeste, no distrito de Samburu, as comunidades têm forte ligação com a vida selvagem e uso da terra, o que permite o desenvolvimento de atividades de turismo de vida selvagem junto com os comunitários. Porém, mesmo havendo envolvimento da comunidade, pesquisas realizadas para identificar o desenvolvimento comunitário, a percepção e participação da comunidade constataram que, mesmo com trabalhos que contribuem para educação, comunicação e segurança, há pouca participação da comunidade e pouca compreensão das concepções de conservação, o que pode ameaçar a sustentabilidade do projeto. Para a melhoria e continuidade dos trabalhos são adotadas estratégias de fortalecimento das instituições locais, aumento da conscientização e participação da comunidade na tomada de decisões e uma estrutura integrada na alocação de recursos para os programas sustentáveis (Oguge, et al. 2008).

No Parque Nacional de Cahuita, na Costa Rica, a paisagem costeira é formada por floresta, praias e recifes de corais, e sua população local, descendentes de índios e negros, vivia anteriormente da extração dos recursos da natureza (pesca, extrativismo de alimentos nos corais, na floresta, caça, colheita de ovos e cultivo), e vive hoje do turismo. Este também é um exemplo de co-gestão, porém com um processo histórico um pouco diferente, marcado pela presença do governo e conflitos com a população local.

A presença do governo sempre foi efetiva e autoritária: primeiramente declarou as áreas de corais, os ecossistemas marinhos e as construções históricas como monumento nacional, posteriormente decretou parque nacional em toda área ocupada e usada pela população. Com políticas de desenvolvimento, direcionou o desenvolvimento econômico local para atividade de turismo, adotando medidas e criando programas de visitação e limitação de acessos. Sem um trabalho de envolvimento e emponderamento da população, o que gerou uma série de conflitos e

negociações que duraram mais de 30 anos, até chegar a uma gestão compartilhada.

Os moradores foram se organizando, mobilizando e estruturando aos poucos: contaram com a presença de funcionários governamentais, lideranças locais, professores, realizando diálogos e diferentes negociações com o governo. Chegaram a fazer piquetes manifestações. Todo o processo fez com que a comunidade percebesse que a preservação ambiental era essencial para suas próprias vidas e que poderiam se beneficiar com a atividade turística que já estava implantada no local, principalmente oferecendo hospedagem, alimentação e serviços turísticos.

Também o fato do governo dever dinheiro aos moradores por conta de desapropriações foi forte argumento para que esse cedesse na negociação e compartilhasse a gestão do parque com a comunidade. Assim foi criada uma comissão bipartite para cuidar do parque e a comunidade passou a administrar o recurso recebido por doações de turistas. Atualmente este recurso permite a contratação de equipe de guarda-parque e melhoria de infra-estrutura para visitação, que é feita por mão de obra local (Instituto Semeia, 2010).

Como exemplo de projeto no Brasil, que utilizou mapeamento participativo como instrumento para elaboração de planos de manejo, citamos o Projeto Mamirauá¹⁵, desenvolvido na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de mesmo nome localizada na confluência dos rios Solimões e Japurá no estado do Amazonas. este trabalho utilizou a elaboração de mapas como subsídio para o plano de manejo florestal comunitário desta UC. Os objetivos principais foram identificar os usos tradicionais, os potenciais conflitos entre assentamentos humanos, interesses da população, os resultados das pesquisas ambientais desenvolvidas, além de utilizar os produtos como um instrumento de definição das áreas para o manejo florestal. Durante a experiência buscou-se paralelamente incentivar o sentido comunitário do manejo florestal, levantar questionamentos, esclarecer dúvidas e avaliar o grau de interesse e envolvimento dos comunitários em relação ao manejo (Ascelrad & Coli, 2008).

¹⁵ Projeto Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá: www.mamiraua.org.br

A experiência desenvolvida em Mamirauá, *"segundo Inoue (2007), como um caso de cooperação interinstitucional e de criação de um modelo diferente de conservação de biodiversidade, é uma novidade entre as políticas ambientais brasileiras, análoga a exemplos de cooperação internacional existentes em vários países em desenvolvimento"* (Idem, p35). São ressaltados dois aspectos do projeto considerados inovadores: a combinação de objetivos de pesquisa, conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável; e os arranjos institucionais sociais, políticos, legais e financeiros para apoiar os projetos (Ascelrad & Coli, 2008).

Na Reserva Extrativista Arapixi, na região amazônica, foi realizado um processo de construção do Plano de Manejo, do Plano de Utilização, dos programas Socioambientais, e Zoneamento ecológico e econômico, *buscando garantir às populações tradicionais um papel protagonista na decisão do rumo de suas vidas.*

Primeiramente foi feito um diagnóstico socioambiental caracterizando a população, destacando as potencialidades e fragilidades no que tange à organização social, política e econômica, e suas relações com a preservação e conservação dos recursos na UC. Os resultados dos processos de diagnósticos foram transformados em relatório e, para que fossem mais bem disponibilizados para a população, se aproximassem de sua linguagem e para que as informações se tornassem mais acessíveis, os dados foram também apresentados em formato de cartilha, se aproximando do modelo de literatura de cordel e dando subsídios para a elaboração dos planos de gestão (Mendonça, et al. 2009).

2.4 - Populações Tradicionais

"Hoje podemos dizer que "população tradicional" é uma categoria sociocultural e sobretudo política, que se consolidou por meio de diplomas legais, de políticas públicas e pela apropriação da expressão pelos movimentos sociais, como um instrumento de fortalecimento da luta pelo acesso à terra e ao uso dos recursos naturais." (Vianna, 2008. p 24)

Ao citar diplomas legais e políticas públicas que consolidaram a categoria População Tradicional, e sua presença em unidades de conservação, a autora citada remete-se ao SNUC (2000), que representou avanços importantes na concepção de proteção da natureza, incorporando à idéia de conservação da *sociobiodiversidade*. E desta forma, reconheceu a cultura e o conhecimento daqueles que vivem o ambiente como parte da natureza protegida, e direcionou as atividades para o uso equilibrado dos recursos naturais (Vianna, 2008).

Segundo a autora, os itens IV e XIII do artigo 4º remetem-se ao uso dos recursos naturais ao promover o desenvolvimento sustentável e sua conservação conforme a necessidade de subsistência das populações tradicionais, respeitar e valorizar o conhecimento, a cultura e promovendo-as social e economicamente. (idem p.180)

Em 2007, com o Decreto nº 6.040 de 7/02/2007, foi instituída a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*, que reconheceu formalmente as diversas populações tradicionais - nas quais se incluem os caiçaras - e oficializou os benefícios das políticas públicas decorrentes desta lei.

O Sistema de Unidades de Conservação também representou avanços no que diz respeito às populações tradicionais como parceiras da conservação e detentoras de direitos sobre o território, definindo diretrizes (presentes no artigo 5º) que dizem respeito à democratização e participação dos atores nos processos de criação, implementação e gestão das UCs; tema ainda reforçado pelo Plano Nacional de Áreas Protegidas – PNAP (Decreto nº 5.758, de 13/04/2006), que estabelece diretrizes de conservação ambiental pautadas no envolvimento das populações residentes e vizinhas às Unidades de Conservação (UCs), com ênfase nos povos indígenas e quilombolas¹⁶, com uma visão sistêmica que aproxima poder público e sociedade, numa perspectiva de co-responsabilidade. (Furlan, et al. 2009).

¹⁶ Quilombolas e indígenas têm especificidades jurídicas quanto aos direitos territoriais, são mais estruturados em relação às demais populações tradicionais e divergem entre si. (Santilli, apud Creado, et al. 2008)

Porém, desde o final dos anos 70, quando a questão da criação das unidades de conservação e presença de populações passou a ser discutida¹⁷, conflitos e impasses relacionados à presença desses povos e suas definições enquanto tradicionais estão no cerne das discussões impossibilitando, de diversas formas, a implementação dessas políticas e programas (Vianna, 2008).

Diegues (1999) ao definir as populações tradicionais coloca as culturas tradicionais como padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, representar, organizar e legitimar tanto as relações materiais como simbólicas do homem com a natureza e dos homens entre si. Segundo o autor, para muitas sociedades tradicionais existe uma ligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Esses povos dependem da reprodução contínua dos recursos naturais renováveis para sua sobrevivência, o que os leva a respeitar e gerenciar seu uso a partir de conhecimento e interação entre a flora, a fauna e o próprio homem.

A partir do forte argumento da ligação dessas populações com o espaço, a territorialidade é considerada um elemento importante na ligação entre essas populações e a natureza, *sobre a qual determinada sociedade reivindica, e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso e controle dos recursos naturais existentes, fornecendo os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios para produção dos aspectos materiais das relações sociais (que compõem a estrutura determinada de uma sociedade, como as relações de parentesco)* (MMA, 2001).

O autor teve importante atuação no avanço das políticas públicas, ao argumentar que a cultura é parte da biodiversidade e que o conceito de sociobiodiversidade deve ser atrelado às políticas de proteção da natureza, considerando que a biodiversidade é mais bem conservada se aliada à proteção dos padrões culturais e modos de produção tradicionais, e que

¹⁷ Discussões sobre a questão dos territórios protegidos e presença de populações, levantando problemas teóricos e práticos, são apresentadas em diversos trabalhos publicados pelo NUPAUB, de vários autores.

excluir os seres humanos das áreas naturais altera significativamente a biodiversidade (Bayley, 1992, apud. Diegues 1999)¹⁸.

Neste sentido, os planos de gestão e manejo das unidades de conservação devem considerar, além dos elementos da ciência moderna, o conhecimento empírico e vivencial das comunidades, os mitos, imaginário e aspirações, bem como a contribuição histórica das populações tradicionais que habitam o interior e entorno das unidades (Diegues, op.cit).

Com esta argumentação, reconhecida publicamente pelo Ministério do Meio Ambiente /Secretaria de Biodiversidade de Florestas (MMA,2001) e inserida no sistema de Unidades de Conservação (Vianna, 2008), Diegues passou a defender a presença das populações tradicionais em quaisquer UCs, mesmo as de uso mais restritivo, de proteção integral (Creado et al.,2008).

Porém alguns autores como (Ferreira, et al, 2001; Cunha &Almeida, 2002, entre outros, op cit. Creado et al, 2008) divergem desta posição ao refletir sobre as negociações de direitos, para melhor entender a realidade das UCs e diversidade das populações envolvidas. Entendendo assim a categoria de população tradicional *como uma forma relacional, ou seja, como um dos recursos políticos possíveis, surgidos na interação dos residentes de UCs com outros grupos e instituições sociais de diversas arenas, principalmente a ambiental (...) de modo a não homogeneizar e não essencializar os grupos sociais considerados e não restringir o debate em torno do uso dos recursos naturais a atores sociais específicos* (idem p.255 -256).

As idéias de autores da literatura internacional, tais como Brechin (1991), que critica o termo população tradicional alegando que: *não possui conotação política, tem referência espacial e não temporal e não se trata de um rótulo cultural*; soma-se a crítica à visão de que a presença humana em UCs deve ser atrelada à ideia de compatibilidade com os objetivos de proteção desde que usem tecnologias consideradas tradicionais e utilizem os recursos naturais para subsistência. Os autores brasileiros, citados anteriormente, colocam em pauta a discussão dos direitos ao acesso e uso

¹⁸ Diferentes trabalhos dão ênfase aos processos pelos quais a perda ou a redução das tradições culturais afetam negativamente a conservação dos ecossistemas naturais, para mais esclarecimentos consultar Oliveira (2004).

dos recursos naturais por todos os usuários e residentes do interior ou entorno da UC, argumentando que a ênfase deve ser dada ao compromisso dos usuários com a conservação, condicionada ao uso com base em técnicas e tecnologias adequadas aos objetivos de sustentabilidade, não necessariamente tradicionais; e aos acordos e regras entre os diferentes atores sociais envolvidos (Creado, et al, 2008).

Tendo a consciência da complexidade deste debate, tanto em relação à definição da categoria e identificação de populações como tradicionais, como aos direitos de uso e permanência de populações nas unidades de conservação, os argumentos apresentados têm como objetivo introduzir a discussão, e demonstrar que a polêmica referente às populações tradicionais continua no cerne das discussões, agora no novo contexto moderno de dinamismo cultural e miscigenação dos povos, de valoração do patrimônio natural e esgotamento dos recursos naturais.

Assim, no contexto e momento histórico em que esta pesquisa é escrita, com a clareza de que tratamos de um grupo social específico e restringimos o debate em torno do uso de determinados recursos naturais, consideramos as famílias caiçaras que habitam as ilhas protegidas do arquipélago de Ilhabela como uma **população tradicional**. Traremos argumentos de aspectos da constituição e mobilidade populacional e das relações de territorialidade, apresentados em capítulo 4, a seguir. E enfatizamos a importância de outras análises, que incluem estudos antropológicos específicos e aprofundados, e de outras áreas afins, para complementar a argumentação aqui introduzida.

Adotaremos a posição de defesa da conquista dos direitos dessas famílias enquanto população que já vivia nesses lugares, usava e usa os recursos naturais antes da instituição da Unidade de Conservação, reconhecendo a necessidade de haver um comprometimento com o uso sustentável dos recursos, através da negociação de arranjos institucionais e de regras de uso (Creado, 2008).

Para tal, propomos o reconhecimento e incorporação dos conhecimentos tradicionais bem como a participação dos atores no levantamento de dados, nos processos de ordenamento territorial a partir de práticas de pesquisa de campo, argumentadas a seguir.

3 - PRÁTICAS DE PESQUISA PARTICIPATIVA COM COMUNIDADES TRADICIONAIS

A incorporação dos saberes locais nos planos de gestão de áreas protegidas leva à construção de um processo participativo de planejamento territorial, apresentando-se como um instrumento democrático que permite a negociação das partes a apropriação e incorporação das formas de uso e gestão dos espaços e dos recursos pelas populações locais na conservação ambiental (Diegues e Nogara, 1999).

Planejamento e Ordenamento Ambiental Territorial remetem a uma visão integradora do meio, uma vez que identifica e relaciona aspectos físicos e culturais e constrói instrumentos jurídicos, administrativos e de gestão para o desenvolvimento de atividades num determinado espaço e tempo. De acordo com Mello (2009) o Planejamento Ambiental é processo que envolve coleta, organização e análise de dados por meio de procedimentos e métodos e, ao incentivar a participação institucional e dos cidadãos, define formas de organização e uso dos recursos naturais.

Neste sentido, uma pesquisa que considera o homem como parte de natureza e estuda suas culturas, deve abordar métodos de levantamento e sistematização de dados e considerar o conhecimento daqueles que vivem e usam o espaço estudado.

Definir o zoneamento do território significa analisar as formas de uso e ocupação do espaço, localizar, mapear os aspectos observados e representar em diferentes escalas. Ou seja, desagregar o espaço em áreas com especificidades, diferenciações e aspectos comuns, com propósito de ordenar o uso e ocupação.

Para a realização desse trabalho, as tecnologias de informação espacial disponibilizam importantes ferramentas como base de orientação e geração de informações, tais como imagens de satélite e fotografias aéreas. Porém é fundamental destacarmos a necessidade de realização de trabalhos de campo, de contato do pesquisador com a realidade estudada e com as pessoas que ali estão, de levantamentos e atualização de dados reais.

Marco (2006), ao falar da importância do ***Trabalho de Campo*** coloca a prática como um dos instrumentos de pesquisa mais importantes, por ser o momento que o tema de estudo se desvenda diante dos olhos do pesquisador. Para Lacoste (2006) saber pensar o espaço não é colocar

somente os problemas no quadro local, é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas. A realização de trabalho de campo é fundamental para conhecer os fenômenos em seus locais de desenvolvimento, sendo mais uma forma de conhecer e compreender os fatores responsáveis pela formação da realidade estudada.

Os levantamentos em campo ganham mais importância quando tratamos de dados socioambientais, de informações referentes àqueles que fazem parte do espaço analisado. Aqueles sujeitos ocultos pela literatura, que permitem contato entre o pesquisador e os sujeitos levando à compreensão da realidade pelo ponto de vista de quem está inserido na realidade. Além disso, o trabalho de campo introduz os elementos atualidade e simultaneidade, uma vez que é o recorte vivo do contexto analisado.

Assim discorreremos sobre as abordagens participativas que discutem métodos de interação entre os pesquisadores e sujeitos e levam à identificação com o conhecimento gerado, levando os atores a se perceberem parte do espaço estudado (Nogueira, 2002).

3.1 – A construção da Pesquisa Participativa pelos princípios da Educação Popular

Tratando da questão da apropriação do conhecimento e da transformação social em busca da conciliação entre conservação, desenvolvimento local, fortalecimento da cidadania e co-responsabilidade dos sujeitos, nos remetemos à **Educação Popular** enquanto processo de humanização e ato político, que considera que o conhecimento produzido é gerado pela vivência, experiências e reflexão a cerca da realidade de cada um, dando grande importância para a articulação entre teoria e prática (Vasconcelos & Oliveira, 2009). Desta forma, identificamos relação direta entre as metodologias de pesquisa participativa e as ideias de Educação Popular, então introduzidas por Paulo Freire.

Porém, se nos voltarmos ao geógrafo cultural Carl Sauer, já em 1925, com a teoria *Morfologia da Paisagem*, perceberemos que as ideias de pesquisa participativa estão presentes no **Método Morfológico**, que trata o

trabalho de campo e a significância do conhecimento empírico, trazendo as seguintes características:

- Indução (a organização sistemática do conteúdo da paisagem inicia-se com a recusa a priori de teorias a respeito).
- Agregação e ordenamento dos fenômenos como formas integradas sem estruturas.
- Agrupamento, sucessão de fatos.
- Estudo comparativo dos dados.
- Descrição profunda e sistemática: começo da síntese morfológica.
- Observação, descrição de fatos
- Utilização de terminologias de outras ciências e da linguagem popular.
- Catalogação dos fatos dispostos em área.

(Sauer, 1925, In: Correa, 2001)

Corrêa (2001) faz uma comparação entre o historicismo e o pensamento de Sauer, colocando o **historicismo** como matriz disciplinadora de Sauer, e apresentando características comuns, tais como: observação, descrição, comparação, indução, sucessão de fatos, ênfase no passado, compreensão.

Complementando a abordagem empírica e historicista, trazemos para discussão o **método etnográfico**, considerando o contato direto com a realidade pesquisada, vivência e comunicação com o objeto de estudo, e fazendo uma análise descritiva, comparativa e integrada, em que atribuímos importância à abordagem antropológica para a compreensão e respeito de populações. Esta abordagem está apoiada na observação direta dos comportamentos sociais, a partir de uma relação humana.

“Estuda-se o Homem comunicando-se com ele” (Laplantine, 2000: 123).

Segundo Laplantine (2000) a antropologia cultural estuda a evolução do social, particularmente sob o ângulo dos processos de contato, interação e aculturação, ou seja, da adoção (ou imposição) das normas de uma cultura por outra.

Métodos de **pesquisa popular**, trabalhados pioneiramente por Paulo Freire (1981) dentro da perspectiva libertadora, trazem a visão de que os grupos populares não podem ser reduzidos a meros objetos, e sim considerados também como sujeitos do conhecimento, que, ao lado dos pesquisadores, buscam a compreensão da realidade concreta da qual participam.

O conceito de **pesquisa participativa**, apresentado por Brandão (1981), traz ideias de Paulo Freire e Fals Borda, critica o mito da neutralidade e da objetividade da ciência e propõe a ciência popular, que se apoia no conhecimento empírico.

Rodrigues (2000) defende que a pesquisa-participativa tem como referencial metodológico o marxismo, enfatizando o papel do pesquisador no processo, com postura ativa e compromissada. Segundo a autora, inúmeros trabalhos nesta linha discutem o papel e a postura do mediador (intelectual, agente pastoral, técnico de ONG).

Para Vasconcelos (2006) esta metodologia de pesquisa pretende simultaneamente, investigar e atuar como uma espécie de dialética do conhecimento e da ação, **ao mesmo tempo que cria mudança na situação concreta estuda as condições que os resultados foram produzidos.**

Dentre as vertentes da pesquisa participativa é possível identificar propostas diversas, conforme os valores de cada sociedade e o setor de atuação; entre elas aquelas de caráter militante, as propostas informativas e conscientizadoras das áreas educacional e de comunicação, e aquelas das áreas organizacional e tecnológica (Thollent, 1947).

A vertente educacional se espelha nos preceitos dos programas de educação popular *"(...) possibilitando a aquisição dos conhecimentos, habilidades e aptidões para participar do poder social e da gestão coletiva dos meios de produção"* (Gajardo, 1986: 7; op cit Rodrigues, 2000, pg.15).

Nesta vertente, Thiollent em 1947, foi o pioneiro a trabalhar a **Pesquisa-ação** como estratégia de pesquisa que agrega técnicas de pesquisa social para coletar e interpretar dados, resolver problemas e organizar ações. Para alguns autores pesquisa-ação e pesquisa participativa são consideradas sinônimos, porém, conforme define o autor, a pesquisa-ação supõe forma de *ação planejada* de caráter social, educacional, técnico. Desta forma, toda pesquisa-ação é participativa, porém nem toda pesquisa participativa é pesquisa-ação.

"A Pesquisa-ação se propõe dar aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora. Procura facilitar a busca de soluções reais." (Thiollent, 1947)

*"A metodologia da pesquisa-ação-participativa articula a produção de conhecimentos à ação educativa e à participação dos envolvidos, isto é, **produz conhecimento sobre a realidade a ser estudada e, ao mesmo tempo, realiza um processo educativo**, participativo para enfrentamento desta mesma realidade." (Tozoni – Reis, 2005, pg.272).*

Vasconcelos (2006) define pesquisa-ação como um processo metodológico mediado pelo diálogo, que se busca perceber os problemas concretos de dada realidade e atuar conjuntamente com as pessoas que vivem em seu cotidiano. Leva à conscientização de suas origens e possíveis soluções e proporciona aos participantes e investigadores, a aprendizagem de uma nova prática em busca da transformação social. A autora aponta três princípios norteadores da pesquisa-ação, sendo eles:

1- Investigação e construção do conhecimento: que visam estudar a realidade com finalidade prática, obrigando a olhar e ouvir com atenção, compreendendo o que se apresenta e evitando conceitos preconcebidos.

2 – Ação: o ato de investigar já leva à ação, entendida como organização, mobilização, sensibilização e conscientização, porém o objetivo

específico da ação está voltado para transformação social, seja ela adaptadora, seja transformadora¹⁹.

3 – *Formação*: refere-se à aprendizagem dentro do processo investigativo, uma vez que as pessoas envolvidas estão em constante formação: através da reflexão sobre a ação, dos relacionamentos sociais travados e das estratégias metodológicas de que lançam mão para atingir objetivos comuns.

Outros autores se voltaram para a metodologia da **pesquisa-ação-participante**, contribuindo para políticas públicas na área da educação ambiental, tais como Viezzer, Tozoni-Reis (MMA,2005) que falam da formação do educador e discutem a problemática da articulação da produção de conhecimentos, ação educativa e participação dos envolvidos. À ciência é colocado o desafio de pesquisar, participar, investigar, educar e compartilhar saberes produzidos por diferentes sujeitos, possibilitando a interação entre teoria e a prática.

Ao falar do pesquisador comunitário – que vive a realidade socioambiental em estudo- e do pesquisador acadêmico – que traz teorias, conceitos e definições-, Tozzoni-Reis (2005) discorre sobre a troca entre as duas modalidades de pesquisa que compartilham conhecimentos e trazem diferentes experiências sócio-históricas, com o objetivo de promover pela ação-reflexão-ação, transformação na realidade socioambiental que investigam.

A adoção de metodologias de pesquisa-ação participativas, para orientar as práticas de pesquisa e intervenção a serem desenvolvidas com populações tradicionais no contexto da gestão de áreas protegidas, vai de encontro à discussão do envolvimento dos atores nos processos de investigação, identificação e compreensão dos problemas, assim como na proposição das soluções e co-responsabilidade das ações.

¹⁹ A autora, citando (Goyette; Lessard-Herbert,1988; Ander-Egg,1990) demonstra que neste ponto há congruências entre a pesquisa-ação e a educação popular explicitando o caráter de formação política e colocando que: "(...) ação adaptadora refere-se àquela que está a favor do poder, que busca manter o *status quo*; e ação transformadora se une a um projeto político, crítico, reivindicador, como é a conscientização de Freire.

Dentre as contribuições que a ciência geográfica pode dar para a construção da metodologia e das ferramentas de pesquisa participativa está a **leitura e elaboração de mapas**. Conforme as diretrizes apresentadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, observar e caracterizar os elementos presentes na paisagem é ponto de partida para a identificação de referenciais espaciais que estimulam o indivíduo a pensar sobre os aspectos do espaço em que vive (MEC-PCNs Geografia, 1998; pg.39).

Além disso, a compreensão da localização, orientação e representação dos dados sócio-econômicos e naturais de um lugar levam a uma visão da totalidade, que pode desencadear um pensamento crítico sobre o espaço (Almeida, 2001), permitindo então a compreensão da realidade, identificação dos problemas, conflitos e busca de soluções.

Neste sentido a elaboração de mapas é importante recurso utilizado nos procedimentos de pesquisa-participativa; passando pelo levantamento de dados em campo e a sintetização das informações a partir de atividades em conjunto com os sujeitos envolvidos.

Conforme Fox *et al* (2008) a agenda do desenvolvimento participativo foi ampliada pelas iniciativas de gestão de recursos de base comunitária e mapeamento participativo. A participação ajuda a resolver problemas, à medida que abre novos caminhos para cidadãos levantarem questões; isto inclui a capacitação, a mudança de relações com os que estão no poder e a promoção de aprendizado, trazendo novas informações e perspectivas.

A **Cartografia Social** vem de encontro com às ideias aqui apresentadas por trabalhar o mapeamento participativo como reconhecedor do conhecimento espacial e ambiental de populações locais, e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento (Herlihy e Knapp, 2003, in: Acselrad & Coli, 2008).

Projetos de mapeamento participativo, realizados com grupos indígenas, povos tradicionais, pequenos agricultores, extrativistas e associações de moradores, envolvem membros dessas comunidades nos trabalhos de mapeamento dos territórios que vivem e trabalham, e possibilitam o levantamento de dados referentes ao uso e ocupação da terra, a delimitação das fronteiras dos territórios, o etnozoneamento em terras indígenas, fornecendo dados para discussões sobre desenvolvimento local e subsidiando planos de manejo de unidades de conservação.

Para Fox *et al* (2008) o povo é excluído dos processos de reconhecimento e planejamento do território devido aos instrumentos validados de obtenção de dados e gestão serem apoiados na linguagem cartografia científica. As tecnologias de informação espacial da cartografia participativa habilitam as comunidades a fazer mapas de seus lugares e expressarem seus conhecimentos e formas de uso dos recursos. Permite aos povos marginalizados afirmarem legitimidade de seus direitos e apropriarem-se das técnicas e modos de representação adotados, podendo se comunicar com o Estado e assegurar sua existência.

“O mapeamento participativo com base nas comunidades é visto como extensão lógica do repertório de estratégias de capacitação para o fortalecimento das comunidades locais. Habilitam as comunidades a representar suas terras e o uso dos recursos, assim como afirmar a legitimidade de seus direitos sobre os recursos, apropriando-se das técnicas e modos de representação do estado.”

(FOX et al, 2008. p71,72)

Outro recurso utilizado como um procedimento de pesquisa participativa é a **história oral**, que, com abrangência pedagógica e interdisciplinar, apresenta importante papel na interpretação do imaginário e análise das representações sociais. Segundo Freitas (2002) *História Oral é uma forma de criar fontes históricas a partir de relatos e depoimentos, fornecendo documentações para resgatar o passado recente, legitimar a história do presente e servir ao futuro.*

Em história oral o entrevistado é considerado um agente histórico, sendo importante para a compreensão do lugar estudado o resgate de sua visão a cerca dos acontecimentos sociais que participou. Diferentes gêneros de pesquisas são identificados utilizando este procedimento pode-se registrar: a tradição oral deixada por uma sociedade (funções religiosas, jurídicas, estéticas, didáticas, históricas, lúdicas), transmitida oralmente, registrar histórias de vida de certa família ou indivíduo, ou registrar temas específicos, a partir de conversas direcionadas para o assunto tratado (Freitas, 2002).

Ao se configurar como uma prática participativa de obtenção de informações e acontecimentos que não foram registrados, a história oral apresenta-se como uma forma de compreender a realidade a partir do ponto de vista dos sujeitos. Ao ouvir e perguntar sobre histórias de vida, filhos, casamento e trabalho, o pesquisador ajuda a recuperar as memórias do lugar, conhece melhor a comunidade pesquisada, conquista a confiança do morador e obtém informações e documentos referentes à população do lugar que não foram escritos.

Somado ao reconhecimento da população pelas histórias de vida, outro procedimento de pesquisa participativa é a elaboração de árvores genealógicas, que permite às pessoas visualizarem os parentes e suas relações, compreender e transmitir a estrutura e mobilidade da população.

As árvores genealógicas organizam os dados da população de comunidades pequenas identifica e registra cada morador, com nome, idade e local de nascimento, e indica as relações de parentesco (casamentos, filhos).

Montadas conforme as localidades, as pranchas mostram a mobilidade espacial da população, uma vez que indicam os locais de nascimento, residência e falecimento no momento da pesquisa. Possibilitando assim uma primeira análise da dinâmica migratória (Vianna, 2008).

3.2 - Trabalho de Campo com Comunidades:

Procedimentos e Técnicas de Campo:

Venturi (2005) ao discorrer sobre o papel da técnica no processo de produção científica, apresenta a técnica no plano do fazer. O uso de técnicas nos trabalhos de pesquisa leva à produção de conhecimento revestido de caráter empírico, baseado na observação de fatos, no uso dos sentidos, na prática e na vivência de situações reais. Porém pode promover um fazer que tenha um fim em si mesmo, o que caracteriza um trabalho técnico e não científico; quando conduzida por um método, a pesquisa levará à explicação de um fato ou fenômeno, auxiliando na obtenção e sistematização das informações que subsidiarão os argumentos, caracterizando então um trabalho científico (Venturi, 2005).

Thiollent (1994) ao discutir a metodologia da pesquisa-ação, avalia o uso das técnicas considerando sua contribuição para o processo de envolvimento e participação. Apresenta as seguintes técnicas:

- técnicas de grupos para lidar com a dimensão coletiva e interativa da investigação;
- técnicas de registro, processamento e exposição de resultados;
- questionários e técnicas de entrevista individual;
- levantamento de documentação;
- diagnóstico de situação, resolução de problemas;
- mapeamentos;
- técnicas didáticas e técnicas de divulgação e comunicação.

As técnicas adotadas para a realização dos trabalhos de campo devem ser escolhidas conforme a natureza do objeto de estudo e sua adequação a ele, e deve-se considerar também sua viabilidade e acessibilidade. *“(...) é possível perceber que o uso de instrumentos mais simples exige mais habilidades do observador e aproximam-no da maneira como os fenômenos funcionam”* (Venturi, 2005:73).

Quando tratamos de pesquisa participativa com populações tradicionais que vivem em lugares de difícil acesso e com pouca infraestrutura, é importante buscar o uso de técnicas e instrumentos que se adéquem à realidade, tais como equipamentos manuais que não dependam de energia, material gráfico impresso (mapas, figuras), instrumentos

simples que estimulem o observador a prestar mais atenção na dinâmica da natureza, como bússolas e instrumentos de medição feitos manualmente, com materiais que existam no local e não dependam de monitoramento eletrônico, máquinas fotográficas de fácil utilização. E ferramentas que possibilitem o manuseio por parte dos pesquisados, para que estes participem do processo de descobrimento e registro das informações. Dentre eles citamos: quadros e tabelas para preenchimento, entrevistas e questionário abertos que permitam a complementação com novas informações e o prolongamento de conversas; disponibilização de materiais para elaboração de textos, frases e desenhos, dentre outros melhor trabalhadas a seguir. Desta forma, ao manusear os instrumentos e fazer parte da atividade de pesquisa, os sujeitos pesquisados participam ativamente, passando por um processo de aprendizado e apropriação do conhecimento obtido.

Abaixo listamos as diversas técnicas de campo acompanhadas dos procedimentos de participação (em itálico), utilizadas durante os trabalhos de campo com as populações tradicionais:

- Consulta e utilização de dados secundários como suporte no campo (documentos, levantamentos, publicações). *Confirmar na comunidade legitimidade dos dados, disponibilizar materiais para conhecimento e atualização dos dados.*
- Observação, descrição. *Ser acompanhado por conhecedores do lugar, pedir explicações, descrições.*
- Observação direta e vivência dos comportamentos sociais. *Passar um período na comunidade, fazendo visitas nas casas e trocando conversas, acompanhar os afazeres diários, participar de festas e eventos religiosos, brincar com as crianças, aprender a fazer artesanato, limpar peixe, puxar canoa.*
- Conversas e narrativas de histórias de vida. *Passar longo tempo ouvindo histórias, pedir às crianças que descubram histórias dos avós.*
- Entrevistas semi-estruturadas. *Conversas abertas acompanhadas por fotos e mapas, com registros em caderno. Deixar fichas para serem respondidas pela família em momentos particulares.*

- Aplicação de questionários. *Visitar todas as casas, explicar a estrutura do questionário, seu propósito, dar para os próprios moradores responderem e aplicarem nos demais membros da comunidade.*
- Registro fotográfico e gráfico. *Permitir que participantes tirem fotos, solicitar que produzam desenhos, pinturas, realizar atividades de observação e descrição.*
- Utilização de materiais cartográficos em diferentes escalas para auxílio à coleta de dados; disponibilizar mapas, croquis, fotografias aéreas e de satélite. *Orientar a visualização e localização no mapa, solicitar descrições e caracterizações dos lugares e toponímias.*
- Georreferenciamento: marcação de pontos por GPS e descrição. *Ser acompanhado por moradores para percorrer os locais (por caminhada ou barco), registrar os pontos por GPS (deixar que manuseiem o aparelho), perguntar denominações, e para registro de toponímias, perguntar usos e histórias sobre os lugares.*
- Elaboração de mapas. *Solicitar que elaborem mapas, realizar atividades para elaboração de legendas em conjunto.*

Fontes: Nogara (2005); Acervo Elementos da Natureza (2008); Pirró (2008)

Figura 7 – Práticas de pesquisa em campo com as comunidades caiçaras.

O Pesquisador no Campo:

O estudo de campo com uma população parte da relação de confiança entre o pesquisador e as pessoas pesquisadas. Neste sentido é importante um primeiro contato através de lideranças ou pessoas que já conhecem a comunidade.

A pesquisa se inicia com o pesquisador reconhecendo a comunidade e os sujeitos pesquisados²⁰, sem ainda ter em mãos roteiros, questionários ou instrumentos. É importante conversar com as pessoas apresentar-se enquanto pesquisador e explicar as intenções da pesquisa. Num segundo momento, realizar conversas com os moradores, percorrer e compreender a organização da comunidade (área ocupada, número de casas, número de pessoas, quantidade de famílias), reconhecer a dinâmica e o ritmo de vida do lugar. Desta forma o pesquisador obterá subsídios para planejar seu trabalho pensando no tempo e objetivos que terá no campo, as pessoas com quem conversará os locais que irá percorrer e como irá percorrê-los.

Assim, o momento seguinte será o de estruturar os objetivos e dados a serem coletados. Quando tratamos de abordagens qualitativas muitas informações são geradas; se o pesquisador não tiver claro quais são seus objetivos no campo, coletará grande quantidade de informações e terá dificuldade para trabalhá-las, podendo perder o foco de sua pesquisa. É importante pensar em formas de organizar os dados coletados, quanto mais organizados e sintetizados eles forem durante a coleta e presença no campo, melhor será o trabalho de discussão e análise.

Mas não podemos deixar de enfatizar a importância de o pesquisador estar aberto aos imprevistos, mudanças e adaptações em sua pesquisa. Por estar conhecendo nova realidade, trabalhando com pessoas e lidando com situações dinâmicas, dificilmente conseguirá seguir da maneira planejada, sendo importante que esteja aberto a descobrir novas coisas, ser surpreendido e readequar sua pesquisa, sempre refletindo sobre o trabalho.

²⁰ Importante colocar a necessidade de antes de ir a campo o pesquisador realizar pesquisa em fontes secundárias para identificar dados e informações já levantados. Com o objetivo de otimizar os esforços entre pesquisadores e avançar nos trabalhos, além de não repetir perguntas e procedimentos já realizados nas comunidades. Também pela importância de não chegar despreparado à comunidade, sabendo quantos moradores serão abordados, aonde vivem, como se dá o deslocamento entre os núcleos de ocupação. Para isso, mapas e fotografias aéreas são fundamentais.

3.3 – As Ferramentas de Pesquisa e o Diagnóstico Participativo:

Ao falarmos de ferramentas de pesquisa e diagnóstico participativos nos remetemos ao DRP- Diagnóstico Rural (ou rápido) Participativo, um conjunto de procedimentos bastante trabalhado e difundido²¹ para obtenção de dados de maneira conjunta com os atores envolvidos, que apresenta diversas ferramentas complementares, e adaptadas à realidade investigada, para serem aplicadas com comunidades rurais e grupos em geral.

O DRP é erguido sob três pilares fundamentais que sintetizam muitas ideias trabalhadas nesta pesquisa: da participação, considerando a grande responsabilidade desse tipo de abordagem no processo de formação de indivíduos, para que tomem parte das decisões e tenham parte nos resultados; do comportamento, que se refere à postura dos pesquisadores perante o indivíduo ou grupo participante reconhecendo a intersubjetividade existente no comportamento humano, respeitando as diferenças, reconhecendo o valor de todos os conhecimentos e explicitando seus interesses e objetivos; e das técnicas de campo ou ferramentas, que se combinam e se complementam sucessivamente (Gomes, et al. 1998).

As ferramentas mesclam diferentes técnicas de investigação, são selecionadas de acordo com o tema e a situação de pesquisa encontrada, de forma flexível e adaptada à realidade daqueles que participam. São diagramas visuais e interativos que representam aspectos de determinada realidade, no presente, no passado ou futuro. Podem ser usadas nos processos de levantamento e análise de informações, mediação de diálogos e planejamento e/ou monitoramento de ações (Faria, 2006).

Neste contexto a presente pesquisa traz ferramentas adaptadas à realidade das comunidades tradicionais ilhéus para coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos e em diferentes escalas, dentro dos temas Reconhecimento e Mapeamento da Comunidade de Pescadores e Levantamento de População, então aplicados com as famílias das comunidades caiçaras de Ilhabela.

²¹ Para outras referências ver: VERDEJO (2006); REINA et.al .(2002); FARIA (2006); GEILFUS (1997).

As ferramentas são a seguir apresentadas em forma de esquema gráfico, que possibilita melhor visualização e relação entre elas; e em detalhe, em formato de ficha de atividade contendo: o nome da atividade, objetivos, procedimento e resultados e, quando possível, imagem exemplificando.

Figura 8 – Ferramentas para reconhecimento e mapeamento de comunidade de pescadores e levantamento de população.

MAPEAMENTO DA COMUNIDADE:

“Ao ler e elaborar mapas, o indivíduo é estimulado a pensar sobre os aspectos da paisagem. A compreensão da localização, orientação e representação dos dados sócio-econômicos e naturais de um lugar levam a uma visão da totalidade, desencadeando um pensamento crítico sobre o espaço.” (Almeida, 2001)

Entrevistas semiestruturadas de reconhecimento da comunidade:

Objetivos: aproximar-se dos moradores; ter visão geral da comunidade, sua constituição; identificar assuntos de interesse dos sujeitos pesquisados; explicar o objetivo da pesquisa; identificar interesse em participar de atividades da pesquisa; identificar melhores horários e locais para realização dos levantamentos.

Procedimentos: percorrer a comunidade, visitar as casas, e aproximar-se das pessoas nos momentos de trabalho. Conversar de forma livre, mas orientada por questões norteadoras de reconhecimento da comunidade. O pesquisador estará com caderneta de campo e poderá anotar, mas deve sentir que o entrevistado está à vontade.

Resultados: obtenção de dados gerais sobre a comunidade; identificação de lideranças, chefes de família e pessoas chave para participar de atividades; comunidade interessada sobre a pesquisa, convidada a participar de atividades; horários e locais combinados.

Foto: Acervo Elementos da Natureza, 2008

Figura 9 - Entrevista semiestruturada - Ilha da Vitória

Elaboração de desenhos, relatos orais registrados em textos sobre o lugar onde vivem:

Objetivos: identificar a relação que os moradores têm com a paisagem e lugares específicos.

Procedimentos: disponibilizar material para confecção do desenhos/pinturas (papel, lápis, caneta, tinta). Explicar o objetivo da atividade e o que será representado, podendo ser livre ou direcionado a tema específico de investigação. Deixar que participantes criem imagens a partir de suas representações.

Resultados: obtenção de materiais ilustrativos e descritivos que possibilitam compreender a visão e percepção dos atores envolvidos, as formas de vida no lugar e identificação de alguns valores referentes ao lugar. Importantes para planejamento de projetos e ações futuras com intuito de respeitar a dinâmica local e fomentar maior participação dos atores.

Elaborado por Monise - Praia da Figueira

FONTE: Acervo Elementos da Natureza, 2008

A vida na comunidade é acordar ouvindo o canto dos pássaros, ver o sol sair e os pescadores voltarem da rede com suas pescarias.

Figura 10 – Desenho e frase descrevendo a vida na comunidade em Castelhanos

Mapas Mentais da Comunidade, suas formas de uso e ocupação:

Objetivos: levantar informações individuais dos moradores sobre os diferentes elementos da paisagem, podendo visualizar, através do ponto de vista de cada morador, as formas de uso e ocupação do lugar.

Procedimentos: fornecer papel, lápis de cor, caneta. Estimular o participante a mentalizar o lugar onde vive e representar as referências espaciais. Modo de estimulá-lo a pensar e representar o lugar onde vive e demonstrar a importância do conhecimento vivenciado.

Resultados: obtenção de informações para compreensão da ocupação, referenciais espaciais, dinâmica de deslocamentos e uso dos espaços, relações com a natureza, presença e uso de recursos naturais.

Elaborado por Gesebel E. Moraes – Canto do Ribeirão

FONTE: Projeto Escola Tradicional Caiçara, 2006.

**Figura 11 – Mapa Mental de jovem moradora e estudante
do Canto do Ribeirão**

Observação, registro e descrição da paisagem pelo olhar de quem vive o lugar:

Objetivos: conhecer o espaço da comunidade sendo guiado e aprender com o olhar do morador, reconhecendo os espaços e as formas de uso pela comunidade.

Procedimentos: percorrer o campo sendo orientado pelo morador, utilizando o seu meio de transporte (a pé, por barco, canoa).

Observar a paisagem, pedir ao morador que explique oralmente e descreva o que nos apresenta, as causas, os usos. Ouvir e registrar as histórias referentes às experiências vividas, às formas de uso dos recursos; tirar fotos e marcar pontos de GPS.

Resultados: obtenção de referências espaciais (pontos de GPS), e registros de imagem (fotos), identificação de caminhos, locais de ocupação, de uso de recursos, reconhecimento e localização de feições importantes de serem registradas. Melhor conhecimento do campo e pontos importantes de serem mapeados, dando subsídio aos processos de zoneamento.

Comentários: ao percorrer a comunidade é importante que o pesquisador peça permissão para adentrar as áreas de quintais, roças, casas, assim como para fazer qualquer registro de fotografia, de lugares e pessoas.

Foto: Acervo Elementos da Natureza, 2007

Figura 13 – Reconhecimento do lugar com morador
Local de captação de água – Ilha Vitória

Mapa das Atividades e Conflitos de Uso do Espaço:

Objetivos: permitir que moradores representem espacialmente informações de uso e conflitos do espaço que vivenciam.

Procedimentos: disponibilizar mapa ou imagem espacial para orientar os limites do recorte espacial trabalhado. Solicitar que desenhem e demonstrem os locais, as formas de uso e as disputas que existem, e expliquem o que foi representado.

Resultados: obtenção de material gráfico sobre o assunto trabalhado, demonstrando os locais referidos e permitindo visualização dos conflitos, dificuldades e maior compreensão do assunto tratado.

Elaborado por: Roberto Costa, 2005, não publicado

Figura 14 – Mapa dos conflitos de uso do mar –Ilha da Vitória

Mapa da Comunidade:

Objetivos: elaborar um mapa da comunidade, representando a paisagem atual e proporcionando uma visão coletiva da comunidade.

Procedimentos: através de conversa, perguntas semidirecionadas, e registro organizado e visível a todos, levantam-se características do modo de vida, elementos presentes na comunidade e na natureza. Em seguida cria-se uma legenda coletiva e símbolos para representar cada elemento. Os símbolos são desenhados, pintados e recortados.

Sobre uma fotografia aérea são localizados os elementos e colados os símbolos. Para orientar são identificados traços de referências, como rios, caminhos, o nível do mar, rochas.

Resultados: obtenção de elementos que caracterizam o presente permitindo que os moradores percebam a constituição e complexidade do lugar onde vivem. Possibilitam também a introdução da linguagem de visualização e representação (por mapas) utilizada oficialmente para ordenamento do uso e ocupação dos territórios.

Comentários: a criação de símbolos e colagem sobre fotografia permite a compreensão do que é uma representação espacial e a interação dos diferentes conhecimentos e maneiras de compreender o espaço.

Fotos: Acervo Elementos da Natureza, 2007

Elaborado coletivamente pelos moradores

Figura 15 – Mapa da Comunidade de Praia Mansa.

Maquete:

Objetivos: construir representação da comunidade permitindo visualização tridimensional da paisagem, percebendo-a como um todo e facilitando a visualização da forma de representação espacial por mapas.

Procedimentos: sobre carta topográfica e/ou fotografia aérea em escala a ser definida, identificar os rios, limite com o mar e morros, traçando o contorno da bacia hidrográfica²².

A maquete pode ser confeccionada utilizando-se papelão, papel marchê, isopor, gesso, argila ou outro material. Utilizar tinta, lápis de cor, giz de cera para colorir e diferenciar aspectos representados.

A definição dos aspectos da paisagem a serem representados inicia-se com a construção de legenda coletiva. Poderão ser representadas casas, equipamentos públicos, caminhos, espaços de uso coletivo, roças, locais de queima/deposição de lixo, locais de extração de recursos, cursos de água, nascentes e poços, locais de captação de água, barcos, canoas, ranchos, píer/estivas, animais, pessoas (famílias), entre outros.

Resultados: produção de material tridimensional com informações trazidas pelos moradores dando subsídios para pensar a paisagem e compreender as formas de uso e ocupação.

Criação de material que possa servir para a comunidade como referência para melhor visualização e reflexão sobre o lugar em que vivem, levando à compreensão e a relação entre os aspectos da paisagem.

²² Pode ser utilizado como referência e continuidade dos trabalhos de mapa da comunidade então elaborado em etapa anterior.

Foto: Acervo Elementos da Natureza, 2007

Figura 16 – Início de construção de maquete – Ilha da Vitória

Comentários: na construção da maquete, o movimento de retirada de peças e colocação de outras se apresenta como uma maneira de ilustrar as transformações da paisagem, é visto como um instrumento de ensino dinâmico, que exige a participação efetiva das pessoas.

O fato de a maquete ser construída em etapas durante as ações permite envolvimento dos participantes e a construção gradual, acompanhando o processo de aprendizado, percepção e reconhecimento do lugar.

No processo de elaboração podem ser introduzidas questões de ordenamento e zoneamento, e o discutido o planejamento de uso e ocupação do território que estará sendo construído junto com a comunidade.

Neste sentido a maquete, ao se traduzir como uma forma de conhecimento, “reconhecimento” e planejamento da comunidade, estimulará um olhar mais curioso e atento aos problemas e possíveis soluções para este lugar.

LEVANTAMENTO DA POPULAÇÃO:

Levantamento de informações e dados secundários:

Objetivo: ter um panorama geral da realidade investigada, contextualizar o trabalho e definir que dados serão necessários levantar/atualizar em campo.

Fontes utilizadas: Oficiais (Censo Demográfico do IBGE), pesquisas, levantamentos, diagnósticos.

Genealogia: elaboração de árvores genealógicas.

Estudar a genealogia das famílias da comunidade é boa maneira de o pesquisador demonstrar seu interesse em conhecer a vida das pessoas, valorizando suas vivências e possibilitando que as pessoas se expressem por tema que têm familiaridade.

O estudo da genealogia identifica aspectos qualitativos da mobilidade ao longo da história de ocupação (desses núcleos) das comunidades, mostrando o quanto ela permeia a organização social e econômica dessas populações.

Objetivos: apresentar dados da população com linguagem gráfica permitindo visualização da estrutura familiar, das relações de parentesco e mobilidade da população.

Resultados: demonstração da mobilidade espacial da população, para uma primeira análise da dinâmica migratória.

Identificação de cada morador e fornecimento de dados pessoais (nome, idade, local de nascimento, local de moradia, estado civil, número de filhos).

Facilitação da localização de dados (comunidade, por casa, por família).

Exemplos de Procedimentos:

1 - Atualização dos gráficos por conversas, a partir de material já existente: a abordagem porta a porta leva o pesquisador a se aproximar das famílias, explicar o material, compreender as relações de parentesco daquela comunidade e atualizar as informações (de nascimentos, casamentos, mortes e migrações) junto com os moradores, gerando assim novos gráficos para serem digitalizados.

FONTE: Pirró & Mattos, 2002

Figura 17 – Árvore genealógica da comunidade do Canto do Ribeirão – Castelhanos

Comentários: com árvores genealógicas em mãos, os pesquisadores se aproximam com mais facilidade das famílias, uma vez que o material, com dados daquela família, provoca curiosidade nas pessoas.

Esta ferramenta é considerada boa maneira de entrar na comunidade e iniciar o trabalho de levantamento de população.

O trabalho com gráficos já elaborados demonstra a continuidade dos levantamentos, o retorno de trabalho e resultados já obtidos, além de disponibilizar à comunidade um documento relativo à sua realidade.

2 - Construção das árvores genealógicas por atividades de pesquisa-

ação: a prática de pesquisa realizada em grupo permite a produção de material, envolvendo os participantes na construção e tornando possível visualizar, em formato gráfico, as famílias que vivem no local.

A atividade em grupo gera entusiasmo sobre o tema estudado, descontração e integração entre os pesquisadores e a comunidade.

Inicia-se com a distribuição de recortes de papel para cada morador/participante, no formato de homens e mulheres, para que escrevam seu nome e idade.

Através da orientação do pesquisador/educador, as árvores da família são montadas juntando os casais e respectivos filhos.

Como nem todos da comunidade costumam estar presentes, os participantes representam seus parentes e completam a árvore.

Após montado o gráfico o pesquisador conduz interpretação com o grupo e todos vão completando-o com informações de local de nascimento²³.

²³ A atividade pode ser feita com todos os membros da comunidade ou por núcleo familiar, quando cada família é abordada em sua casa. Na sequência o pesquisador monta a árvore geral, unindo todos gráficos.

FOTOS: Acervo Elementos da Natureza, 2008

Figura 18 – Atividade coletiva de pesquisa-ação para confecção das árvores genealógicas. Famílias da Ilha da Vitória

Comentários: além de permitir a troca de conhecimentos quando os moradores explicam a constituição da comunidade e o pesquisador apresenta seu formato lógico de sintetização dos dados, esta atividade produz material que dará base para a continuidade dos estudos daquela população, devendo ser complementada por outros dados coletados.

Analisando a genealogia é possível identificar a mobilidade da família, uma vez que esta indica os locais de nascimento e onde moram no momento da pesquisa. Porém muitos moradores se mudam diversas vezes ao longo da vida, não aparecendo no gráfico, este percurso pode ser conhecido através de conversas, focadas no tema “histórias de vida”, que complementam o estudo das famílias e buscam na memória a vida que levaram, relembrando o percurso que seguiram ao longo das décadas, os locais onde moraram e como chegaram ao local onde vivem.

História Oral

Objetivos: compreender a realidade a partir do ponto de vista dos sujeitos. Construir fontes históricas. Obter informações que não foram documentadas. Relacionar o passado com o presente e projetar o futuro. Resgatar a visão do entrevistado a cerca dos acontecimentos sociais de que participou.

Procedimentos:

Relatos e depoimentos gravados e registrados em diário de campo: ouvir e perguntar (planejar o que perguntar)

Assuntos: histórias de vida (formação de família, casamento e trabalho, histórico de habitações, mudanças e migração da família); impressões sobre a atuação e vida comunitária; a natureza percebida, valorada e utilizada, sobre a política local, entre outros.

Resultados: recuperar memórias, conhecer melhor a comunidade pesquisada, conquistar a confiança do morador, participar dos dilemas.

Complementando o exemplo da árvore genealógica apresentada anteriormente, segue o texto sobre o relato de D. Catarina, uma das matriarcas da comunidade do Canto do Ribeirão, que conhece a mobilidade da família e permite a compreensão de parte do processo de ocupação e formação desta comunidade.

“D. Catarina conta que moraram muito tempo na lagoa e depois se mudaram para o Canto do Ribeirão, foi naquele tempo que sua mãe ficou grávida, e acabou morrendo de parto. Quando construiu a casa no Canto do Ribeirão toda família se mudou para lá: “mas era outra casa, não era essa aí, a casa nossa era ali onde está a casa do finado Francês” (D. Catarina). A casa era toda de madeira, a água vinha carregada da cachoeira, em cima da cabeça um pote de barro, nesse tempo lavavam roupa, limpavam peixe e tomavam banho na cachoeira. “Depois do meu casamento que o pai fez outra casa. A casa de cima onde hoje mora o Otávio e a Celeste, mas hoje ainda é outra casa, eles desmancharam e fizeram uma casa grandona.” (D. Catarina)

(Trecho de depoimento dado por D. Catarina, publicado em PIRRÓ, 2004: 125)

Questionário com roteiro de perguntas abertas que objetiva o assunto tratado (opinião sobre crescimento/decréscimo da comunidade):

Objetivos: identificar opinião do sujeito referente ao tema analisado a partir de dados quantitativos.

Procedimentos: a pergunta faz parte do questionário estruturado (tratado a seguir), sendo momento em que o pesquisador perguntará e deixará tempo para reflexão e resposta. No questionário deve haver espaço para registro das respostas qualitativas em formato de texto.

Para analisar dinâmica de crescimento/decréscimo da comunidade, as informações de migração, fecundidade e falecimento são complementadas com pergunta aberta referente à opinião sobre o futuro da comunidade, exemplificada a seguir:

17	O que você acha que vai acontecer com a população da comunidade nos próximos 10 anos?
01	Vai crescer. (siga 18)
02	Vai continuar do mesmo tamanho (siga 19)
03	Vai diminuir (siga 20)
18	Por que vai crescer?
19	Por que vai continuar do mesmo tamanho?
20	Por que vai diminuir?
21	Observação

Elaborado por Gutierrez, Mendes e Pirró, 2008 (não publicado)

Figura 19 – Modelo de questionário com perguntas semi estruturadas para identificar opinião sobre o futuro da comunidade em relação ao crescimento/decréscimo

Questionário estruturado para levantamento da população por domicílio:

Objetivos: obter informação específica, quantitativa e objetiva.

Procedimentos: questionário estruturado previamente com perguntas objetivas e espaço para preenchimento. Aplicado de casa em casa.

1	IDENTIFICAÇÃO							
01	Número da comunidade				Localização			
02	Código do domicílio							
03	Situação do domicílio							
04	Tipo de entrevista				Observações			
05	Número de moradores							
06	Há quanto tempo a família vive neste local em anos completos?							
2	RELAÇÃO DOS MORADORES							
Condição no domicílio (utilize os códigos abaixo para preencher o quesito 03)								
01	Pessoa responsável		07	Outro parente				
02	Conjuge, companheiro(a)		08	Agregado(a)				
03	Filho(a), enteado(a)		09	Outros				
04	Pai, mãe, sogro(a)							
05	Neto(a), bisneto(a)							
06	irmão, irmã							
		Sexo	1 - Masculino 2 - Feminino					
01	02	03	04	05	06	07	08	
	Nome completo	Sexo	Condição no domicílio	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Principal ocupação	
01								
02								
03								
04								

Elaborado por Gutierrez, Mendes e Pirró, 2008 (não publicado)

Figura 20 – Modelo de questionário estruturado para levantamento de população (Censo)

Comentários: para aplicação dos questionários é importante que o pesquisador explique aos interlocutores os objetivos da coleta de dados. Fundamental também deixar claro que algumas informações serão publicadas (como números e dados gerais), solicitando anuência dos entrevistados, e outras (como nomes e dados pessoais) serão coletadas somente para fins de documentação.

As ferramentas então apresentadas foram adaptadas e aplicadas ao longo de trabalhos com as comunidades do Arquipélago, durante os anos de 2002 a 2009, sendo eles: diagnósticos para subsidiar políticas públicas²⁴ (plano diretor municipal e plano de manejo); pesquisa acadêmica de conclusão de curso²⁵, projetos para implantação de escola de jovens, de educação artística e ambiental, de educação ambiental para saneamento²⁶, entre outros trabalhos para gestão participativa²⁷. Não foram trabalhos complementares, mas o processo de participação que vem fomentando com os moradores das comunidades se complementa.

Diversas informações e materiais produzidos ao longo desse período foram selecionados e serão apresentados em capítulo a seguir para exemplificar as práticas de pesquisa e introduzir a reflexão de como a pesquisa participativa pode mediar diálogos, levantar informações e levar a reflexões. Demonstrando que o trabalho com participação e apropriação de conhecimento é um processo em construção.

²⁴Diagnóstico Socioeconômico e ambiental, (Pirro & Mattos, 2002); Subsídios ao Plano de Manejo: Inserção das comunidades tradicionais (Nogara, 2005); Bela Ilha: relatório socioambiental (Pirro, 2008).

²⁵ Baía dos Castelhanos e seu Lugares, (Pirro, 2004);

²⁶ Projeto Escola Tradicional Caiçara, (Pirro & Bannwart, 2005); Projeto Retratando a Paisagem (Pirro, 2005); Exposição Itinerante: *Como é a vida na sua Comunidade?* (Elementos da Natureza, 2009); Projeto Bela Ilha de Educação Ambiental (Elementos da Natureza, 2007, 2008, 2009).

²⁷ Trabalhos com conselho consultivo PEIb

4 – ARQUIPÉLAGO DE ILHABELA: A POPULAÇÃO CAIÇARA E AS ILHAS PROTEGIDAS

4.1– Caracterização das comunidades sob olhar da pesquisa participativa

4.1.1 - MAPA DA COMUNIDADE:

Eu moro num paraíso e tenho orgulho do meu lugar. Porque só moram quatro famílias, sendo a minha, da minha irmã, do meu tio e dos meus avós.

Quando eu acordo bem de mansinho os passarinhos já estão cantando. O Sol já está bem forte, porque quando sai no mar ele já vem bem redondo, com uma forte cor vermelha.

E a mata, quando o sol vai saindo, vai esquentando e fica muito bonita que chega a mudar de cor. Quando o sol bate, ela fica um verde claro e quando está na sombra fica verde escuro, ai quanto mais tarde, fica tudo de uma só cor.

Vai chegando a tarde e volta tudo de novo. O sol se esconde, os pássaros param. A noite é só estrela e lua.

Figura - 21

*Na minha comunidade a paisagem é verde e amarela.
Verde da natureza e amarela do sol.*

Os relatos orais e o desenho foram produzidos por jovens moradores de comunidade tradicional de Ilhabela²⁸. Ilustram a relação entre a vida das famílias caiçaras e as forças da natureza, que conduz um ritmo diário na paisagem.

"O tempo está ligado ao espaço insular e ao modo de vida existente. (...) segue-se o tempo cíclico marcado por sua relação com o mar e com as atividades agrícolas." (Diegues, 1998 p103)

Os mesmos dados e informações presentes em textos acadêmicos, livros e relatórios técnicos são também apresentados em materiais produzidos pelas pessoas que fazem parte do lugar, porém em linguagem diferente. Por estarmos trabalhando com o envolvimento dos moradores locais nos processos de pesquisa, apresentaremos uma caracterização das comunidades de Ilhabela a partir do olhar dos sujeitos pesquisados, colocando-os como protagonistas da investigação.

Assim, a seguir apresentamos uma sequência de dados e informações, levantadas a partir das ferramentas de Mapeamento da Comunidade junto com os sujeitos interlocutores, e organizadas a partir de textos e figuras obtidos em fontes secundárias.

O objetivo deste capítulo não é apresentar caracterização das comunidades trabalhadas, com sua complexidade e diversidade, como deve ser feito em um relatório de caracterização, mas sim mostrar que informações sobre as pessoas, as formas de uso e ocupação da paisagem e suas relações de territorialidade, podem ser dadas a partir da leitura de quem vive no lugar, demonstrando seus aspectos de tradicionalidade.

²⁸ Relato oral em texto elaborado por Lauro Roberto dos Santos, Praia da Figueira.

FONTE: Acervo Projeto Escola Tradicional (não publicado) 2006.

Desenho e frase elaborados por : Dener dos Santos, Praia da Figueira.

FONTE: Acervo Elementos da Natureza, 2009

FONTE: Projeto Retrato da Paisagem
Elaborado por: Laurinda E. Moraes

Figura 22 – Pintura em madeira. Rancho e Canoa

As famílias de caiçaras tradicionais das comunidades de Ilhabela são pescadoras, e têm suas vidas marcadas pela presença do mar. Se movimentam pelas casas e quintais, pelos morros e pela mata, cachoeiras, costeiras, e navegam no mar.

FONTE: Acervo Elementos da Natureza, 2009
Elaborado por Uelerson de Souza - Vermelha

Figura 23 - “Na comunidade vivem da pesca”

Pequenos povoados que se confundem na paisagem se distribuem pelas ilhas e reentrâncias costeiras da face oceânica do Arquipélago, ocupando planícies ou encostas:

FONTE: Acervo Escola Tradicional Caiçara, 2006

Elaborado por Hebert Pinho de Souza

**Figura 24 – Mapa mental Comunidade Praia Vermelha
ocupação em planície costeira**

FONTE: Acervo Elementos da Natureza, 2007

Elaborado por Lidia Costa

**Figura 25 – Mapa mental Comunidade de Ilha da Vitória
ocupação em encosta rochosa.**

Os mapas mentais permitem que se identifique a configuração da vila caíçara, as ocupações existentes, a distribuição, o número de casas e os responsáveis por cada domicílio, a localização de trilhas e caminhos, as referências espaciais.

FONTE: Acervo Elementos da Natureza, 2007

Elaborado por Ramiro Costa- Ilha da Vitória

Figura 26 – Mapa Mental Ilha da Vitória.

Casas construídas ao longo da encosta, distribuídas pelo caminho.

Desenhos e relatos orais indicam os aspectos construtivos das casas:
“Na minha comunidade tem muitas casas de pau a pique e tem também de cimento.”

FONTE: Acervo Elementos da Natureza, 2009
Elaborado por Bruna dos Santos – Figueira

FOTO: Alain Mantchev, 2006

Figura 27 – Casas nas comunidades de Castelhanos

As casas são interligadas por caminhos, entre elas há árvores frutíferas, varais, canteiros, galinheiros.

Não há cercas na comunidade tradicional caiçara.

FONTE: Acervo Escola Tradicional Caiçara, 2006

Elaborado por Ângela M. Souza Lucio – Canto do Ribeirão

Figura 28 – Mapa Mental Canto do Ribeirão

“Perto da minha casa mora a minha sogra, a minha irmã, e um pouquinho mais distante moram os meus tios e meus primos. Também tem a escola e a igreja.”

Comunidades são organizadas por núcleos familiares. Filhos vão se casando e construindo suas casas próximas às dos pais. É comum mulheres se mudarem para as comunidades dos maridos.

LUGAR, NATUREZA E BIODIVERSIDADE

*“Eu moro num lugar muito bonito, tem muitas cachoeiras, tem a praia que é linda. Aqui tem várias ilhas.
Tem os animais.*

No mar tem vários tipos de peixes, na cachoeira tem camarão, tem lagosta, na praia tem conchas e pedras.”

Depoimentos demonstram a riqueza da biodiversidade, presença da vida na paisagem.

Também explicam sobre os hábitos alimentares e indicam que a atividade extrativista, a pesca e a caça são presentes nas atividades de sustento da família. Mostrando fortes características tradicionais:

“A comida que mais comemos é arroz, feijão e peixe frito. Também comemos macarrão, macuco, paca, capivara, marisco, mexilhão, lula, camarão.

O que mais gostamos de comer é arroz com feijão e peixe, mas também feijão com macarrão e macarrão com lula.

Na hora do café costumamos tomar café com bolacha, com pão ou mandioca (quando tem).”

(Depoimento de alunos da Baía dos Castelhanos.

FONTE: Projeto Retratando a Paisagem, 2006)

ATIVIDADE DE TRABALHO E RENDA:

Roça:

FONTE: Acervo Elementos da Natureza, 2009

Elaborado por Raquel de Souza

Figura 29 – Mapa Mental Praia Vermelha

"A vida na comunidade é de pesca e de roça, eles vão de manhã para o cerco e eles e retiram o peixe do cerco, de tarde eles vão para a roça. Aqui a farinha é própria da mandioca, aqui tem a casa de fazer farinha."

FONTE: Acervo Elementos da Natureza
Elaborado por Roberto Costa, 2009 – Ilha da Vitória

FOTOS: Acervo Elementos da Natureza, 2008

Figura 30 – Casa de Farinha– demonstra a presença e familiaridade com casa de farinha, aspecto marcante de sociedades tradicionais.

Artesanato:

A prática de artesanato é muito comum, as técnicas e peças, que eram produzidas para uso doméstico, continuam sendo usadas em diversas moradias, e ganham volume de produção com a venda na cidade.

FOTOS: Pirró, 2005 – Ilha dos Búzios. Acervo Elementos da Natureza, 2008 – Ilha da Vitória

Figura 31 – Exemplos de peças de artesanatos. Dentre a diversidade do que é produzido: gaiolinhãs, lustres, peixes, cestas, samburás e balaios produzidos com bambu; tapetes, bolsas e chapéus de fibra de bananeira; remos, gamelas, canoinhas e barcos com madeira.

Com troncos de madeira os homens, mestres e canoeiros fazem suas canoas. A canoa de madeira é o principal meio de transporte e trabalho do pescador artesanal. Também é mais adequado para atravessar o mar agitado e percorrer a linha de costa. A tecnologia para confeccionar uma canoa é herdada dos povos antigos.

FOTOS: Pirró, 2003. Acervo Elementos da Natureza, 2009

**Figura 32 – Pescador fazendo acabamento em canoa de madeira.
A canoa no mar. Principal meio de transporte.**

Pesca:

FONTE: Acervo Elementos da Natureza, 2009

Elaborado por Andréia E. Moraes, Uelinton de Souza, Felipe de Souza e Alan de Souza

Figura – 33

“A vida é pescadora. A vida é trabalhadora”

“Vida no mar. Vida de pescador.”

“A canoa é do meu pai, ele é um pescador, pesca com meu irmão que é um pescador muito bom. Meu pai é um pescador.”

“Tem muitos pescadores que pescam com rede e vendem os peixes nos restaurantes.”

Presença do Turismo:

“O lugar onde eu moro é uma casa e ao mesmo tempo um restaurante. Eu moro na Praia dos Castelhanos. É uma praia muito bonita cheia de ondas para lá e para cá. Tem surfistas.

A praia de Castelhanos é a praia que tem bastante bar e restaurante.

Os turistas enfrentam uma estrada de terra só para conhecer a praia.

Aqui tem muitos pescadores que pescam bastante para ter o pão de cada dia. Minha tia tem um restaurante na beira da praia.

Ela trabalha vendendo peixe para os turistas.”

(Depoimento dado por Camila Couto. FONTE: Projeto Retratando a Paisagem, 2006).

O depoimento apresentado demonstra a inserção do turismo em algumas comunidades e a presença de pessoas que não nasceram no local, e vivem na comunidade para trabalhar na atividade. Podendo indicar um novo período de abertura e mudança.

Vale reforçar que entre as comunidades e famílias há nítidas diferenças, sendo importante estudos e atividades em todas elas para caracterizá-las como partes de um todo. Este texto demonstrou uma parte desta realidade, com a intenção de trazer exemplos para discutir o uso das ferramentas participativas no trabalho de caracterização.

4.1.2 - DINÂMICA DA POPULAÇÃO:

Seguindo a mesma lógica, apresentaremos informações referentes à constituição e dinâmica da população das comunidades de Ilhabela, e então discutiremos as diferentes formas de obter dados, que se complementam. Novamente as ferramentas apresentadas em capítulo anterior serão utilizadas, porém o modo como as informações são apresentadas difere do capítulo de mapeamento, uma vez que já foram organizadas, transformadas em gráficos e textos, se aproximando da linguagem dos relatórios e documentos técnicos.

Sem a pretensão de discutir os dados apresentados, mas de exemplificar a partir de informações e reflexões, como a metodologia de pesquisa participativa pode gerar os mesmos dados quantitativos e qualitativos de um modelo formal de pesquisa, e pode atingir reconhecimento mais próximo da realidade, com informações trabalhadas e disponibilizadas pelas próprias pessoas que são a população local e constroem esta dinâmica.

Partimos da idéia de que a compreensão da dinâmica populacional de um grupo passa pela obtenção e análise de dados estatísticos, junto com as questões decorrentes das diferenças étnicas e socioeconômicas, bem como os fatores que refletem na mobilidade espacial. Segundo Scarlato (2000), por uma perspectiva crítica, a abordagem numérica não nos permite conhecer as condições concretas de vida dos indivíduos, as consequências nas formas de vida causadas pela mobilidade e migração, as tradições e opções que lhes são oferecidas. Desta forma, para elaboração de programas de desenvolvimento e políticas governamentais, é importante considerar tanto as leis de crescimento e estrutura da população, como as diferentes formas de distribuição espacial e características culturais.

Quando se trata de populações tradicionais, reforça-se ainda mais este argumento uma vez que um dos mais importantes aspectos de reprodução social está na estrutura familiar. Sendo a família considerada *"(...) a unidade básica e vital da existência (...) e o grupo familiar a própria razão da sobrevivência da população: grupo de reprodução, grupo de trabalho, grupo de produção e consumo"* (Marcílio, 2006, p.41).

Em específico para as populações tradicionais aqui estudadas que se distribuem pelo Arquipélago é importante que se considere suas particularidades, tanto das comunidades em relação ao município como um todo, como em relação a cada uma delas. É esse ponto que pretendemos trabalhar, argumentando que as práticas de pesquisa de campo vêm de encontro, uma vez que, por trabalharmos com populações pequenas, é possível atingir a todos os indivíduos estatisticamente, e envolver as famílias nos procedimentos de pesquisa, considerando as questões culturais e de configuração espacial.

Iniciando com fontes secundárias, os dados oficiais dos Censos Demográficos do IBGE indicam que a população do município de Ilhabela passou a crescer a partir da década de 1980:

Figura 34 - Pirâmide Etária População do município-arquipélago de Ilhabela 1970 – 2000

FONTE: IBGE – Censo demográfico de 1970, 1980, 1991, 2000.
Organizado por Gutierrez, Mendes & Pirró

Figura 35 - Linha de crescimento da população do município-arquipélago de Ilhabela - 1854 a 2007

FONTE: IBGE – Censos demográficos de 1854, 1920, 1934, 1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000, 2007.

Organizado por Gutierrez, Mendes & Pirró

O crescimento da população pode ser explicado pela mudança que a região do Litoral Norte do Estado de São Paulo, da qual Ilhabela é um dos quatro municípios, vem passando devido ao aumento da atividade turística e segunda residência, da atividade da construção civil e serviços, que teve como marco de crescimento a abertura da estrada Rio-Santos (BR 116), na década de 70, conforme já descrito em capítulo de apresentação.²⁹

Sabe-se que as comunidades tradicionais possuem características bastante diferenciadas do município do qual fazem parte, porém entende-se que há uma relação direta e indireta destas populações com as cidades da região (Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba) onde vendem os pescados, frequentam médicos, compram alimentos, utensílios gerais e visitam familiares. Estas relações interferem nas principais variáveis populacionais, como a migração (através das relações de oportunidade de maior renda e

²⁹ Autores como Silva, 1975; Noffs, 1983; Calvente, 1993, entre outros, discutem a abertura da estrada e as consequências para a região, incluindo o crescimento populacional, a partir deste período.

trabalho) e mortalidade, pela localização dos principais centros de saúde. Por isso justifica-se a relação com dados em escala regional.

Porém, analisando especificamente a dinâmica populacional das comunidades tradicionais, percebe-se que há diferenciação em relação à dinâmica do município:

Figura 36 - Linha de crescimento da população das comunidades tradicionais caiçaras do município-arquipélago de Ilhabela de 1992 a 2008

FONTE: SMA, 1992; PIRRO & MATTOS, 2002; NOGARA, 2005; PIRRÓ, 2008.
Organizado por Gutierrez, Mendes & Pirró

A partir da comparação da dinâmica de crescimento populacional das comunidades tradicionais (Figura 36) com os índices apresentados entre 1991 e 2007 (recorte na Figura 35), que indicam o índice de crescimento da população geral do município em período de 16 anos, verifica-se que o crescimento do município é bem maior, enquanto das comunidades é pouco significativo, demonstrando que o movimento da população residente nas comunidades é diferente do restante do município.

Tal diferenciação pode ser explicada pelo isolamento desta população, que habita a face oceânica e, além de viver em locais de difícil acesso, é protegida pela legislação de preservação ambiental de unidade de proteção Integral (PEIb). Pode-se dizer que essa parcela da população não participou do movimento de crescimento gerado pelo turismo e serviços, ocorrido em

toda a região. Conservando desta forma, suas características de população tradicional.

Para interpretação dos gráficos apresentados e compreensão dessa dinâmica populacional, torna-se necessária a realização de análises específicas para cada comunidade, identificando as características particulares e os fatores distintos que interferem no movimento da população³⁰.

Para exemplificar apresentamos dados obtidos em duas comunidades³¹, que possuem dinâmicas populacionais diferenciadas e características distintas: Ilha dos Búzios e Castelhanos, (Figura 37 a seguir).

Figura 37 – Dinâmica Populacional - 1992 a 2008
Ilha dos Búzios

FONTE: PIRRÓ, 2008

³⁰ Dentre os fatores que se diferenciam podemos citar: estar localizada no interior ou entorno da Unidade de Conservação, presença de proprietários e titulação de terras, localização, acesso, relação de insularidade, presença de serviços de educação e saúde, perspectivas de emprego pela atividade pesqueira, desenvolvimento da atividade turística (diário, casas de veraneio, marítima-pesca), quantidade de crianças e jovens, moradores solteiros, possíveis casamentos.

³¹ A coleta de dados em campo foi realizada a partir de levantamentos de campo com questionários, entrevistas semiestruturadas, reconhecimento de campo e observação, já descritos no capítulo 3.3.2.

Figura 38 – Dinâmica Populacional - 1992 a 2008
Castelhanos

FONTE: PIRRÓ, 2008

Nota-se que a população da Ilha dos Búzios sofreu leve decréscimo, enquanto que a população de Castelhanos aumentou. Somadas aos dados quantitativos apresentados, as informações qualitativas a seguir ajudam a compreender cada comunidade e explicar tal diferenciação.

Ilha dos Búzios: formada por três comunidades, Guanxumas, Porto do Meio e Pitangueiras, se encontra no interior do Parque Estadual. Localiza-se a extremo leste a cerca de 46 milhas da Vila de Ilhabela, o acesso depende das boas condições do mar. Não há atividade turística, somente pesca esportiva no entorno da ilha, o que gera conflitos com os pescadores do local. A escola municipal atinge somente as crianças do ciclo 1 do ensino fundamental. A população é formada por 26 crianças (0 a 10 anos); 35 jovens (11 a 20 anos); 99 adultos (21 a 60 anos) e 22 idosos (61 ou mais). A população total da ilha, formada por caiçaras tradicionais, vem sofrendo queda nos últimos anos, passando de 208 pessoas em 1992 para 182 pessoas em 2008.

Praia dos Castelhanos: formada por duas comunidades, Canto da Lagoa e Canto do Ribeirão, localiza-se no entorno do Parque Estadual. O acesso é por mar ou por estrada de terra. Há intensa atividade de turismo diário e algumas casas de veraneio, diversos moradores trabalham no turismo e novas pessoas se mudam para trabalhar em bares e restaurantes. Há escolas no local com aulas de ensino fundamental, 1º e 2º ciclos. A população tradicional é formada por 23 crianças (0 a 10 anos); 22 jovens (11 a 20 anos); 45 adultos (21 a 60 anos) e 10 idosos (61 ou mais); e sofreu crescimento nos últimos anos, passando de 98 pessoas em 2005 para 107 em 2008, conforme indicou a Figura 7 acima.

Juntamente com a dinâmica de crescimento/decréscimo relacionado com às características de cada comunidade, é fundamental consideramos os argumentos, opiniões e intenções daquelas pessoas que compõem as comunidades que estão sendo ordenadas e planejadas.

Desta forma, junto às perguntas objetivas de natalidade, mortalidade e migração, incluímos no questionário uma pergunta aberta, fornecendo mais um argumento para pensar a mobilidade e futuro da população:

- O que vocês pensam sobre o futuro da comunidade? Como será que vai estar o número de famílias e pessoas daqui a dez anos?

Em relação àquelas comunidades já apresentadas, obtivemos as seguintes respostas:

Das **25 famílias** abordadas na **Ilha dos Búzios**:

- **21** acreditam que a comunidade irá **crescer**, porque *as crianças irão crescer, se casar e construir suas casas. Já tem casas em construção e outras planejadas. Ficarão vivendo na comunidade, pois a vida na cidade é difícil.*
- **17** famílias pensam que irá **diminuir**, uma vez que *as famílias estão indo embora para a cidade em busca de trabalho e estudo. A vida na ilha é muito difícil e a pescaria está muito ruim e não há alternativas de trabalho. Já tem famílias indo embora e outras com planos, atrás de emprego e estudo para os filhos.*
- **e 1** família acredita que a comunidade ficará **do mesmo tamanho**, porque algumas famílias irão embora e outras ficarão na ilha.

Das **22 famílias** abordadas na **praia dos Castelhanos**:

- **16** acreditam que a comunidade irá **crescer**, argumentando que *as pessoas da comunidade têm muitos filhos; os moradores permanecerão no local; as crianças irão se casar e construir suas casas; os irmãos e herdeiros terão suas casas e haverá novas casas de turista.*
- **6** famílias disseram que irá **diminuir**, pois *os filhos (as) irão se casar e ir embora; hoje em dia as condições de vida no local não estão boas, e algumas pessoas pretensão de vender suas casas e terras para turistas e se mudar para a cidade.*

Apresentados os dados e informações obtidos com as comunidades que residem no interior e entorno das UCs, colocamos questões para serem consideradas pelos gestores das UCs, buscando contribuir com a reflexão do ordenamento da Unidade de Conservação:

- *As comunidades vão crescer?*
- *Vão demandar mais áreas?*
- *Vão usar mais recursos da natureza?*

Porém, para pensar o planejamento territorial, respeitando a cultura e tradição, e envolver os sujeitos, outros dados são necessários. Segundo Vianna (2008) migrações entre núcleos de ocupação e para fora da região permitem delinear uma dimensão de territorialidade pouco perceptível no planejamento das UCs. As políticas públicas de conservação *in situ* não levam em conta uma análise da territorialidade que parta do ponto de vista da população e demonstre as relações estabelecidas entre os povos e os ambientes naturais (e protegidos) em que vivem.

Neste sentido, tratar de populações tradicionais inseridas em unidades de conservação, e discutir o planejamento do uso e ocupação do território, passa necessariamente pela compreensão da dinâmica de formação das famílias, que se apresenta com importante informação para estabelecer diretrizes norteadoras de zoneamentos, planos de uso e ocupação e regras para utilização dos recursos.

Mobilidade

Vianna (2008) ao discorrer sobre populações caiçaras e dinâmica de ocupação do território demonstra que há características importantes comuns às sociedades tradicionais, como a mobilidade, que entram em choque com a ordenação espacial a que se propõem as unidades de conservação. Citando Candido (1964) a autora afirma que a mobilidade é um dos elementos fundamentais na caracterização dessas populações como fator de reequilíbrio das condições mínimas de vida, e pode ser estudada pela reconstituição histórica da genealogia e construção do território de ocupação. Porém para a autora as genealogias referem-se ao universo

identificado e podem ser parciais, apresentando dados fragmentados, que não alcançam a desejada frequência numérica para analisar a mobilidade social das famílias.

Assim, para complementar a análise da mobilidade, foi utilizado um modelo de quadros construídos a partir da aplicação de questionário (já apresentado nos procedimentos). Conforme o exemplo a seguir:

	Perguntas sobre migração			
	09	10	11	12
Interlocutores	Onde sua família morava quando você nasceu?	Sempre morou nesta comunidade?	Onde morava antes de se mudar pra cá?	Há quanto tempo mora aqui?
01				
02				
03				
04				

Elaborado por Gutierrez, Mendes e Pirró, 2008 (não publicado)

Figura 39 – Parte de questionário com perguntas sobre migração

A seguir apresentamos os resultados para esse conjunto de perguntas em forma de gráficos:

Figura 40 - Gráfico de origem dos moradores residentes das comunidades tradicionais do Arquipélago de Ilhabela, 2008

Dados obtidos em campo 2008.
Organizado por Gutierrez, Mendes & Pirró.

A análise permite concluir que 74% da população das comunidades é nascida na comunidade onde reside atualmente, indicando que, mesmo que tenham ocorrido movimentos migratórios, as pessoas retornam ao local de nascimento. Aqui identificamos argumentos que colocam a família como núcleo fundador da cultura: as relações de parentesco e união, os casamentos entre parentes (primos, tios, sobrinhos) que normalmente moram na mesma comunidade.

Conclui-se também que 18% dos moradores das comunidades são caiçaras de outras comunidades tradicionais do mesmo Arquipélago, o que demonstra um movimento internalizado entre as comunidades, incentivado pelas relações de trabalho, religião, festas, encontros e casamentos. Pode-se dizer que há uma mobilidade interna, temporária ou não, como elemento de ligação entre esses povoados.

Figura 41 – Origem dos Moradores Residentes

Dados obtidos em campo 2008.
Organizado por Gutierrez, Mendes & Pirró

Os gráficos demonstram que a maioria dos moradores de ambas comunidades é nascida na própria comunidade, e que grande parte dos casamentos ocorreu com membros da mesma família.

Ilustram também o fato descrito no gráfico anterior, de que os moradores que não são nascidos no local vêm de comunidades tradicionais vizinhas, com exceção de três pessoas: uma moradora da Vitória -a professora local- e dois moradores de Guanxumas (que vem das cidades de Ilhabela e São Sebastião).

Interessante observar que em Ilha da Vitória há quantidade significativa de moradores nascidos nas comunidades da Ilha dos Búzios; da mesma forma que em Guanxumas dos Búzios há numero significativo de moradores da outra comunidade da ilha (porto do Meio) e também da Vitória. Isso demonstra que há mobilidade entre as ilhas.

As unidades familiares estão integradas por um conjunto de vizinhança, ligadas a um fluxo cotidiano (Vianna, 2008). A mobilidade e constituição das famílias ocorrem conforme a proximidade das casas e comunidades e por razões triviais, como a existência de jovens da mesma idade, os encontros, a identificação com o outro.

Tais ligações levam à formação das famílias. As relações de parentesco são de grande importância na formação das famílias; casamentos e mudanças ocorrem entre pessoas das mesmas comunidades e para lugares

onde já moram membros da família (irmãs, primas, tios). A família representa o símbolo da segurança, a terra de família representa a possibilidade de existir e criar os filhos. Gera identidade com o lugar.

É comum o movimento de êxodo dos moradores para as cidades próximas, sobretudo entre os mais jovens, que, em busca de trabalho e outras experiências de vida, costumam sair de seus lugares para viver nas cidades e trabalhar como assalariados na pesca embarcada, construção civil e empregos domésticos. Mas se confirma a tendência de voltarem a viver perto de suas famílias.

Vianna (2008) ilustra este movimento através de relatos de moradores mais velhos que saíram de suas comunidades para viver nas cidades próximas, demonstrando que alguns voltaram a viver em seus lugares de origem e outros se estabeleceram em novos locais. Esta mesma realidade, encontrada no Arquipélago de Ilhabela, é indicada pelos dados apresentados na pirâmide etária, a seguir, que demonstra o reduzido número de jovens entre 20 e 24 anos, principalmente do sexo masculino:

Figura 42 - Pirâmide Etária - População total das comunidades contempladas pelo Projeto Bela Ilha, 2008

FONTE: PIRRÓ, 2008

Total de moradores 529. Sendo 294 homens e 235 mulheres

A pirâmide etária demonstra que a população é predominantemente jovem, o que pode ser explicado pelo fato de, em gerações anteriores, num período de maior isolamento, muitos jovens e famílias inteiras terem se mudado para as cidades. A população atual foi constituída por aqueles que permaneceram, casaram e tiveram filhos.

Uma interpretação trivial é a de que as famílias caiçaras possuem muitos filhos, ou um valor em relação ao controle da natalidade, característica discrepante se comparada às famílias urbano-industrial. A mulher no mercado de trabalho representou uma redução no número de filhos, a mulher caiçara mantém a média de três a quatro filhos. Mas este tipo de especulação na cultura caiçara só poderá ser feita com estudos mais aprofundados.

Novas famílias se constituindo representam nova constituição espacial, com rearranjos nas vilas caiçaras: casas desmanchadas, construídas em outro lugar, áreas de quintais ampliadas, mais varais, novos galinheiros, caminhos fechados, outros abertos. São comuns as mudanças de núcleos familiares/ou comunidade, em função de casamentos, velhice ou doença. Menos morador num local, mais em outros. A paisagem se molda conforme as organizações familiares e os usos que se fazem nos lugares.

“Se compreendermos que o território que as “populações tradicionais” ocupam não é fixo, mas que se trata de uma soma de aglomerados populacionais de uma mesma região, onde vivem grupos com o mesmo padrão cultural, esse fluxo de migração de um aglomerado a outro é um movimento natural para sua própria reprodução socioeconômica e cultural. As populações humanas não tendem a se restringir a territórios com limites fixos e, historicamente, apresentam configurações territoriais instáveis.”
(Vianna, 2008:109)

Apresentados procedimentos e argumentos, abre-se um leque para refletir sobre como a territorialidade dessa população enquanto tradicional, suas relações de maritimidade, a movimentação cotidiana entre comunidades e pelo mar, o uso dos recursos e constituição populacional, podem contribuir para pensar o território das unidades de conservação no que diz respeito à presença de populações tradicionais, ordenamento espacial e gestão participativa.

4.2 - O Parque Estadual de Ilhabela – reconhecendo e pensando a inserção das populações na conservação das ilhas.

Atualmente o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela está em fase de elaboração. Mesmo com a presença física das famílias, com diagnósticos e diretrizes elaborados para tratar da questão das populações tradicionais, do manejo dos recursos e inserção na gestão da Unidade de Conservação, não há legislação reconheça a presença dessas pessoas na UC e indique que são de fato povos tradicionais.

Acreditamos que as informações produzidas pelos próprios moradores e os dados de população, conforme exemplos apresentados no capítulo 4.1, contribuam³² para uma análise histórico-espacial de caracterização essas populações como tradicionais, demonstrando suas origens, formas de ocupação e relação com a natureza. Podendo então constituir-se como ferramenta fundamental para a negociação da permanência nas áreas e acesso a direitos de uso dos recursos naturais e da terra, onde vivem ha diversas gerações (Simões & Ferreira, 2008).

Experiências de outras unidades de conservação³³, instrumentos técnicos-jurídicos (tais como termos de compromisso, planos de uso tradicional), diretrizes governamentais, bem como a possibilidade de mudança de categoria para uma UC menos restritiva, demonstram que há várias alternativas para solucionar o impasse entre a presença de comunidades na área de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, e negociar conflitos de interesse de uso e proteção dos recursos naturais (idem).

³² Sabendo que a compreensão das relações de territorialidade e tradicionalidade passa por amplo campo de investigação, são necessárias outras abordagens (antropológica, fundiária) para complementar as informações e argumentações.

³³ Citamos a experiência do Núcleo Picinguaba, do Parque Estadual da Serra do Mar- SP, que construiu Planos de Uso Tradicional em conjunto com cada comunidade tradicional estabelecer a regulamentação das atividades passíveis de serem desenvolvidas pelas famílias caiçaras quilombolas. *“Essa regulamentação tornou-se referência para a proposição de diretrizes para a gestão das áreas ocupadas por comunidades no interior do PESM, sendo incorporada ao seu Plano de Manejo (2006), estabelecendo o enquadramento das ocupações humanas tradicionais na Zona Histórico Cultural Antropológica” (SIMÕES & Ferreira, 2008).*

Porém para que este processo seja encaminhado é preciso que exista relação de diálogo e troca entre as comunidades e a unidade de conservação. A falta deste contato impossibilita qualquer trabalho de negociação e cooperação.

Nogara (2005) em estudo para subsidiar o Plano de Manejo para inserção das populações tradicionais, coloca que o relacionamento entre as comunidades tradicionais caiçaras e a gestão do PEIb é historicamente conflituoso, marcado pela alternância entre ações de fiscalização e descaso, que contribuem para o aumento da desinformação em relação às restrições legais e surgimento de novos conflitos. O autor desenvolve uma análise dos vetores de conflitos, apresentando por comunidade a relação com a gestão do parque, as limitações e diretrizes para a construção da gestão participativa. Ainda coloca que *"(...) com a formação do conselho consultivo do PEIb, que também é integrado por representantes das comunidades, vem ocorrendo um estreitamento dessa relação com potencial para o estabelecimento de um processo de gestão participativa do PEIb"* (Nogara, 2005:p 15).

Conselho Consultivo PEIb

O conselho consultivo do Parque Estadual de Ilhabela é composto, conforme as diretrizes apresentadas no SNUC, por 24 representantes e 24 suplentes, sendo 12 de entidades de classe da sociedade civil e 12 de instituições públicas.

Buscando a inserção das comunidades tradicionais, com suas práticas conservacionistas e a implementação da gestão participativa, foram reservadas 4 vagas (2 representantes e 2 suplentes) para as comunidades tradicionais. Durante os anos de 2004 e 2005, participaram das reuniões buscando informações e trazendo demandas de seus lugares, porém, em função de diversos motivos, houve um processo gradual de esvaziamento.

Alguns desses motivos podem ser atrelados à impossibilidade de freqüentar as reuniões devido à distância, dificuldade de transporte e necessidade de trabalhar; o fato de considerarem as discussões pouco direcionadas às suas realidades e interesses; ao formato, estrutura e linguagem que muitas vezes são alheios à cultura e hábitos locais, inibindo,

constrangendo e até mesmo incomodando, por apresentar certo viés impositivo; também pode-se considerar a demora ou mesmo ausência de efetivação das demandas e decisões tomadas no conselho, muitas vezes pela falta de autonomia do conselho e gestores, agravado pela burocracia do governo e falta de interesse político em solucionar os problemas.

Câmara Técnica das Comunidades Tradicionais:

A partir de demanda do Conselho Consultivo, pela quantidade de assuntos referentes às comunidades, da percepção da importância de os moradores participarem das discussões e necessidade de haver um espaço específico para tratar esses assuntos, em 2008 foi formada a Câmara Técnica das Comunidades Tradicionais.

Com diretrizes de atuação voltada para prática e atingir de fato as comunidades, o grupo vem trabalhando no sentido de agregar atores, pessoas e instituições que desenvolvem trabalhos nessas comunidades e fomentar a participação dos moradores nas reuniões e gestão da UC.

A proposta de trabalho da C.T.Comunidades foi estruturada em um projeto, tendo como objetivos gerais:

- 1 - Estruturar um fórum para unir informações, promover discussões, centralizar materiais e envolver os atores.*
- 2 - Tornar-se um ponto de referencia e integração das informações e realizar ações junto às comunidades.*
- 3 - Estimular a participação das comunidades tradicionais nos assuntos de interesse.*

E como objetivos específicos:

- I - Unir as informações já existentes sobre comunidades tradicionais em geral, e as de Ilhabela, em um único local.*
- II – Fomentar a discussão dos materiais compilados; realizando-a no fórum e nas comunidades.*
- III - Promover interação dos projetos já desenvolvidos, em andamento e em elaboração.*
- IV - Agregar atores dos diferentes segmentos envolvidos com as comunidades.*
- V – Integrar as pesquisas com projetos e programas.*

VI - Apoiar o Conselho Consultivo e fazer intercâmbio entre assuntos da Câmara Técnica e do Conselho.

VII – Promover integração das discussões e ações entre a APA Litoral e o PEIb.

Atualmente vem trabalhando com grupos de trabalho que funcionam por temas (GT SPU para documentação de ranchos, GT Vitória com projeto integrado na ilha), e agregam membros da prefeitura, instituições públicas estaduais, ONGs e representantes das associações de moradores das comunidades do Bonete e Castelhanos. Também procura acompanhar os trabalhos de gestão da APA Marinha através do GT pesca, contribuindo com a consolidação do mosaico de UCs do Litoral Norte.

Mesmo trabalhando de maneira integrada com os atores, fomentando projetos e concretizando ações, sabe-se que a principal dificuldade ainda é atingir as comunidades e estimular a participação de seus moradores.

Poucos participam das reuniões na sede do PEIb e muito se discute a questão das viagens e substituição de tempo de trabalho, do gasto de esforços e recursos para a participação nas reuniões, sem que haja resultados concretos para essas pessoas.

A principal demanda é que sejam realizadas reuniões nas próprias comunidades para que assim os moradores conheçam o grupo gestor e recebam informações. Porém a CT não possui recurso próprio para sua atuação e realização de viagens, bem como os membros são representantes de outras instituições, possuem suas demandas de trabalho, não tendo disponibilidade de viajar e passar dias fora.

Também, mesmo havendo reuniões nas comunidades é necessário que sejam bem estruturadas e tenham clareza nos objetivos e continuidade, caso contrário, acabam demandando esforços e geram expectativas que muitas vezes não são atendidas e podem potencializar a falta de entendimento entre as partes.

Assim, cresce o desafio: como fazer com que os moradores dessas comunidades, que vivem dentro e no entorno do parque, se envolvam com a unidade de conservação? Se sintam parte da natureza protegida? Se apropriem da gestão e manejo dos recursos da natureza? Como fomentar a

participação no conselho, câmara técnica e outras reuniões? Como tornar as reuniões proativas de modo que encaminhem ação e solução para os problemas identificados?

A discussão dos conselhos como instrumentos de expressão, representação e participação, aparece nas diretrizes do IBAMA (2003), que trata a gestão participativa em UCs junto com a educação ambiental. Segundo o documento, a aplicação de procedimentos metodológicos compatíveis à gestão participativa e educação ambiental pode levar os conselhos a serem efetivamente representativos, podendo imprimir um novo formato às políticas públicas e ao processo de tomada de decisão e implementação.

Neste sentido, acreditamos ser necessário realizar um trabalho de educação de base para informar e sensibilizar as pessoas a fazer parte da gestão do Parque Estadual. E reforçamos a importância dos trabalhos da câmara técnica continuarem buscando outras formas de abordagem para atingir os atores.

Como proposição sugerimos que as práticas de pesquisa discutidas nesta pesquisa sejam absorvidas pela Câmara Técnica das Comunidades Tradicionais como procedimentos de ações nas comunidades para aproximação, para levar e levantar informações e então fomentar a construção conjunta de alternativas para concretização da gestão e do manejo participativos.

5- CONCLUSÃO:

Fazer pesquisa é um processo educativo que forma pessoas e amplia visões de mundo. Discutimos neste estudo a pesquisa participativa como forma de unir conhecimentos, considerar os saberes tradicionais e promover interação entre ciência e empirismo. Os procedimentos de pesquisa então apresentados pretenderam discutir como esta metodologia de pesquisa nos dá uma via de participação que é científica, mas dialógica com conhecimentos tradicionais.

Da mesma forma, a utilização dos resultados obtidos pela aplicação das práticas de pesquisa de campo apresenta-se como importante ferramenta para sensibilizar técnicos e gestores no reconhecimento da presença de comunidades tradicionais como parte da área protegida.

Respondendo às perguntas apresentadas no início deste trabalho, podemos considerar que:

Os sujeitos das comunidades tradicionais não se sentem parte dos projetos e programas desenvolvidos nos lugares onde moram, uma vez que não são envolvidos nos processos de levantamento de dados e planejamento, bem como não têm informação e conhecimento suficiente para reivindicarem seus direitos.

Assim, para estimular que reconheçam, valorizem seu modo de vida e percebam que seus conhecimentos são importantes para a conservação da natureza, indicamos que devam ser incorporados no processo de pesquisa para participar do levantamento de informações e produzir materiais referentes às suas vidas e seus lugares, sendo então utilizados em documentos de caracterização. Desta forma, os documentos demonstrarão a existência de pessoas como parte dos ambientes protegidos e estarão em linguagem mais acessível para serem entendidos e legitimados por eles mesmos.

Considera-se de extrema importância que os documentos gerados sejam levados de volta à comunidade. Quando os sujeitos estudados têm novo acesso aos dados levantados, complementando-os e corrigindo-os. Neste processo se sentem parte da elaboração do documento, validando-os e se apropriando. Além de que o ato de compartilhar as informações levantadas,

revê-las e corrigi-las provoca reflexão e análise, e pode estimular a elaboração de propostas e planejamento.

Para sensibilizar e envolver membros das comunidades tradicionais a participarem e contribuírem para as pesquisas e projetos, propomos a realização de atividades práticas que fomentem a troca de conhecimento entre os moradores das comunidades e a Unidade de Conservação.

Diferentes técnicas de pesquisa participativa, conforme apresentadas no capítulo 3, podem ser usadas para levantar informações a respeito das características da comunidade e tradicionalidade da população, da estrutura populacional e do uso dos recursos naturais de paisagens costeiras. O importante é que sejam continuadas e sejam planejadas conforme os objetivos que se pretende atingir com os resultados da pesquisa.

As técnicas de mapeamento e elaboração de gráficos de famílias foram facilmente trabalhadas por pessoas de todas as idades e com níveis de escolaridade distintos. Quando lidamos com pessoas que têm grande conhecimento do espaço onde vivem, como é o caso de populações tradicionais que possuem forte relação com a natureza, a noção de espacialidade e domínio com a linguagem visual é grande, o que facilita a aplicação de ferramentas com mapas e representações por imagens.

A partir das categorias geográficas adotadas foi possível estruturar os procedimentos de campo: O Lugar demonstra a questão de pertencimento, vínculo e representação; os relatos orais, registros em texto, desenhos e mapas mentais revelam leituras do imaginário e da representação dos valores que circulam nas comunidades.

A Paisagem percebida e vivida também pode ser apreendida pela leitura das comunidades nos mapas e relatos. Os mapas elaborados a partir de bases e fotografias aéreas possibilitaram a noção de diferentes escalas e a representação dos elementos e recursos presentes na paisagem.

O Território, enquanto recorte espacial a ser ordenado e gerido, reflete campo de forças e conflitos e demonstra a dificuldade de inserção dos diferentes segmentos sociais no processo de gestão democrática. A leitura das relações institucionais, dos interesses e da territorialidade de cada segmento contribui para a compreensão dos conflitos e para o diálogo. Da mesma forma a confecção de mapas, a espacialização dos conflitos de

uso do espaço, os relatos orais e entendimento das formas de organização dos grupos, revelam a situação real do território.

O papel do Pesquisador

O pesquisador tem um importante papel de intermediar o diálogo entre a comunidade e os responsáveis pela elaboração das políticas públicas, que levam à construção e implementação da gestão participativa de territórios manejados e protegidos.

Por estar em contato com a comunidade, tendo a clareza que interfere na dinâmica da paisagem (natural e cultural), o pesquisador tem a oportunidade de levar conhecimento, e promover um processo educativo que gere percepção das pessoas com o lugar, e reflexão sobre o papel de cada parte.

Outra importante reflexão diz respeito às expectativas levantadas com os trabalhos de participação. Realizar atividades, promover reflexões, identificar os problemas e possíveis soluções gera expectativas no sentido de que haverá melhorias e intervenções. Porém em diversos casos, até que ações sejam concretizados, é necessário passar por um processo de organização, autorização, captação de recursos, o que impossibilita a tomada de atitude imediata, não atendendo no momento esperado, as expectativas geradas.

Quando tratamos de políticas públicas a preocupação é ainda maior, uma vez que o tempo do morador da comunidade, de suas necessidades e anseios, segue ritmo diferente daquele exigido para elaboração, discussão, implementação e gestão da política pública. O que gera um descompasso, e pode levar ao descrédito da população em relação ao Estado.

Neste sentido é importante que o pesquisador tenha clareza da posição que ocupa, sabendo colocar suas intenções e objetivos, e explicar os procedimentos e processos necessários até que as leis sejam criadas, implementadas e executadas.

Os trabalhos de mobilização e apropriação do conhecimento junto aos povos tradicionais representam uma forma de reconhecimento e inserção das populações já no início do processo de planejamento e elaboração de

políticas. Porém uma pergunta se mantém para ser respondida com a obtenção de resultados concretos:

Como os trabalhos de mobilização e apropriação do conhecimento junto às populações tradicionais podem contribuir para o envolvimento e fomento de uma gestão compartilhada em Unidades de Conservação?

Finalizamos essa pesquisa reforçado a necessidade de haver continuidade nos esforços para fomentar a participação popular.

A participação é um processo de mudança de postura. Faz parte de um ideário político, de uma concepção de democracia para formar cidadãos.

Pesquisa Participativa é o meio que escolhemos para fomentar esses processos em unidades de conservação. A pesquisa deve ser constituída por um conjunto de práticas continuadas.

Ao mesmo tempo em que a pesquisa descobre, todos se descobrem e inicia-se um processo legítimo de participação.

Fotos: Pirró, 2006, Acervo Elementos da natureza, 2007-2008

Figura 43– Moradores Participantes

6 – BIBLIOGRAFIA:

ADAMS, Cristina. **As Populações Caiçaras e o Mito do Bom selvagem: a necessidade de um nova abordagem interdisciplinar.** Revista de Antropologia, 2000b, vol. 43, n.1, p 145-182.

ACSELRAD, H. & COLI, L.R.; **Disputas Territoriais e Disputas Cartográficas.** In: ACSELRAD Henri (org.); Cartografias Sociais e Território; Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ; 2008.

ALMEIDA, Rosângela Doin; **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola;** São Paulo; Contexto, 2001.

ALMEIDA, R., COLTRO Jr. & SLOVENSK,A.; **Formação de Conselhos Gestores em Unidades de Conservação: arenas de discussão e/ou decisão – O caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru/Amapá;** in: Áreas Protegidas e Inclusão Social: tendências e perspectivas, Numero 1 volume 4, 2009; Belém. Anais SAPIS; Rio de Janeiro; 2009; 100p.

BENATTI, José Heder; **Unidades de Conservação e as Populações Tradicionais: uma análise jurídica da realidade brasileira;** Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2; Manaus; 1999.

BENDAZZOLI, C.; **O processo de formação dos sambaquis: uma leitura estratigráfica do sítio Jabuticabeira II, SC;** Dissertação de Mestrado; MAE – USP; São Paulo, 1997.

BENDAZZOLI, C., FRANCISCO, R.A., GUIMARÃES, M.A.; **Arqueologia de um sambaqui em abrigo, Ilhabela-SP;** Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 19: 381-391; 2009.

BERTRAND, G.; **Paisagem e Geografia Física Global – Esboço Metodológico**; In; 13_Caderno de Ciências da Terra; USP – IG; São Paulo; 1972.

BITTAR VENTURI (org.). **Praticando Geografia: práticas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental**; São Paulo; Oficina de Textos; 2005.

BLEIER, Roberto; **Documento de Apoio: Seminário de Avaliação Ambiental Conjunta Litoral Norte de São Paulo**; Caraguatatuba; COMDIAL; dez 2008 (relatório interno).

BORRINI-FEYERABEND, G.et. al.; **Sharing Power. Learning by doing in co-management of natural resources throughout the world**; IIED and IUCN/ CEESP/ CMWG; Cenesta; Tehran; 2004.

BRANDÃO, C. R.; **Pesquisa Participante**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

CALI, Plácido. **Projeto Arqueológico da Ilhabela – relatório ano 1 -1ª fase: inventário e cadastramento dos sítios arqueológicos**; São José dos Campos; Cedepac; 2000.
Também disponível em: <http://arqueologia.ilha.sites.uol.com.br/index.htm>.
Jun 2010.

CALVENTE, Maria Del C.M.H.; **No Território do Azul Marinho**; Dissertação de Mestrado; Departamento de Geografia FFLCH-USP; São Paulo; 1992.

COMERLATO, Fabiana; **Dossiê - Sambaqui - Ponta Das Almas**; Ilha de Santa Catarina; 2002. Disponível em:
<http://www.campeche.org.br/ponta-almas/pontaalmas.html>. 7 junho 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato; **Carl Sauer e a Escola de Berkeley – uma apreciação**; In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeni (Orgs.); Matrizes da Geografia Cultural; Rio de Janeiro; Ed UERJ; 1999.

CREADO, E.S. J., MENDES, A.B.V., FERREIRA, L.C., CAMPOS, S.V.; **Entre “Tradicionais” e “Modernos”: negociações de Direitos em duas Unidades de Conservação da Amazônia Brasileira**; Revista Ambiente e Sociedade; Campinas, v.XI,n2, p.255-271; 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação- novos rumos para a proteção da natureza nos Trópicos**; São Paulo; Hucitec; 2000.

_____ **Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário**; São Paulo; Hucitec; 1998.

DIEGUES, A. C. & NOGARA, P. J.; **Nosso Lugar Virou Parque – estudo socioambiental do Saco do Mamanguá- Parati-RJ**; 2ª ed. São Paulo; NUPAUB –USP; 1999.

DIEGUES, A. C. & Viana V.M. (orgs.) **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**; 2ª ed. São Paulo; Hucitec; NUPAUB –USP; 2004.

FARIA, Andréa Alice da Cunha; **Ferramentas do Diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo**; Andréa Alice da Cunha Faria & Paulo Sérgio Ferreira Neto; Brasília – MMA; IEB; 2006.

FERNANDES, Florestan; **Comunidade e Sociedade: leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**; São Paulo; Ed Nacional; EDUSP; 1973, in: Wikipédia, jun. 2010).

FOX, J.; SURIANATA, K.; HERSHOT, P.; PRAMONO, A.H.; **O Poder de Mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial**; IN: ACSELRAD, Henri; Cartografias Sociais e Território; Rio de Janeiro; IPPUR/UFRJ; 2008.

FRANÇA, Ary. **A Ilha de São Sebastião**; Tese Departamento de Geografia USP; São Paulo; 1951.

FREITAS, Sônia Maria; **História Oral: Possibilidades e Procedimentos**; São Paulo; Humanitas; 2002.

FREIRE, Paulo; **Criando Métodos para Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação**, 1981; In: Brandão (org.); **Pesquisa participante**; São Paulo; 1981.

FURLAN, Sueli Ângelo; **Lugar e Cidadania: Implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental – situação do Parque Estadual da Ilhabela na Ilha de São Sebastião**; Tese de Doutorado; São Paulo; Departamento de Geografia-FFLCH-USP; 2000.

FURLAN, S.A., MARINHO, M. A.; CAMPOLIM, M.B.; **Conflitos e diálogos: análise dos Sistemas de Áreas Protegidas e Populações Tradicionais na América Latina em Florestas Tropicais**; Eixo 7-Procesos de la interacción sociedad-naturaleza; Montevideo; EGAL; 2009

GEILFUS Frans; **80 Herramientas para el Desarrollo Participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación**; San Salvador, Prochamate-IICA; 1997.

GOMES, Marcos A. Ortiz, SOUZA, Alessandro V.A., CARVALHO, Ricardo S.; **Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos sócio-econômicos em empreendimentos agropecuários**; In: SOUZA, A.V.A. (org); **Gestão e Participação para um Desenvolvimento Sustentável nos Assentamentos**; Lavras: UFLA/FAEPE; 1998.

GOMIDE, Maria Lucia Cereda; **MARÂNÃ BODODI – a territorialidade Xavante nos caminhos do Ró**; Tese de Doutorado; São Paulo, Departamento de Geografia – FFLCH-USP; 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter P.; **Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente**; 11 ed.; São Paulo, Contexto; 2004.

IBAMA; **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação** (orgs.) Carlos Frederico B. Loureiro, Marcus Azaziel, Nahyda Franca; Rio de Janeiro; Ibase; IBAMA; 2003.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991, 2000.

INSTITUTO SEMEIA; **Cahuíta: o entorno no êxito de um processo**; Costa Rica - Parques nacionais de sucesso; Instituto Ilhabela Sustentável. 2010. Disponível em:

<http://www.nossailhamaisbela.org.br/novo2009/index.php?modulo=informativos&codigo=178>. 15 jun. 2020

ISOLD, Isabel Araujo; **Territorialidades Negras no Território Nacional: processos sócio-espaciais e normatização da identidade quilombola**; Dissertação de mestrado; Instituto de Geociências- UNICAMP; Campinas, 2010.

KOZEL TEIXEIRA, Salete; **Das Imagens às Linguagens do Geográfico: Curitiba a “capital ecológica”**; Tese de doutorado; Departamento de Geografia- FFLCH USP; 2001.

LACOSTE, Yves; **A Pesquisa e o Trabalho de Campo: um problema político para pesquisadores, estudantes e cidadãos**; In: Associação dos Geógrafos Brasileiros –SP; **Boletim Paulista de Geografia – Trabalho de Campo nº 84. P.77-92**; São Paulo; AGB, 2006.

LAPLANTINE, François; **Aprender Antropologia**; Tradução Marie-Agnès Chauvel; São Paulo; Brasiliense, 2000

LIMA, Miguel V.; **Mapeamento da Sensibilidade Ambiental do Arquipélago de Ilhabela**; Relatório de qualificação; Universidade Estadual Paulista; Rio Claro, 2006.

MAGALHÃES, Clarissa; **Gestão Participativa: por que investir nela?** ; In: Antonini, Luciana (org); Gestão participativa em unidades de conservação : Mata Atlântica do Sudeste e Goiás; São Paulo: CNRBMA, 2009; (Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Série 1: Conservação e Áreas Protegidas ; 36).

MALDONADO, Wanda; **Comunidades Caiçaras e o Parque Estadual de Ilhabela**; in: DIEGUES, Antônio Carlos (org.); Ilhas e Sociedades Insulares; São Paulo; NUPAUB-USP; 1997.

_____ **da Mata para o Mar: a construção da canoa caiçara em Ilhabela/SP**; Dissertação de Mestrado; PROCAM-USP; São Paulo, 2001.

MARCILIO, Maria L.; **Caiçara Terra e População: estudo da demografia histórica e da história social de Ubatuba** -2 ed.; São Paulo; Edusp; 2006.

MARCO, Valéria de; **Trabalho de Campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante**; In: Associação dos Geógrafos Brasileiros –SP.; Boletim Paulista de Geografia – Trabalho de Campo nº 84. P.105 - 135; São Paulo; AGB, 2006.

MEDEIROS R. & IRVING M.; **Áreas Protegidas e Inclusão Social: tendências e perspectivas**; Rodrigo Medeiros e Marta A. Irving (editores); Rio de Janeiro; Volume 3, numero 1; 2007.

MEDEIROS R. IRVING M. & GARAY; **Áreas protegidas no Brasil: Interpretando o contexto histórico para pensa a inclusão social**; in: IRVING (org.) Áreas Protegidas e Inclusão Social:construindo novos significados; Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006

MELLO, Kelly; **Cartografia e Análise da Paisagem de Ubatuba – SP**; Relatório de Qualificação; São Paulo; Programa de Pós Graduação em Geografia Física; Departamento de Geografia USP; 2009

MEC/Secretaria de Educação Média e Tecnológica; **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**; Brasília; 2002.

MENDONÇA, F.C. SIQUEIRA, C.T. VASCONCELOS, V.; **Literatura de Cordel como Forma de Comunicação com Populações Tradicionais – o caso da reserva extrativista ARAPIXI**; in: Áreas Protegidas e Inclusão Social: tendências e perspectivas, Numero 1 volume 4, 2009; Belém; Anais SAPIs; Rio de Janeiro; 2009; 346p.

MMA/DEA; **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**; Luiz Antonio Ferraro Júnior (org.); Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental; 2005.

MMA/ Secretaria de Biodiversidade e Florestas/ PNCB; Universidade de São Paulo-NUPAUB; **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**; organizado por Antonio Carlos Diegues e Rinaldo S.V. Arruda; Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo; USP; 2001.

MMA/SQA; **PROJETO ORLA: fundamentos para gestão integrada**; Brasília; MMA/SQA; Brasília:MP/SPU; 2002.

MMBT - Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales; **Bosques Comunitários: equidad, uso y conservación**; Carrere, Ricardo (coord.); Montevideo, Uruguay; 2004.

MONTEIRO, Carlos A. Figueiredo; **Geossistemas: a história de uma procura**; São Paulo, Contexto; 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert; **Ideologias Geográficas – Espaço, Cultura e Política no Brasil**; São Paulo; Editora Hucitec, Annablume; 2002.

_____ **Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente**; Tese de livre docência; São Paulo; Departamento de Geografia – USP; 2000.

_____ **Território e História no Brasil**; São Paulo; Editora Hucitec, Annablume; 2002.

_____ **Contabilidade ambiental e Geografia econômica**; Investigaciones Geográficas; Boletín del Instituto de Geografía; UNAM, n.10, p.77-92; 2009.

NOFFS, Paulo; **Disputa pela Hegemonia do Espaço na Baía dos Castelhanos**; Tese de Doutorado; São Paulo; Departamento de Geografia- FFLCH USP; 2007.

NOGARA, Paulo J. (coord.); **Subsídios para o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela: inserção das comunidades tradicionais caiçaras**; São Paulo; Instituto Florestal/KFW; 2005.

NOGUEIRA, Amélia R. Batista; **Percepção e Representação Gráfica: A “Geograficidade” nos Mapas Mentais dos Comandantes de Embarcações no Amazonas**; Tese de Doutorado; São Paulo; Departamento de Geografia- FFLCH USP; 2001.

_____ **Mapa Mental: recurso didático para o estudo do lugar**; In: PONTUSCHKA, Nidia e OLIVEIRA, Ariovaldo U. (Orgs.); **Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa**; São Paulo; Contexto; 2002.

OGUGE, Nicholas, et al.; **Community-Based Wildlife Conservation Programs Contributes to Alternative Livelihood Support for Samburu Pastoralists in Northern Kenya** ; Congresso Internacional de Biologia da Conservação, Centro de Convenções; Chattanooga, TN; jun.2008. Disponível em: <http://www.allacademic.com/meta/p239708_index.html> 3 jun.2010

OLIVEIRA, Eliane Rita; **Populações Humanas na Estação Ecológica Juréia-Itatins**; Série Documentos e Relatórios de Pesquisa n.º2; São Paulo; NUPAUB- USP; 2004.

PIRRÓ, M.S.A.; **Relatório Socioambiental das Comunidades Tradicionais Caiçaras do Arquipélago de Ilhabela. Impactos do projeto de saneamento ambiental nas comunidades contempladas**; Ilhabela; Projeto Bela Ilha; 2008.

PIRRÓ, M. S. A.; **Baía dos Castelhanos e seus Lugares: Um olhar para o lugar**; Trabalho de Graduação Individual; São Paulo; Departamento de Geografia – USP; 2004.

PIRRÓ, M.S.A; **Relatório Projeto Retratando a Paisagem**; Escola Móvil e Associação dos Moradores e Pescadores da Baía dos Castelhanos, 2006.

PIRRÓ, M.S.A & Bannwart, D.; **Relatório Projeto Escola Tradicional Caiçara da Baía dos Castelhanos**; Ilhabela; Secretaria de Educação do Município de Ilhabela e Associação dos Moradores e Pescadores da Baía dos Castelhanos; 2006 (não publicado)

PIRRÓ, M. & MATTOS, M. **Ilhabela. Diagnóstico Sócio-Econômico e Ambiental das Comunidades Isoladas**; São Paulo; Departamento de Geografia - Universidade de São Paulo; 2002.

PETROBRÁS, Estudo de Impacto Ambiental EIA_RIMA. Campo de Mexilhão, 2006.

REINA, Carmem Candelo, et al.; **Juegos Económicos y Diagnóstico Rural Participativo (um Manual com Ejemplos de Aplicacion para lá Cooperación**; Bogotá; Ó PUJ, WWFColombia; 2002.

RESSURREIÇÃO, Rosângela Dias; **São Sebastião: transformações de um povo caiçara**; São Paulo; Humanitas; 2002.

RODRIGUES, Carmen Lúcia; **Limites do Consenso: Territórios polissêmicos na Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa**; Tese de doutorado; São Paulo; Departamento de Geografia-USP; 2001.

SANTOS M. & SILVEIRA, M.L.; **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. 3ª Ed.; Rio de Janeiro; Record; 2001.

SAUER, Carl O. **A Morfologia da Paisagem**, 1925; In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeni (Orgs.); Paisagem, Tempo e Cultura; Rio de Janeiro; Ed UERJ; 1999.

SCARLATO, Francisco C.; **População e Urbanização Brasileira**; in: ROSS, J. L. (org.) Geografia do Brasil. 3 ed; São Paulo; Edusp, 2000.

SILVA, Armando Corrêa da; **O Litoral Norte do Estado de São Paulo – Formação de uma Região Periférica**; Tese de Doutorado; Universidade de São Paulo; FFLCH; Departamento de Geografia; São Paulo; 1975.

STADEN, Hans, séc.16; **Hans Staden: Primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes** (tradução de Angel Bojadsen); São Paulo; Editora Terceiro Nome; 1999.

Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo (Estado) Fundação Florestal; **Unidades de Conservação da Natureza/ SMA- FF**; Oliveira, Luis Numa (org.); São Paulo; SMA; 2009.

Secretaria do Meio Ambiente-SP. Instituto Florestal; **Ilhabela: Diagnóstico Sócio-Econômico e Ambiental**; São Paulo; SMA (relatório interno); 1992.

Secretaria do Meio Ambiente -SP. Instituto Florestal; **Planos de Manejo das Unidades de Conservação – Parque Estadual de Ilhabela – Plano de gestão Ambiental**; São Paulo; SMA; 1995-1999.

Secretaria do Meio Ambiente -SP. Instituto Florestal; **Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar**; São Paulo; SMA IF-GOPA-Instituto Ekos do Brasil; 2008.

SIMÕES, Eliane & FERREIRA, Lucia C.; **Gestão Compartilhada entre Caiçaras, Quilombolas e Técnicos no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (NP/PESM)**; IV Encontro Nacional da ANPPAS; Brasília; DF; 2008.

SIMON, Alba & MELO, Gustavo; **Desafios e avanços na estruturação de conselhos em unidades de conservação no Estado do Rio de Janeiro**; in: Áreas Protegidas e Inclusão Social: tendências e perspectivas, Numero 1 volume 4, 2009; Belém; Anais SAPIS; Rio de Janeiro; 2009; 46p.

SILVA, Armando Corrêa da; **O Litoral Norte do Estado de São Paulo – Formação de uma Região Periférica**; Tese de Doutorado; Universidade de São Paulo; FFLCH; Departamento de Geografia; São Paulo; 1975.

THIOLLENT, Michel; **Metodologia da Pesquisa-ação**; 6ª edição; São Paulo; Cortez. 1994.

TOZONI-REIS, Marília F. Campos; **Pesquisa-ação**; In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (org.); Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores; Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental; 2005. pp. 267-275.

TUAN, Yi-Fu; **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**; Tradução Livia Oliveira; São Paulo; Difel. 1983.

VASCONCELOS, Valéria Oliveira; **Perspectivas de Pesquisa-Ação: investigar, atuar, formar**; Revista de Ciências Humanas, vol. 6 nº 2, p.223-238; jul/dez. 2006.

VASCONCELOS, V. O. & OLIVEIRA, M. W.; **Educação Popular: uma história, um que-fazer**; Educação Unisinos, vol.13 n °2; mai/ago. 2009. P. 135-146

VERDEJO, Miguel E.; **Diagnóstico Rural Participativo: Uma guia prático.** ; Décio Cotrim e Ladjane Ramos (tradução e adaptação); Brasília; MDA – Secretaria da Agricultura Familiar; 2006.

VIANNA, Lucila Pinsard; **De invisíveis a Protagonistas. Populações tradicionais e Unidades de Conservação**; São Paulo; AnnaBlume: FAPESP; 2008.

VIEZZER, Moema L.; **Pesquisa-Ação-Participante**; In:FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (org.); Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores; Brasília: MMA; Diretoria de Educação .

LEGISLAÇÃO:

Decreto Estadual nº 9.414 de 20 de janeiro de 1977. **Criação do Parque Estadual de Ilhabela.**

Lei nº 9.985, junho de 2000. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação**; MMA/Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Decreto Nacional Nº 5.758, DE 13 DE ABRIL DE 2006. **Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias e dá outras providências.**

Decreto Estadual nº 53.525 de out. 2008. **Criação da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte.**

SITES:

<http://www.mma.gov.br/port/SMA/gerco/gerco.html>

[www.mma.gov.br /educaçãambiental](http://www.mma.gov.br/educaçãambiental)

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidade>

DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA:

Google Earth; jun 2010.

Imagem Land Sat 2000;

SMA; Documentação cartográfica APAS Marinhas SP; 2008.

FOTOS:

Acervo Elementos da Natureza:

- Exposição Itinerante: "Como é a Vida na Sua Comunidade?"; 2009

- Projeto Bela Ilha; 2007, 2008, 2009

Acervo Projeto Escola Tradicional Caiçara – Castelhanos; 2006

Acervo Parque Estadual de Ilhabela – 2005; 2006.